



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**



RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

**TERESINA – PI
MARÇO/2017**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**



RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016 e nº 156/2016, da Portaria TCU nº 59/2017, da Portaria CGU nº 500/2016, e das orientações do órgão de controle interno.

**TERESINA – PI
MARÇO/2017**



LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

AUDIN - Auditoria Interna
BCCCB – Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
CTBJ - Colégio Técnico de Bom Jesus
CAD - Conselho de Administração
CTF - Colégio Técnico de Floriano
CTT - Colégio Técnico de Teresina
CAFS - Campus Amílcar Ferreira Sobral
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CCE - Centro de Ciências da Educação
CCHL - Centro de Ciências Humanas e Letras
CCN - Centro de Ciências da Natureza
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CEAD - Centro de Educação Aberta e a Distância
CEPEX - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGU - Controladoria Geral da União
CMPP - Campus Ministro Petrônio Portella
CONSUN - Conselho Universitário
COPESE - Comissão Permanente de Seleção
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPC - Conceito Preliminar do Curso
CPCE - Campus Professora Cinobelina Elvas
CSHNB - Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
CT - Centro de Tecnologia
DA - Diretoria Administrativa
DAI - Diretoria de Informação e Avaliação Institucional
DINTER - Doutorado Interinstitucional
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FADEX - Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão
FUFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí
HU - Hospital Universitário
HUV - Hospital Universitário Veterinário
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MINTER – Mestrado Interinstitucional
NAU - Núcleo de Acessibilidade da UFPI
NAEs – Núcleos de Assistências Estudantis
PAD - Processo Administrativo
PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PCI - Programa de Capacitação Interna
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PPG - Programa de Pós-Graduação
PRAD - Pró - Reitoria de Administração



PRAEC - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PREG - Pró-Reitoria de Graduação
PREUNI - Prefeitura Universitária
PREX - Pró-Reitoria de Extensão
PROCAD - Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PROEXT - Programa de Extensão Universitária
PROPESQ- Pró-Reitoria de Pesquisa
PROPLAN - Pró-Reitoria de Orçamento e Planejamento
PRPG - Pró-Reitoria de Pós-Graduação
RENORBIO - Rede Nordeste de Biotecnologia
REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU - Restaurante Universitário
SEBTT – Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
SRH - Superintendência de Recursos Humanos
SIG - Sistema Integrado de Gestão
SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
TCU - Tribunal de Contas da União
UAPI - Universidade Aberta do Piauí
UPC - Unidade Prestadora de Contas
UJ - Unidade Jurisdicionada
USC - Unidade Seccional de Correição



LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS, GRÁFICOS ETC.

QUADROS

Quadro 01 – Áreas/Subunidades Estratégicas da UPC.....	15
Quadro 02 – Macroprocessos finalísticos	19
Quadro 03 - Políticas Institucionais para o Ensino de Graduação, Quinquênio 2015-2019....	20
Quadro 04 - Políticas de atendimento aos discentes, quinquênio 2015-2019.....	25
Quadro 05 – Políticas de apoio ao Pessoal Técnico- Administrativo, quinquênio 2015-2019	26
Quadro 06 - Diretrizes Gerais para a Gestão de Recursos Humanos, no Quinquênio 2015-2019.....	26
Quadro 07 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	31
Quadro 08 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	32
Quadro 09 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	33
Quadro 10 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	34
Quadro 11 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	34
Quadro 12 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	36
Quadro 13 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	36
Quadro 14 – Ação 20RJ não Prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS	37
Quadro 15 – Ação 00P1 não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS	38
Quadro 16 – Ação 00PI não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.....	38
Quadro 17 – Ação 0487 não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS	38
Quadro 18 – Ação 20 RJ não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS	39
Quadro 19 – Ação 20 RW não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS	39
Quadro 20 – Ação 20YA não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.....	40
Quadro 21 – Ação 20 YD não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.....	40
Quadro 22 – Ação 2100 não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.....	41
Quadro 23 – Ação 210A não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.....	41
Quadro 24 – Ação 8573 não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS	41
Quadro 25 – Ação 6702 não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS	42
Quadro 26 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	43
Quadro 27 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	45
Quadro 28 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	46
Quadro 29 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres	46
Quadro 30 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	47
Quadro 31 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos .	47
Quadro 32 – Previsão e Arrecadação de Receitas - UFPI 2016.....	48
Quadro 33 - Arrecadação Mensal - UFPI 2016	48



Quadro 34 - Comparação Arrecadação 2015 - 2016.....	50
Quadro 35 – Despesas por grupo e elemento de despesa	51
Quadro 36 – Despesas por grupo e elemento de despesa	52
Quadro 37 – Concessão de suprimento de fundos	54
Quadro 38 – Utilização de suprimento de fundos	54
Quadro 39 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	55
Quadro 40 - Quantidade de Vagas de cursos Técnico à Distância da UFPI.....	60
Quadro 41 – Demonstrativo da evolução de Indicadores em Programas e Projetos desenvolvido, segundo o ano de execução.....	60
Quadro 42 – Resumo de outros indicadores das atividades realizadas no período 2013-2016	61
Quadro 43 - Demonstrativo de oferta de Bolsas de Extensão em 2016.....	61
Quadro 44 - Panorama do Número de Cursos e Eventos de Extensão da UFPI no Ano de 2016.....	62
Quadro 45 – Indicadores de Desempenho	63
Quadro 46 – Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU n.º 408/2002.....	65
Quadro 47 – Resultados dos indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002	65
Quadro 48 - Projetos Financiados Com Créditos Adicionais Descentralizados	114
Quadro 49 - Sindicâncias em Andamento.....	75
Quadro 50 – Força de Trabalho da UPC	77
Quadro 51 - Distribuição da Lotação Efetiva	77
Quadro 52 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	77
Quadro 53 – Despesas do pessoal	78
Quadro 54 – Contratação de Pessoal de Apoio	123
Quadro 55 – Gastos com Combustíveis	79
Quadro 56 – Gastos com Manutenção	79
Quadro 57 - Descrição veículos tipo leves da UFPI	80
Quadro 58 – Descrição Veículos tipo Utilitários da UFPI.....	80
Quadro 59 – Descrição Veículos tipo Camionete da UFPI	81
Quadro 60 – Descrição Veículos Tipo Ônibus/Micro-ônibus/Van da UFPI	81
Quadro 61 - Descrição Veículos Tipo Motocicleta da UFPI	81
Quadro 62 – Descrição Veículos Tipo Caminhão da UFPI	82
Quadro 63 – Descrição Veículos Tipo Caminhão da UFPI	82
Quadro 64 - Descrição Veículos Terceirizados	82
Quadro 65 - Descrição Veículos Encaminhados para Leilão	83
Quadro 66 – Quantitativo dos Profissionais de TI do NTI	93
Quadro 67– Despesas com Publicidade	109
Quadro 68 - Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	110

GRÁFICOS

Gráfico 01 – Oferta de Vagas do SEBTT 2010-2016.....	59
--	----

FIGURAS

Figura 01 – Estrutura Organizacional da UFPI.....	18
Figura 02 - Demonstração da Alocação dos Recursos Captados.....	105
Figura 03 - Balanço Financeiro 2016.....	126



TABELAS

Tabela 01 - Quantidade de vagas ofertadas no período de 2013-2016 nos cursos Presenciais	56
Tabela 02 - Quantidade de Concluintes 2013-2016 nos Cursos Presenciais, a Distância e PARFOR	56
Tabela 03 - Quantidade de Matriculados 2012-2015 nos Cursos Presenciais** e a Distância	56
Tabela 04 - Quantidade de Ingressantes* 2013-2016 nos Cursos Presenciais, a Distância e PARFOR	57
Tabela 05 - Evolução no Número de Cursos de Pós-Graduação stricto sensu na UFPI	57
Tabela 06 - Programas especiais na pós-graduação e qualificação de recursos humanos em 2016.	58
Tabela 07- Indicadores de Qualificação de Docentes da UFPI no ano de 2016	58
Tabela 08 - Custo corrente / aluno equivalente tempo integral (excluindo as despesas do (s) HU(s)	67
Tabela 09 - Número de Alunos Equivalentes	67
Tabela 10 - Número de Alunos tempo integral	67
Tabela 11 - Taxa de Sucesso da Graduação	67
Tabela 12 - Participação da comunidade acadêmica UFPI na autoavaliação - 2016	98



LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01.....	1144
ANEXO 02.....	1233
ANEXO 03.....	1266



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 VISÃO GERAL	12
1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIA.....	12
1.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE.....	12
1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	13
1.4 ORGANOGRAMA.....	15
1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	19
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	20
2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	20
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	20
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	28
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	28
2.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS	29
2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	29
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	31
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	43
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	43
2.3.4 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	45
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	46
2.3.5.1 Informações Sobre a Estrutura de Pessoal para Análise das Prestações de Contas	47
2.3.6 Informações sobre a realização de receitas	48
2.3.7 Informações sobre a execução das despesas	51
2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal.....	54
2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	56
2.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	63
2.5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO CONFORME DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	65
2.6 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	68
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	69
3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	69
3.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	73
3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	75
3.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	76
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	77
4.1 GESTÃO DE PESSOAS	77
4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	77
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	78
4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	79
4.1.4 Contratação de pessoal de apoio	79
4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	79
4.2.1 Gestão da frota de veículos	79



4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	83
4.2.3 Informações sobre os Imóveis locados de Terceiros	84
4.3 Gestão da Tecnologia da Informação.....	84
4.3.1 Principais Sistemas de Informações.....	84
4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade	93
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	96
5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	96
5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	96
5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS – USUÁRIOS.....	97
5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	101
5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	102
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	104
6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	104
6.2 INFORMAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR.	104
6.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, à pesquisa e a extensão 6.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados	104
6.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZACÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIACÃO E MENSURACÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	106
6.4 SISTEMÁTICA DE APURACÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	107
6.5 DEMONSTRACÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	107
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ORGÃOS DE CONTROLE	108
7.1 TRATAMENTO DE DETERMINACÕES E RECOMENDACÕES DO TCU	108
7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDACÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	108
7.3 DEMONSTRACÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGACÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	108
7.4 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	109
7.5 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	109
7.6 DEMONSTRACÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005	110



APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão e a Prestação de Contas, apresentados anualmente pelos órgãos da administração pública federal, conceitua-se, segundo o Art. 1º, Parágrafo Único, Inciso II, da Instrução Normativa - TCU nº 63/2010, como: “Documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, organizados de modo a permitir uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro”.

Ainda de acordo com o Art. 3º da mesma Instrução, os Relatórios de Gestão devem ser apresentados anualmente ao Tribunal pelos responsáveis pelas unidades jurisdicionadas, relacionadas em decisão normativa, que lhes fixará a forma, conteúdo e prazo. Assim, o presente Relatório tem por objetivo fornecer os resultados obtidos na Gestão da UFPI no exercício de 2016, elaborado e estruturado de acordo com as disposições das Decisões Normativas do TCU de n.º 154 e 156, de 2016; das Instruções Normativas do TCU n.º 63/2010 e 72/2013; da Portaria TCU nº 59/2017; da Portaria CGU nº 500/2016; das orientações de ajuda definidas no Sistema e-Contas do TCU e das orientações do órgão de controle interno.

Esse Relatório está estruturado conforme Anexo Único da Portaria nº 59/2017, do TCU e contém as seguintes Seções/Itens de Conteúdo: 1. Elementos Pré-Textuais; 2. Apresentação; 3. Visão Geral; 4. Planejamento Organizacional e Resultados; 5. Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos; 6. Áreas Especiais da Gestão; 7. Relacionamento com a Sociedade; 8. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; 9. Conformidade da Gestão e Demandas dos órgãos de Controle; 10. Outras Informações Relevantes e 11. Anexos e Apêndices.

No Relatório constam as diversas ações e atividades realizadas pelos diversos órgãos da estrutura organizacional da Universidade (Unidades de Ensino e Administrativas), descrevendo os diversos programas e projetos nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, assistência estudantil e gestão de pessoas.

Cumprе salientar que durante o exercício continuaram os trabalhos do Congresso Estatuinte da UFPI, convocado através da Resolução nº 007/2015, do Conselho Universitário, que tem a finalidade de propor alterações visando a modernização do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade.

É importante ressaltar que nesse exercício foram implantados no campus de Teresina quatro Mestrados Profissionalizantes (Saúde da Família, Filosofia, Gestão Pública e Administração Pública) e dois acadêmicos (Engenharia Elétrica e Filosofia, este resultante da mudança de nome do antigo programa em Ética e Epistemologia). Também foi implantado um novo curso de graduação em Medicina no campus de Picos.

As principais dificuldades encontradas pela Universidade no decorrer do exercício foram de natureza orçamentária e financeira. No início do ano tivemos um contingenciamento de 10% (dez por cento) nas dotações para Despesas de Custeio, que só foram liberadas no final do exercício, sem tempo hábil para sua execução, bem como 50% (cinquenta por cento) das dotações para Despesas de Capital, que também foram liberadas, parcialmente, apenas no final do ano, fazendo com que deixássemos de empenhar cerca de oito milhões de reais.

Contudo, conseguimos terminar o ano sem nenhuma obra parada e com o pagamento em dia de todos os fornecedores e dos contratos assinados pela Instituição.

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes
Reitor



1 VISÃO GERAL

1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIA

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma instituição federal de Ensino Superior que possui como missão:

“Propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional” (PDI- 2010/2014).

A Universidade tem como objetivo cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado. Incumbe à UFPI, de acordo com o Art.3º do Estatuto da Universidade Federal do Piauí:

- a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b) formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- c) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento e do meio em que vive;
- d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação;
- e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A UFPI alicerça a sua política acadêmica e administrativa, trabalha permanentemente observando seu caráter público, com publicização das atividades desenvolvidas em busca da qualidade, da integração entre os distintos níveis de ensino, da ênfase à pesquisa e à geração de produtos tecnológicos fomentadores de desenvolvimento e da consecução efetiva do seu processo de internacionalização.

1.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

A UFPI foi instituída pela Lei nº 5.528, de 11 de novembro de 1968, credenciada em 1945 (Decreto nº 17.551 de 09.01.1945), como Faculdade isolada, recredenciada em 1968 como Universidade, tendo sido recredenciada em 2012, através da Portaria MEC nº 645 de 18/05/2012. Foi instalada em 01 de março de 1971 a partir da fusão de algumas faculdades isoladas que existiam no Estado - Faculdade de Direito, Faculdade Católica de Filosofia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de



Administração (Parnaíba) e Faculdade de Medicina e atua segundo as normas emanadas do Governo Federal, obedecendo aos seu Estatuto e Regimento Interno, embasada no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que contempla o seu planejamento estratégico quinquenal.

Por intermédio do Decreto nº 66.651, de 1/6/1970 (DOU de 3/6/1970), revogado pelo Decreto nº 72.140, de 26/4/1973, publicado em 27/4/1973 e retificado em 2/5/1973, ficou aprovado o Estatuto da Universidade Federal do Piauí sediada na cidade de Teresina, Estado do Piauí. Segundo o art. 1º deste último ato, a Universidade Federal do Piauí é uma instituição de ensino superior, mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí (Lei número 5.528, de 12/11/68) com sede na Cidade de Teresina - Estado do Piauí.

1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O Campus sede da UFPI, denominado *Ministro Petrônio Portella (CMPP)*, fica situado à Av. Universitária s/nº, Bairro Ininga, CEP 64049-550, em Teresina, Estado do Piauí.

A UFPI possui os seguintes *campi* fora de sede:

- *Campus Universitário Ministro Reis Velloso (CMRV)*: localizado no extremo norte do Estado, distando de 334 km de Teresina. É localizado à Av. São Sebastião, nº 2819, CEP 64202-020, em Parnaíba-PI. A origem do CMRV remonta à própria raiz da UFPI, pois o CRMV surgiu por meio da Faculdade de Administração do Piauí, uma das estruturas que foram agregadas para a formação da Universidade e que foi autorizada a funcionar pelos pareceres números 57 e 900, datados de 07/02/1969 e 16/12/1970, respectivamente, ambos do então Conselho Federal de Educação.

- *Campus Universitário Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB)*: localizado à Rua Cícero Duarte, n. 905, Bairro do Junco, em Picos (PI), foi criado no ano de 1982. Todavia, a inexistência de documentação que comprovasse juridicamente a criação do Campus, a falta de espaço apropriado para as atividades acadêmicas, além do baixo índice de aprovação nos vestibulares fizeram com que o mesmo fosse fechado, por unanimidade de votos no Conselho Universitário da UFPI, em 25 de junho de 1987. Quatro anos depois, em 10 de junho de 1991, é autorizado a reabertura do Campus com apenas 2 (dois) cursos de Licenciatura: Letras e Pedagogia com habilitação em Magistério. Em 2006, após a adesão da UFPI ao Programa REUNI, foram implantados mais 7 (sete) novos cursos (Administração, Ciências Biológicas, Enfermagem, História, Matemática, Nutrição, Sistemas de Informação) e no ano de 2013 foi instituído o curso de Ciências da Natureza-Pró-Campo totalizando em 10 (dez) modalidades de graduação. No ano de 2006 houve a oficialidade da criação do Campus antes denominado Campus do Junco, doravante passou a ser chamado de Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB).

- *Campus Universitário Amílcar Ferreira Sobral (CAFS)*: localizado no KM 3,5 da BR 343, Bairro Meladão, 64800-000, no município de Floriano-PI, foi implantado após a adesão da UFPI ao REUNI, com o propósito de congregar esforços para a consolidação de uma política nacional de reestruturação e expansão da educação superior pública, como também, para atender à necessidade de crescimento e desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Piauí, sobretudo da região do Médio Parnaíba.

- *Campus Universitário Professora Cinobelina Elvas (CPCE)*: localizado no km 03 da BR 135, CEP 64900-000, na cidade de Bom Jesus, iniciou suas atividades em



outubro de 2006 e foi implantado após a expansão da educação superior, oriunda do Programa REUNI.

Além dos Câmpus acima, foi criado o CEAD - Centro de Educação Aberta a Distância, situado na Rua Olavo Bilac, Bairro: Centro, Teresina-PI, cuja implantação a UFPI concorreu à Chamada Pública do Edital 01/2005, tendo iniciado suas atividades com o lançamento do Projeto Piloto do Curso de Graduação em Administração em 2006, em 8 (oito) Polos de Apoio Presencial.

O CEAD/UFPI tem como objetivo oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense, nos municípios Polos de Apoio Presencial onde os cursos estão instituídos, de modo atender às necessidades socioculturais e econômicas de cada região, as quais possibilitadas com a realização das atividades acadêmico-administrativas realizadas pelas coordenações de curso e de polos responsáveis pelo seu funcionamento.

**1.4 ORGANOGRAMA****Quadro 01 – Áreas/Subunidades Estratégicas da UPC**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Pró - Reitoria de Administração (PRAD)	É responsável por coordenar, dirigir e executar as atividades relativas à administração de material, patrimônio, finanças e vigilância, no âmbito da universidade.	Economista Jovita Maria Terto Madeira Nunes	Pró- Reitor (a)	01/01/16 a 16/02/16
		Administrador Lucas Lopes de Araújo		17/02/16 a 31/12/16
Pró - Reitoria de Graduação (PREG)	É responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades do ensino de graduação e do ensino profissionalizante (colégios técnicos). Através de uma política de ensino pautada no estímulo à pesquisa, na implantação de novas formas de educação e tecnologias, a PREG cria condições favoráveis à melhoria do funcionamento da vida acadêmica e da qualidade dos cursos oferecidos.	Profª. Drª. Maria do Socorro Leal Lopes	Pró- Reitora	01/01/16 a 31/12/16
Pró - Reitoria de Pós- Graduação (PRPG)	A PRPG é a instância encarregada de conduzir a política institucional do sistema de pós-graduação. Sob a responsabilidade da PRPG, são oferecidos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (em nível de mestrado e doutorado) e <i>lato sensu</i> (modalidades: especialização, residência médica, residência médica multiprofissional e residência médico-veterinário).	Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha	Pró- Reitor	01/01/16 a 31/12/16
Pró - Reitoria de Pesquisa (PROPESQ)	Criada através da resolução CD/CONSUN/UFPI nº 001/13, a PROPESQ tem como missão institucional promover a construção do conhecimento por meio da pesquisa, potencializando o desenvolvimento humano, científico e tecnológico, de forma sustentável. A PROPESQ tem como diretrizes: A) ampliar e fortalecer as políticas/ações de apoio à pesquisa e inovação tecnológica; B) acompanhar, fiscalizar e apoiar as atividades de pesquisa, que envolvem os projetos e os grupos de pesquisa da UFPI; C) coordenar e executar os programas: PIBIC e PIBIT e sua interação com as políticas acadêmicas da PROPESQ; D) fortalecer o programa de iniciação científica voluntária (ICV); E) consolidar o núcleo de inovação e transferência de tecnologia (NINTEC), para que a UFPI possa tornar-se um centro de referência e excelência na área de propriedade intelectual e licenciamento de tecnologias no mercado; F) intensificar as estratégias de incentivo à participação de pesquisadores nas chamadas públicas de órgãos de fomento à pesquisa, desenvolvimento & inovação; G) fomentar o aumento do número de projetos inovadores e patentes, promovendo a interação das ações do NINTEC e incubadoras de empresas da UFPI.	Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco	Pró- Reitor	01/01/16 a 31/12/16



Pró - Reitoria de Extensão (PREX)	É responsável por articular e coordenar as atividades de extensão de diversos setores da universidade através de programas, projetos, prestação de serviços, atividades culturais, cursos, eventos, etc., em todas as suas áreas de atuação.	Prof. Dr. Miguel Ferreira Cavalcante Filho	Pró-Reitor	01/01/16 a 31/12/16
Pró - Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN)	É responsável por elaborar, acompanhar e avaliar o planejamento orçamentário, administrativo e informacional de planos, programas e projetos da Universidade Federal do Piauí. Além disso, é responsável, também, pela elaboração e compilação dos dados do relatório de gestão da UJ; pelo cadastramento dos cursos de graduação na plataforma E - Mec e interlocução das informações relativas aos processos de supervisão, regulação e avaliação dos cursos de graduação junto ao MEC e, coleta/sistematização dos dados da plataforma PINGIFES e do CENSO da educação superior.	Prof. Dr. André Macedo de Santana	Pró-Reitor	01/01/16 a 31/12/16
Pró- Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)	É o órgão responsável pelo planejamento e execução da política de assistência estudantil e comunitária da Universidade Federal do Piauí. Tem como finalidade promover ações, afirmativas de inclusão social que buscam garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, através da promoção das condições básicas para sua permanência na instituição. Por meio da PRAEC, a UFPI oferece aos seus alunos uma rede de apoio acadêmico e social importante para a sua formação pessoal e profissional.	Prof. ^a Dr. ^a Cristiane Batista Bezerra Torres	Pró-Reitor	01/01/16 a 31/12/16
Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD)	O CEAD é uma unidade acadêmica criada em 2006 com o objetivo de viabilizar a implantação de cursos de graduação na modalidade ensino à distância (EAD) da Universidade Federal do Piauí. O CEAD/UFPI tem como objetivo a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e gratuito no país, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica.	Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes	Diretor	01/01/16 a 31/12/16
Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)	O núcleo de tecnologia da informação (NTI) integra a estrutura organizacional da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como um órgão suplementar vinculado administrativamente à reitoria sendo responsável por gerir, planejar, executar, controlar e avaliar todas as atividades relacionadas à área de tecnologia da informação, além de coordenar o levantamento periódico da necessidade da UFPI, visando aprimorar os serviços prestados.	Prof. Dr. Armando Soares de Sousa	Diretor	01/01/16 a 31/12/16



Ouvidoria da UFPI	A ouvidoria da UFPI foi instituída pelo ato da reitoria nº 858/09. Constitui-se um canal de comunicação entre discentes, docentes, servidores técnico-administrativos, gestores e a comunidade externa. É dirigida por um ouvidor a quem compete exercer o papel de mediador entre partes conflitantes no ambiente universitário buscando o resgate da cidadania ao tempo em que monitora o objeto das demandas.	Profª. Msc. Maryneves Saraiva Arêa Leão Sousa	Chefe	01/01/16 a 31/12/16
Superintendência de Comunicação Social (SCS)	A Superintendência de Comunicação Social (SCS) é órgão de direção subordinado diretamente à reitoria da UFPI encarregado de prestar assessoria em matéria de Comunicação Social.	Profª. Drª. Jacqueline Lima Dourado	Superintendente	01/01/16 a 31/12/16
Auditoria Interna	Presta apoio aos órgãos e às unidades que o integram, visando proporcionar qualidade dos trabalhos e efetividade nos resultados de auditoria, quanto à comprovação da legalidade e, a avaliação dos resultados relativa à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão, notadamente em relação aos controles internos da instituição.	Prof. Esp. Jeferson Souza de Araújo Chaves	Auditor Interno-Chefe	01/01/16 a 31/12/16
Superintendência de Recursos Humanos (SRH)	É o órgão responsável por coordenar as ações desenvolvidas pelas Coordenadorias e demais unidades administrativas sob sua supervisão; promover a orientação e a integração das unidades da SRH quanto às políticas e ações de gestão de pessoas; delegar atribuições aos servidores envolvidos na Superintendência; praticar todos os demais atos necessários ao exercício das funções vinculadas à SRH.	Prof. Msc. Lauro Oliveira Viana	Superintendente	01/01/16 a 31/12/16
Prefeitura Universitária (PREUNI)	É o órgão executivo da Administração Superior da UFPI encarregado da administração da infraestrutura dos Campi, executando serviços imprescindíveis para criar um ambiente harmonioso que possibilite à universidade desenvolver as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão.	Msc. Gabriela Celso Melo S. De Vasconcelos	Prefeito (a)	01/01/16 a 31/12/16

Fonte: PROPLAN/UFPI

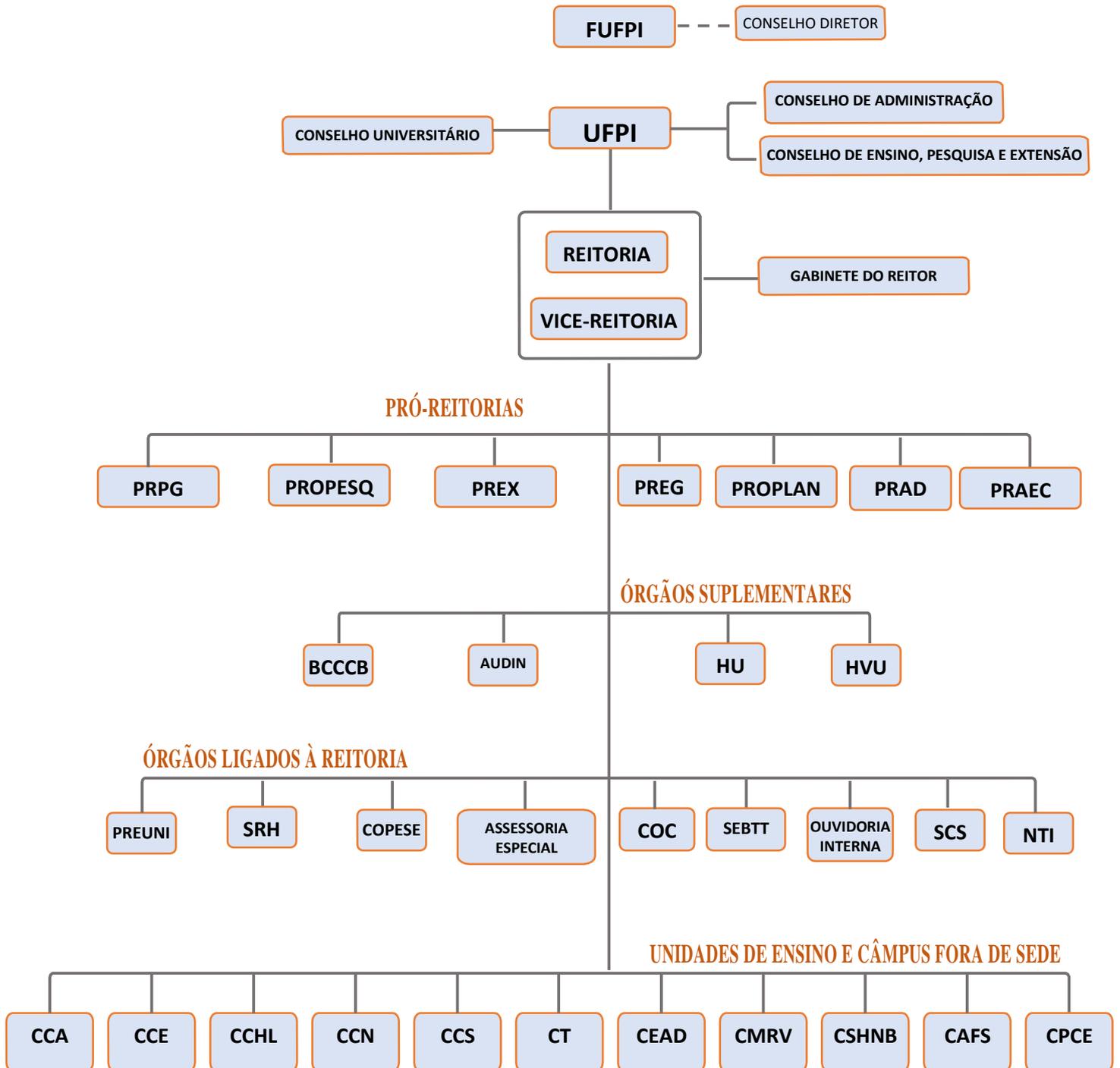


Figura 01 – Estrutura Organizacional da UFPI

Fonte: DIAI/CPAD/UFPI



1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Quadro 02 – Macroprocessos finalísticos

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Pesquisa, Ensino e Extensão	Planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades do ensino de graduação presencial e à distância.	Curso criado e em funcionamento e alunos certificados.	Alunos e Público de Modo Geral	Pró - Reitoria de Graduação (PREG) e Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD)
	Criação de programas de pós-graduação <i>Stricto Sensu e Lato Sensu</i> presencial e à distância.	Curso criado e em funcionamento e alunos qualificados.		Pró - Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) e Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD)
	Apoio às atividades de pesquisa, produção científica e inovação.	Execução do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Execução do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Manutenção do Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos (PROEC)		Pró - Reitoria de Pesquisa (PROPESQ)
	Planejamento e execução das atividades de extensão Universitária Execução da Política Nacional de Assistência Estudantil e as ações de atendimento ao servidor da UFPI	Consolidação da relação Universidade-Sociedade Residência Universitária, Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), Atendimento Psicossocial, Pedagógico e Odontológico, Restaurante Universitário (RU), Bolsas de Incentivo a Atividades Esportivas (BIAE), Auxílio- Creche e etc.		Pró - Reitoria de Extensão (PREX) Pró - Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)

Fonte: CPAD/PROPLAN/UFPI

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A UFPI efetiva o seu planejamento macro no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o avalia quinquenalmente. O PDI tem como objetivo maior o alcance da excelência acadêmica e vem consolidar um importante passo para a realização de ações que resultem no fortalecimento institucional em âmbito administrativo, organizacional e, essencialmente, na melhoria das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e internacionalização, como forma de consolidação desta Universidade como instituição socialmente responsável, geradora e socializadora do conhecimento e fomentadora do avanço científico e tecnológico, em direção ao desenvolvimento da sociedade local, regional e nacional.

O PDI da UFPI para o quinquênio 2015 a 2019¹, faz referência ao processo de expansão a que a UFPI foi submetida no último quinquênio, assim como a sua atuação estratégica para inserção nos mais distantes rincões piauienses. As atividades fins estão repertoriadas, assim como a organização acadêmica, a gestão, a infraestrutura e as relações com a comunidade, instituições e empresas. Também há enfoque no perfil institucional, atualmente requerido pelos instrumentos avaliativos do INEP/MEC e realce nos programas de atendimento ao alunado.

O PDI da UFPI reflete as expectativas e projetos não apenas dos atuais gestores, mas de todos os segmentos da comunidade acadêmica e tem o aval de toda a comunidade universitária, após passar pelo crivo dos gestores, professores, servidores técnico-administrativos e estudantes, durante uma jornada de aprimoramento e de redirecionamentos.

O objetivo maior da UFPI para o quinquênio (2015-2019), segundo seu PDI, é consolidar-se entre as melhores instituições de educação superior do país, sendo referência nacional em ensino de graduação no Brasil.

As metas para o alcance deste macro objetivo são:

✓ Elevação de 22% do número de alunos matriculados até 2019 em cursos de graduação presencial e a distância, ampliando a oferta de vagas através de novos cursos de graduação.

✓ Redução da taxa de evasão em 15% e aumento da taxa de sucesso na mesma proporção.

✓ Elevação da qualidade dos cursos de graduação e do desempenho do alunado no ENADE, para atingir o IGC 4.

Para o ensino de graduação, a UFPI tem como objetivos, metas e estratégias, para o quinquênio 2015-2019:

Quadro 03 - Políticas Institucionais para o Ensino de Graduação, Quinquênio 2015-2019

Item	Objetivo	Meta	Estratégia
1	Formar com qualidade;	Desenvolver uma formação qualificada em níveis de excelência;	- Estimular e promover o desenvolvimento profissional docente; - Instituir política de acolhimento dos discentes; - Investir em tecnologias de ensino e aprendizagem inovadoras;

¹ O atual PDI está disponível na página da UFPI através do endereço eletrônico: <[http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/proplan/arquivos/files/PDI%20%202015-2019_UFPI_Reformulado_Versao%20Final_docx\(2\).pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/proplan/arquivos/files/PDI%20%202015-2019_UFPI_Reformulado_Versao%20Final_docx(2).pdf)>.



			<ul style="list-style-type: none">- Possibilitar a oferta de disciplinas em fluxo contínuo;- Realizar estudos para diversificar a certificação e proficiência em disciplinas;- Promover a convergência do ensino presencial e a distância;- Estimular e fomentar a inserção de discentes em grupos de pesquisa;- Institucionalizar o ensino-aprendizagem em contexto social que integre pesquisa e extensão;- Realização de cursos de capacitação dos professores e coordenadores de cursos, dentro do período letivo;- Revisão da Resolução N° 39/2008 CONSUN que trata do seminário de docência do ensino superior, a fim de incorporar as novas demandas;- Atualizar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação;- Fortalecer programas de bolsa para os discentes;- Implantar uma política de acompanhamento aos egressos do ensino de graduação, por meio do SIGAA;
2	Garantir, na formação acadêmica, os princípios éticos e humanistas;	Incluir em todos os PPC os princípios éticos e humanistas;	<ul style="list-style-type: none">- Realizar diagnóstico dessa realidade nos Cursos de graduação;- Articular a prática da formação ao contexto social e da comunidade;- Estimular ações que promovam a valorização e o respeito à diversidade e ao desenvolvimento sustentável;
3	Melhorar o desempenho institucional nas avaliações internas e externas;	Elevar o conceito de todos os cursos de graduação da UFPI;	<ul style="list-style-type: none">- Fazer o diagnóstico da situação dos cursos de graduação;- Realizar eventos junto aos docentes e discentes para difundir a importância dos sistemas de avaliação;- Aprimorar a comunicação e divulgação dos resultados de avaliações;- Reduzir a quantidade de cursos de graduação com conceito 3;- Elevar a taxa de sucesso dos cursos de graduação;- Estimular a implantação do sistema de planejamento pedagógico nas unidades de ensino;
4	Ampliar o processo de Internacionalização;	Estimular convênio com instituições estrangeiras e aumentar a participação docente em publicações e grupos de pesquisas;	<ul style="list-style-type: none">- Consolidar o centro de línguas estrangeiras;- Ampliar o processo de mobilidade local, nacional e internacional;- Estimular a realização de convênios internacionais de cooperação técnico-científica;- Ampliar as ações de internacionalização nos Campi fora de sede;- Criar laboratórios de ensino de línguas em todos os Campi;



5	Ampliar a oferta de cursos de graduação;	Elevar em 45% a oferta dos cursos de graduação;	Implantar dois Campi fora de sede, nas cidades de Oeiras e Esperantina com 04 cursos cada. Criar 42 cursos de graduação distribuídos conforme a seguir: -CMPP (13); -CMRV (06); -CAFS (04); -CSHNB (09); -CPCE (06); -CEAD (04); - 2 Novos Campi com 04 cursos cada, totalizando 50 Cursos;
6	Oferecer em regime de colaboração entre a União o Estado e os Municípios Cursos de formação específica para os professores da e Educação básica.	Garantir o cumprimento da Política Nacional de Formação dos professores da educação básica;	Implementar cursos de 1ª e 2ª licenciatura para assegurar formação inicial exigida pela Lei 9.394/1996, aos docentes em efetivo exercício na rede pública de educação básica;

Fonte: PDI 2015-2019

Quanto à *Pós-Graduação*, para a quantificação dos objetivos a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) propõe as seguintes metas para o quinquênio 2015 a 2019:

1) Relativas à transferência de conhecimento para a sociedade e que podem ajudar no reconhecimento da mesma como instituição que serve a sociedade

✓ Criação do banco de teses e dissertações digitais: a criação do banco de teses e dissertação visa expor os trabalhos de pesquisa realizados no âmbito das pós-graduações, melhorando assim a visibilidade dos programas e aceitação pela sociedade. A divulgação dos trabalhos de dissertação é parâmetro no processo de avaliação da CAPES.

✓ Criação de páginas web individualizadas para cada programa: no mesmo sentido, páginas na internet com informações completas, indicando áreas de concentração, público alvo, eventos organizados pelas pós-graduações, quadro docente, editais e chamadas para ingresso na pós-graduação, etc. permitirão a aproximação com a sociedade.

✓ Criação de material multimídia para divulgação: A elaboração de folders, vídeos com entrevistas de discentes e professores pesquisadores, em conjunto com a Superintendência de Comunicação, permitirão uma maior aproximação com o público e a sociedade em geral. Em particular, serão elaborados folders e catálogos para encaminhar a diferentes órgãos, como Federação das Indústrias do Estado do Piauí, Governo do Estado, Escolas e Instituições de Ensino Médio e outros. Dada a diversidade do público alvo, cada material de divulgação apresentará suas particularidades. A veiculação de vídeos e entrevistas aos estudantes nos diferentes programas pode ser outro instrumento de divulgação.

✓ Organização de pelo menos um evento anual, junto com a PROPESQ, na forma de férias, encontros e seminários de divulgação do trabalho científico realizado nas pós-graduações (uma atividade anual com convocação das escolas e a sociedade): Mais uma meta relacionada com a aproximação com a sociedade, neste caso a organização de férias e encontros com o objetivo de divulgar o trabalho das pós-graduações pode ajudar também na captura de estudantes.

✓ Criação, em consonância com a PROPESQ, de uma regulamentação que estimule a interação UFPI/empresa: Tal como exposto anteriormente, a UFPI apresenta laboratórios e equipamentos de última geração, que permitem análises e determinações que podem ser de grande utilidade para a insipiente indústria regional. Os laboratórios e o conhecimento técnico podem ser utilizados para oferecer cursos de treinamento em colaboração com empresas. Esta colaboração necessita do amparo de uma regulamentação interna a fim de evitar abusos. Ao mesmo tempo, a colaboração com o setor produtivo pode ser uma nova fonte de financiamento das pós-graduações e, ao mesmo tempo, deve ser mais um mecanismo de aproximação com a sociedade.

2) Metas de infraestrutura e financiamento para a Pós-Graduação

✓ Sistematizar a aquisição de bibliografia específica para as pós-graduações: O portal CAPES, de grande importância para as Pós-Graduações, oferece principalmente a pesquisa em bancos de dados e o acesso a periódicos científicos. O acesso a livros *on-line* e em formato pdf é bem restrito. Isto é insuficiente para o ensinamento do estado da arte em diversas áreas de pesquisa. A aquisição de material bibliográfico específico é parte da infraestrutura das pós-graduações, inclusive parâmetro de avaliação pela CAPES. A aquisição de material bibliográfico específico será veiculada através da coleta de informações anuais mediante emissão de memorando eletrônico às pós-graduações e posteriormente realização de pregão eletrônico correspondente. O material bibliográfico pode ser no formato digital e/ou físico.

✓ Aumentar a captura no CT-INFRA em pelo menos 5% ao ano: Atingiríamos entre 60 e 65% do nosso potencial no final do PDI e nas atuais condições. Cabe destacar que o limite que pode aplicar a UFPI nos editais CT-INFRA é determinado pelo número de doutores da instituição. Assim, as metas estabelecidas quanto à qualificação do quadro docente são de máximo interesse para aumentar o financiamento das pós-graduações.

✓ Aumentar a captura no Edital Pro-Equipamentos da CAPES. Neste caso, como nos dois últimos anos temos atingido 100% do teto permitido, o único caminho será através da abertura de novos programas de Pós-Graduação:

✓ Estimular a abertura de novos programas;

✓ Estimular a qualificação docente para atuação em Pós-Graduação;

✓ É importante destacar que o financiamento do Pró-Equipamentos, é feito pelo número de programas habilitados na instituição, nesta conta não entram programas em rede, isto é, programas como RENORBIO, PROFIMAT, contam para a instituição sede. Neste sentido para estimular a abertura de novos programas é necessário aumentar a base de professores com título de doutor para poderem exercer atividades de pós-graduação.

✓ Estruturação dos laboratórios de pesquisa das pós-graduações:

✓ Criação de laboratórios específicos de acordo com as demandas das Pós-Graduações.

✓ Sistematizar a aquisição de material de consumo para os laboratórios de pesquisa das pós-graduações. Realização anual de pregões eletrônicos para aquisição de vidrarias, regentes, gases especiais, etc.

3) Metas para o processo de internacionalização da Pós-Graduação

- ✓ Fomentar a atuação no programa Ciência sem Fronteiras;
- ✓ Fomentar a atuação em programas de intercâmbio internacional.

4) Metas para redução das ameaças ao crescimento do sistema de Pós-Graduação

- Reestruturar a PRPG com duas novas coordenações e duas novas chefias:
 - ✓ Coordenação *lato sensu* e Qualificação Institucional: Atualmente a Coordenação de Pós-Graduação acumula as seguintes funções: controle acadêmico de todos os programas *stricto sensu* e *lato sensu*, coordenar o aperfeiçoamento de docentes e de funcionários. Considerando a importância da qualificação docente, estabelecida no plano de metas do PNE, a criação desta nova coordenação, Coordenação *Lato Sensu* e Qualificação Institucional algumas responsabilidades seriam transferidas para esta nova coordenação, como por exemplo, responsável pelo controle acadêmico do *Lato Sensu*, controle dos afastamentos docentes e de funcionários para aperfeiçoamento. Esta coordenação será responsável pela elaboração e controle de convênios e projetos MINTER e DINTER com o objetivo de aumentar a relação de docentes com titulação em nível de doutorado.
 - ✓ Coordenação de Intercâmbio. Responsável pelo estímulo e orientação de docentes e discentes para intercâmbios nacionais e internacionais, sendo responsável pela elaboração e controle de termos de cooperação projetos como Casadinho, e PROCAD no âmbito nacional e no internacional CAPES-COFECUB, CAPES-DAAD, e CAPES-Fulbright, entre outros. Ao mesmo tempo deve estimular a participação em programas como Ciências sem Fronteiras e estimular a vinda de pesquisadores visitantes para os programas. Em outras palavras esta coordenação seria responsável por alavancar o processo de internacionalização dos programas.
 - ✓ Chefia de Controle financeiro. Esta chefia deve auxiliar no controle financeiro e execução de verbas e projetos como PROAP, CT-infra, e Pro-Equipamentos. Um exemplo particular são os problemas que tem sido detectados quanto a execução do PROAP, demoras excessivas no empenho para aquisição de passagens e reservas de hotel para professores visitantes, problemas na elaboração de relatórios financeiros junto à órgãos como CAPES e FINEP, entre outros. Assim, esta chefia teria a função de apenas controlar o fluxo financeiro e fornecimento de dados para elaboração de relatórios financeiros.
 - ✓ Chefia de apoio jurídico. Nos últimos tempos a UFPI tem recebido diversas notificações judiciais decorrentes de controvérsias como a necessidade de proficiência em língua estrangeira, alunos com prazo esgotado que querem defender dissertação fora do prazo, alunos alegando problemas de saúde que solicitam estender o prazo e alunos com mais de duas reprovações. Em geral, todos optam pelo mandado de segurança para defender a dissertação, no entanto, depois do julgamento da causa o fato é que o mesmo defendeu e o título foi concedido. Desta forma, a Chefia de apoio jurídico visa dar maior segurança jurídica aos processos e colaborar na comunicação UFPI – sistema judiciário.
 - Elaboração de uma regulamentação específica em conjunto com a PROPESQ e PREG relativa à carga horária.

5) *Metas de crescimento do sistema de pós-graduação*

- ✓ Aumento do número de docentes com titulação em nível de doutorado dos atuais 45% para 75%: Isto permitirá expandir o sistema de pós-graduação, pois professores sem titulação não podem atuar em pós-graduação. Esta meta está relacionada com a meta de abrir novos programas, que ao mesmo tempo, está relacionada com a meta do aumento do financiamento, pois editais como Pro-Equipamentos é financiado pelo número de programas habilitados na instituição.
 - ✓ Abertura de 20 novos PPG's sem nível de mestrado *Stricto Sensu* (quatro por ano): A abertura de novos programas depende da formação de grupos de doutores com produção bibliográfica na área que se pretende abrir o programa. Em algumas áreas, a CAPES, restringe a participação de professores em apenas dois programas. Desta forma o

aumento da relação de doutores na instituição é essencial para o crescimento no número de programas.

✓ Redução de 80% para 60% dos programas nível 03: A UFPI tem um grande número de programas com conceito CAPES 03 devido ao crescimento experimentado nos últimos 05 anos. O conceito 03 impede a abertura de doutorado na área, assim, para reforçar o sistema de pós-graduação e consolidar o mesmo, é necessário que um grande número de programas obtenham nota 04 para pleitear a abertura em nível de doutorado.

✓ Aumentar em 200% o número de cursos em nível de doutorado;

✓ Atingir 60% dos discentes com bolsa nas áreas que demandam dedicação exclusiva (atualmente este percentual é de 40%).

✓ Quanto à *Gestão dos Processos Internos e Política Institucional*, a UFPI tem como objetivos:

✓ Incrementar a Política Institucional quanto a Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia (TT);

✓ Fortalecer as parcerias com entidades voltadas ao desenvolvimento sustentável e aos biomas regionais.

E suas Metas são:

✓ Revisar a resolução 036/08/CONSUN /UFPI e do Regimento do NINTEC, resolução N° 019/08/CONSUN /UFPI;

✓ Elaborar anualmente Relatórios de gestão e FORMICT/MCTI;

✓ Participar de novas redes de núcleos congêneres de âmbito estadual, regional e/ou nacional;

✓ Firmar parcerias com instituições voltadas para conservação do meio ambiente e da biodiversidade e fortalecer as pesquisas no bioma do estado;

A UFPI, consciente das metas do PNEAS, adota como política de atendimento discente um modelo social inclusivo, nas áreas de atenção, alimentação, moradia, saúde, psicopedagógico e social, viabilizado pela PRAEC.

Para o quinquênio 2015-2019, o planejamento das *políticas de atendimento aos discentes*, está detalhado no Quadro 04.

Quadro 04 - Políticas de atendimento aos discentes, quinquênio 2015-2019

METAS	ESTRATÉGIAS
<ul style="list-style-type: none">• Implantação das Salas de Apoio à amamentação em todos os campi da UFPI;• Implantação dos Núcleos de Inclusão e Acessibilidade – NACE em cada Campus da UFPI;• Implantação de creches em cada Campus da UFPI;• Ampliação em 50% do Serviço Psicossocial - SEPS• Ampliação em 25% do Serviço Odontológico - SEOD• Implantação do Serviço de Orientação Nutricional;• Implantação do cardápio vegetariano;• Prevenção ao uso de drogas ilícitas e DSTs;• Incorporar no Calendário Acadêmico e Promoção de eventos de integração social.	<ul style="list-style-type: none">• Construção das salas de amamentação nos campi da UFPI;• Construção dos espaços para o NACE em cada um dos Campi da UFPI;• Contratação de especialistas para o trabalho nos NACE;• Construção dos espaços para as creches;• Contratação de pessoal para as creches;• Construção do novo espaço dos SEPS;• Contratação de psicólogos e pedagogos;• Reforma predial no espaço do SEOD no Campus Ministro Petrônio Portela;• Construção do espaço para o SEOD no CAFS e no CPCE;• Construção do Restaurante Universitário IV no CMPP;• Reforma do Restaurante Universitário do campus CPCE;• Prestação de serviço de orientação nutricional e campanhas preventivas;• Oferta a comunidade de opção vegetariana no

	<p>Restaurante Universitário;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Projeto NESP/PRAEC de orientação sobre o uso de drogas ilícitas e DSTS; • Encaminhar para o CEPEX para aprovação e incorporação no calendário Acadêmico de eventos de integração social; <p>Promover eventos de integração social e cultural.</p>
--	---

Fonte: PRAEC/UFPI.

O detalhamento das *políticas de apoio aos servidores*, para o quinquênio 2015-2019, está apresentado no Quadro 05.

Quadro 05 – Políticas de apoio ao Pessoal Técnico- Administrativo, quinquênio 2015-2019

METAS	ESTRATÉGIAS
<ul style="list-style-type: none"> • Implantação das Salas de Apoio à amamentação em todos os campi da UFPI; • Implantação dos Núcleos de Inclusão e Acessibilidade – NACE em cada Campus da UFPI; • Implantação de creches em cada Campus da UFPI; • Ampliação em 50% do Serviço Psicossocial - SEPS • Lotação de um Assistente Social e de um nutricionista por Campus fora da sede; • Aumento do número de servidores; • Formação continuada dos servidores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de pessoal de apoio para as salas de amamentação; • Contratação de especialistas para o trabalho nos NACE; • Contratação de pessoal para as creches; • Contratação de psicólogos e pedagogos; • Contratação de Assistente social para cada Campus fora da sede; • Contratação de um nutricionista para cada Campus fora da sede; • Contratação de servidores em virtude da ampliação da demanda; • Oferta de cursos de capacitação e qualificação para os servidores;

Fonte: PRAEC/UFPI

A gestão de recursos humanos na UFPI é efetivada pela SRH, a qual foi criada no ano de 2013, em substituição à Diretoria de Recursos Humanos, com o intento de mudar foco da gestão de pessoas, que passou a exercer, além dos processos legais e burocráticos, várias ações voltadas para o desenvolvimento humano. A própria estrutura organizacional passou a dar suporte aos processos de capacitação, desenvolvimento, qualificação, qualidade de vida, saúde e segurança dos servidores, promovendo a valorização do ser humano e a adequação das condições de trabalho.

No quinquênio 2015-2019 a gestão de pessoal buscará a finalidade estratégica de estimular permanentemente o desenvolvimento de competências institucionais e individuais que auxiliarão no exercício de suas atividades, incluindo programas que abrangem o acolhimento, a integração, a qualidade de vida, o desenvolvimento pessoal e profissional, a segurança e saúde, voltando-se para a valorização, a capacitação e a qualificação dos servidores.

As propostas da *SRH (Superintendência de Recursos Humanos)* para serem viabilizadas no quinquênio 2015-2019 estão sumarizadas no Quadro 06.

Quadro 06 - Diretrizes Gerais para a Gestão de Recursos Humanos, no Quinquênio 2015-2019

OBJETIVOS	SITUAÇÃO ATUAL	PROPOSTAS PARA 2015-2019
Melhorar as instalações da SRH para atendimento;	As atuais estão inadequadas para atendimento ao público. A reforma/ampliação está em projeto na	Divisão adequada dos setores e criação de espaços para atendimentos específicos;



	PREUNI;	
Ampliar as instalações para arquivo;	Há sobrecarga de documentação no setor, e estrangulamento do espaço do Protocolo Geral. A readequação está em Projeto na PREUNI;	É necessário um novo prédio que agregue o espaço de arquivo para liberação de espaço para o Protocolo geral e contratação de Técnico em arquivo;
Integrar a UFPI ao SIASS / Perícia Médica;	Não está integrado ao Sistema SIASS nacional;	Pactuação com o IFPI, Ministério da Saúde e Polícia Federal para integração;
Proceder exames Periódicos dos servidores;	Não são realizados;	Contratação de Médico, Fonoaudiólogo e Enfermeiro para condução dos Serviços;
Instituir Treinamento e Desenvolvimento;	Não são realizados, pois o setor agrega as atividades de controle de Estágio Probatório, Progressões, Incentivos Funcionais e Contratação de Substitutos;	Contratação de servidores para divisão das atividades do setor. Apoio aos demais setores da UFPI para qualificação de pessoal;
Descentralizar as atividades de RH para os Campi;	Ainda há centralização no Campus sede;	Descentralização de atividades de RH para os Campi;
Renovar o Pessoal da SRH;	Todas as chefias são ocupadas por pessoas em condições de aposentadoria;	Renovação e treinamento de pessoal para ocupação de cargos de chefia;
Atender de forma mais tranquila a demandas Judiciais, TCU e CGU;	Ausência de assessoria jurídica. Sem equipe para acompanhamento e atendimento de processos;	Contratação de pessoal para conduzir as demandas do CGU (acúmulo de cargos e metas de RH), acórdãos do TCU e Processos Judiciais;
Promover ações voltadas para a saúde e qualidade de vida servidor;	Sem atendimento;	Contratação de equipe de saúde multidisciplinar para condução destas atividades.
Revisar e criar normas legais sobre progressão, avaliação de pessoal e serviços do SIGRH	Sem atendimento. Ausência de setor de informática interno e de pessoal de apoio;	Contratação de técnico de informática (judicial) e criação de equipe para revisão de legislações;
Responder às demandas por PAD's e Sindicâncias.	Resposta lenta em virtude de falta de estrutura na Unidade de Correição e de qualificação de equipe técnica para condução dos trabalhos.	Contratação e treinamento de pessoal fixo para a Unidade de Correição.

Fonte: SRH/UFPI

E quanto às *políticas de gestão orçamentária e financeira* para o quinquênio 2015-2019 os objetivos e as metas são os seguintes:

- *Objetivos:*

- Compatibilizar o orçamento anual com os objetivos, metas e prioridades definidas no PDI;
- Ampliar e consolidar a sistemática de planejamento orçamentário;
- Adotar mecanismos de acompanhamento e controle da execução orçamentária, flexíveis e transparentes;
- Promover a descentralização orçamentária interna.

- *Metas:*

- Elaborar o orçamento interno da Universidade, abrangendo todos os itens de despesa (custeio, investimento, pessoal), com explicitação do custo total de cada Unidade.
- Implantar o Módulo Orçamento do SIG;
- Estabelecer prioridades para os investimentos institucionais.
- Desenvolver ações de planejamento e de gestão sistêmicas.

- Assegurar o equilíbrio institucional, incentivando a cultura da responsabilidade gerencial dos recursos públicos.
- Descentralizar a gestão orçamentária.
- Acompanhar a execução orçamentária referente à implantação dos campi das cidades de Esperantina e de Oeiras.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Como já exposto no item anterior, a UFPI elabora seu planejamento para um período de cinco anos. O cumprimento de seus objetivos, metas e estratégias estabelecidas são analisadas anualmente com a avaliação crítica dos resultados apresentados. A partir dessa avaliação são realizadas alterações (aditamentos) no planejamento estratégico, onde são discriminadas as providências a serem tomadas para sanar as deficiências encontradas. No ano de 2016, por exemplo, a UFPI aditou o seu PDI para atender requisitos legais introduzidos pelas alterações nos Instrumentos de Avaliação dos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância do INEP/MEC².

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A Universidade Federal do Piauí, no intuito de planejar estrategicamente o seu futuro, sintetizou o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2015-2019, o qual reflete as expectativas e projetos não apenas dos atuais gestores, mas de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Esse PDI, organizado na forma de eixos, em observância aos instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), abrange a missão da Universidade, os seus valores, o Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo interno e externo, as políticas acadêmicas e de gestão, a infraestrutura existente e a projetada.

Por se constituir em proposta de referência para o futuro da instituição, seu processo de elaboração pautou-se em ampla discussão com todos os segmentos da comunidade universitária para a coleta de propostas e sugestões capazes de subsidiar o documento.

Como se pôde ver no Subitem “*Descrição sintética dos objetivos do exercício*”, todos os objetivos e metas mencionados nele estão de acordo com a missão da UFPI, que segundo o seu Estatuto é:

Propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional.

Além de pautar-se na missão da UFPI, todo o planejamento estratégico da Universidade tem como base seus objetivos primordiais, constantes no Art.3º do seu Estatuto:

a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científica e do pensamento reflexivo;

b) formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e

² Aditamento PDI 2015-2019:

<<http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/proplan/arquivos/files/Informacoes%20adicionais%20ao%20PDI%202015%202019%20sobre%20requisitos%20legais.pdf>>.

colaborar na sua formação contínua;

c) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento e do meio em que vive;

d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação;

e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

g) promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

2.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

O monitoramento da execução e dos resultados dos planos da UFPI ocorre anualmente por meio da verificação das informações enviadas pelas unidades estratégicas juntamente com o que foi planejado dentro do PDI.

2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Com base na Lei Orçamentária nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, o orçamento proposto prevê alocação de recursos de R\$ 765.830.207,00 (setecentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e trinta mil e duzentos e sete reais) dos quais R\$ 616.208.428,00 (seiscentos e dezesseis milhões, duzentos e oito mil e quatrocentos e vinte e oito reais) oriundos do Orçamento Fiscal e R\$ 149.621.779,00 (cento e quarenta e nove milhões, seiscentos e vinte e um mil e setecentos e setenta e nove reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Do total, R\$ 561.477.664,00 (quinhentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta e quatro reais) destinam-se ao pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, equivalentes a 73,32%; R\$ 154.210.536,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, duzentos e dez mil e quinhentos e trinta e seis reais) são para Custeio, incluindo os Benefícios legais, correspondendo a 20,13% e, R\$ 50.142.007,00 (cinquenta milhões, cento e quarenta e dois mil e sete reais) são os recursos previstos para Despesas de Capital, representando 6,55%.

Com a entrada em vigor da Portaria nº. 04, de 29 de abril de 2008, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, o Orçamento dos Hospitais Universitários passariam a ter uma alocação separada das Universidades Federais, assim sendo do Orçamento proposto de R\$ 765.830.207,00 (setecentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e trinta mil e duzentos e sete reais), o valor de R\$ 8.131.073,00 (oito milhões, cento e trinta e um mil e setenta e três reais) estão destinados ao Hospital Universitário da UFPI e R\$ 757.699.131,00 (setecentos e cinquenta e sete milhões, seiscentos e noventa e nove mil e centos e trinta e um reais) para a UFPI. O crescimento do orçamento de 2016 em relação a 2015 foi de 14,39%.

Saliente-se que não estão incluídos no orçamento inicial recursos decorrentes de Convênios, Contratos, Acordos e Tratados já firmados ou a serem efetivados durante o exercício, os quais serão incorporados quando da realização da respectiva Receita.

A proposta de orçamento interno para 2016 está concentrada em três funções que representam o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público:

- Previdência Social;
- Educação;
- Encargos Especiais

Do desdobramento destas funções, a UFPI, desenvolverá subfunções, que identificam a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções:

- Previdência do Regime Estatutário;
- Administração Geral;
- Atenção Básica;
- Assistência Hospitalar e Ambulatorial;
- Proteção e Benefícios ao Trabalhador;
- Ensino Superior;
- Educação Básica;
- Outros Encargos Especiais;
- Formação de Recursos Humanos;
- Previdência Especial;
- Alimentação e Nutrição;
- Ensino Profissional.

Como parte destas subfunções, estão os programas que são o instrumento de organização da atuação governamental:

- Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais;
- Educação Básica;
- Educação de Qualidade para Todos;
- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação;
- Educação Profissional e Tecnológica;
- Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais;
- Outras Operações Especiais.

Representando o conteúdo de ações destinadas a materialização dos objetos dos programas, estão às atividades/ projetos/operações especiais:

- Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis;
- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (precatório) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas;
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do pagamento de Precatórios e Requisições de pequeno valor;
- Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica;
- Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica;
- Fomento às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Funcionamento das Universidades Federais;

- Assistência ao Estudante de Ensino Superior;
- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI;
- Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais;
- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados e seus Dependentes;
- Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores e Empregados;
- Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados;
- Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados;
- Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos;
- Pagamento de Pessoal Ativo da União;
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais;
- Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais;
- Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade;
- Assistência ao Estudante de Educação Profissional e Tecnológica;
- Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica;
- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 07 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20GK				Tipo: Atividade	
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				Código: 1010	
Programa	Educação de qualidade para todos		Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.539.825	2.539.825	1.513.102	328.671	62.220	266.451	1.184.431
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Iniciativa Apoiada		Unidade	5	-	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			



Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
443.599,98	25.020,77	212.314,37	Iniciativa Apoiada	Unidade	

Fonte: SIOP/CODEOR/UFPI

Análise Situacional da Ação 20GK

Em relação ao Plano Orçamentário 0004-Mais Médicos, da meta prevista foi executada apenas 1 curso. Quanto ao Plano Orçamentário 0003-Viver Sem limite Educação Bilíngue foi realizada a licitação para início das obras do prédio do Curso de Libras, que temporariamente está usando as instalações do Centro de Ciências Humanas e Letras sem prejuízo da meta prevista. Já em relação a Emenda Individual faz parte de uma pesquisa mais ampla que está em desenvolvimento, porém houve dificuldades na execução pela falta de repasse financeiro daí optamos por dar, como meta zero, em virtude da pesquisa não estar concluída.

Quadro 08 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20RK					Tipo: Atividade
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024					Código: 1010
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
108.452.941	108.342.800	107.601.060	87.948.861	86.662.274	1.286.587	19.652.198
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante Matriculado		Unidade	21.574	21.000	20.896	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
21.895.333,00	8.183.334,25	1.966.841,86	Estudante Matriculado	Unidade	0,0	

Fonte: SIOP/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI



Análise Situacional da Ação 20RK

Neste indicador trabalha-se com alunos do ensino presencial, oferecido de forma regular. Como não foi alterado a oferta e não teve um crescimento na retenção, permaneceu no mesmo patamar de alunos matriculados.

Quadro 09 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial					
Código	20RL				Tipo: Atividade	
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				Código: 1009	
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.131.862	11.131.862	9.277.107	4.157.965	4.157.965	0	5.119.141
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante Matriculado		Unidade	1.870	0,00	1.850	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.502.396,12	2.757.835,30	82.349,14	Estudante Matriculado	Unidade	0,0	

Fonte: SIOP/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Análise Situacional da Ação 20RL

Tendo em vista o contingenciamento de recurso do Governo Federal para o Ensino Básico, técnico e tecnológico, acarretou dificuldades administrativas com relação a aplicação dos recursos. Deixando-se de realizar algumas ações programadas em função dos cortes orçamentários.

**Quadro 10 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2994				Tipo: Atividade	
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					Código: 1009
Programa	Educação de qualidade para todos			Código: 2080	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.676.609	2.646.609	2.630.918	2.549.364	2.549.364	0	81.554
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício Concedido		Unidade	750,0	0,0	750,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
585.524,05	569.912,85	8.600,20	Benefício Concedido	Unidade	0,0	

Fonte: SIOP/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Análise Situacional da Ação 2994

Tendo em vista o contingenciamento de recurso do Governo Federal para o Ensino Básico, técnico e tecnológico, acarretou dificuldades administrativas com relação a aplicação dos recursos. Deixando-se de realizar algumas ações programadas em função dos cortes orçamentários.

Quadro 11 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	4002				Tipo: Atividade	
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação,					Código: 1010



		e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.721.776	21.721.776	21.482.884	18.283.501	18.274.301	9.200	3.199.383
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício Concedido			Unidade	9.531	0,0	11.806,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.281.336,04	1.594.570,84	2.255.606,99	Benefício Concedido	Unidade	0,0	

Fonte: SIOP/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Análise Situacional da Ação 4002

Fator que dificultou a ação: número insuficiente de profissionais da assistência estudantil. A execução da ação (pagamento de bolsas ou benefícios) de assistência ao estudante de graduação depende de prévia seleção socioeconômica e de acompanhamento/avaliação do cumprimento de certos requisitos pelos bolsistas, além da confecção e implantação das listas credoras relativas às folhas de pagamento mensais, o que demanda um número maior de códigos de vaga para contratação de profissionais nas áreas de assistência social, pedagógica e administração do que dispomos no momento. Resultados obtidos: -2.590 estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica beneficiados com bolsa de apoio estudantil mensalmente; - redução do impacto das desigualdades socioeconômicas no desempenho dos estudantes bolsistas em situação de vulnerabilidade. Dos 2.590 estudantes beneficiados com bolsas e acompanhamento sócio-psico-pedagógico. 70% está com índice de desempenho acadêmico (IRA) igual ou maior do que 7,0. Dos que estava com IRA abaixo de 7,0 no segundo período de 2015. 55% conseguiu alcançar 7,0 já no primeiro período de 2016. Estudantes assistidos sem reprovação em disciplinas somam cerca de 61%.

Justificativa para alteração física executada em 2016 de 30.852 para 9.531: Em 2016 fora definida a meta considerando alunos beneficiados com auxílios financeiro/alimentação. Ocorre que o valor apresentado de 30.852 considera o total de auxílios individuais de R\$ 400,00 pagos em 12 meses. Assim, a físico executado em 2016 deve passar corresponde a meta física de 9.531.

**Quadro 12 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS**

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial						
Código	8282						Tipo: Atividade
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Representa o próprio objetivo						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.						Código: 1010
Programa	Educação de qualidade para todos				Código: 2080		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Localizador: 0022- No Estado do Piauí	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	21.739.513	22.836.203	17.426.021	1.534.270	1.534.270	0	15.891.750
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta			
Projeto viabilizado			Unidade	11,0	0,0	8,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0	0	0	Projeto viabilizado	Unidade	0,0		

Fonte: SIOP/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Análise Situacional da Ação 8282

Das dotações de Capital previstos na LOA foram liberados somente 77% do previsto, o que impossibilitou o cumprimento de todas as metas previstas.

Quadro 13 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação		
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial	
Código	8282	Tipo: Atividade
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	
Iniciativa	Representa o próprio objetivo	
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a	Código: 1010



		aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Localizador: 7060-Campus de Parnaíba No Estado do Piauí	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	14.224.918	14.224.918	9.421.710	29.965	29.965	0	9.391.744
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Meta		
Projeto viabilizado				Unidade	1,0	0,0	1,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0	0	0	Projeto viabilizado	Unidade	0,0		

Fonte: SIOP/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Análise Situacional da Ação 8282

O Objetivo da meta era a continuação da implantação do curso de Medicina do campus de Parnaíba. Parte dos recursos foram contingenciados, mas os que foram

Além das ações apresentadas previstas na LOA, a UFPI por meio de Termos de Execução Descentralizadas (TEDs) executou as seguintes ações, destacadas nos quadros abaixo:

Quadro 14 – Ação 20RJ não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação							
Código		20RJ				Tipo: Atividade	
Título		Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica					
Iniciativa		Representa o próprio objetivo					
Objetivo		Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.				Código: 0597	
Programa		Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado		
853.245,27	293.981,16	51.276,03	Projeto apoiado	Unidade			

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

**Quadro 15 – Ação 00P1 não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS**

Identificação da Ação						
Código	00P1				Tipo: Operações Especiais	
Título	Apoio à Residência em Saúde					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.					Código:
Programa	Educação de qualidade para todos			Código: 2080	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	2.038.055,92	2.038.055,92	2.038.055,92	0	0

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Quadro 16 – Ação 00PI não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação						
Código	00PI				Tipo: Operações Especiais	
Título	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					Código:
Programa	Educação de qualidade para todos			Código: 2080	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	95.698,84	37.484,34	37.484,34	-	58.214,50

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Quadro 17 – Ação 0487 não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0487				Tipo: Operações Especiais	
Título	Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida,					Código:



	fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	575.987,03	490.518,31	480.883,51	-	85.468,72

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Quadro 18 – Ação 20 RJ não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20RJ				Tipo: Atividade	
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida.				Código:	
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	10.356.588,24	10.344.227,84	9.746.637,84	-	12.360,40

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Quadro 19 – Ação 20 RW não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20RW				Tipo: Atividade	
Título	Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.				Código:	
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	6.569.838,52	4.385.384,38	3.886.117,92	-	2.184.454,14

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

**Quadro 20 – Ação 20YA não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS**

Identificação da Ação						
Código	20YA				Tipo: Atividade	
Título	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Apoio financeiro complementar para o pagamento e formação de pessoal especializado e de apoio, contratação de serviços, aquisição de material e equipamento técnico-esportivo e de apoio e material administrativo; apoio à realização e participação em eventos esportivos, cursos, seminários, congressos, conferências, eventos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte, intercâmbios e outros ligados ao desenvolvimento de estudo e da prática do esporte de alto rendimento; e implantação, modernização, adequação e manutenção de espaços físicos, e aquisição de equipamentos esportivos. De forma a prover as condições necessárias para a preparação do atleta de esporte de alto rendimento desde sua detecção, base, desenvolvimento, alto nível e destreino no esporte; bem como proporcionar o aprimoramento de profissionais para atuarem com o esporte de alto rendimento; implantação, modernização e ampliação da infraestrutura física.				Código:	
Programa	Esporte e Grandes Eventos Esportivos			Código: 2035	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	4.486.384,78	1.314.046,71	1.314.046,71	-	3.172.338,07

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Quadro 21 – Ação 20 YD não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20YD				Tipo: Atividade	
Título	Educação e Formação em Saúde					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Esta ação compreende as iniciativas de ensino da Fiocruz, em nível médio, em nível de pós-graduação lato e stricto sensu e os cursos de formação para o SUS, para a melhoria da qualidade de atendimento nos serviços de saúde e a formação de pesquisadores.				Código:	
Programa				Código:	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	758.000,00	758.000,00	758.000,00	-	-

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

**Quadro 22 – Ação 2100 não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS**

Identificação da Ação						
Código	2100					Tipo: Atividade
Título	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Viabilização da Assistência Técnica e da Extensão Rural - ATER aos agricultores familiares, incluindo mulheres agricultoras, comunidades indígenas e quilombolas, além da formação e capacitação de agentes de ATER e da produção de conhecimentos tecnológicos apropriados à Agricultura Familiar.					Código:
Programa	Agricultura Familiar			Código: 2012		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	180.480,00	180.480,00	180.480,00	-	-

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Quadro 23 – Ação 210A não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação						
Código	210A					Tipo: Atividade
Título	Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Apoio técnico e/ou financeiro para a criação e/ou o fortalecimento de mecanismos institucionais de políticas e de conselhos de direitos das mulheres, bem como para a realização de fóruns, seminários, oficinas, diálogos, workshops, cursos, concursos, prêmios, publicações, produções culturais, estudos, diagnósticos, análises, formação de profissionais e outros eventos para a promoção da igualdade e dos direitos das mulheres, em especial no que se refere aos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM.					Código:
Programa				Código: 2012		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	180.480,00	180.480,00	180.480,00	-	-

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Quadro 24 – Ação 8573 não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação		
Código	8573	Tipo: Atividade
Título	Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	
Iniciativa	Representa o próprio objetivo	
Objetivo	Habilitação do município ou estado participante do Projeto de	Código:



		Expansão e Consolidação do Saúde da Família-PROESF para financiamento das ações integrantes do projeto municipal ou estadual de Expansão e Consolidação da Saúde da Família aprovado; Apoio técnico e financeiro para a reorganização da atenção básica, por meio da implantação/implementação de equipes de saúde da família; Apoio técnico e financeiro aos estados e municípios no desenvolvimento de ações e serviços visando à reorganização da Atenção Básica. Promover a reorganização da atenção básica de acordo com os princípios da estratégia Saúde da Família e monitorar e avaliar a sua expansão e consolidação.				
Programa					Código:	
Unidade Orçamentária		26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí				
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/> Outras				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	1.044.090,10	1.044.090,10	870.075,08	-	-

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI

Quadro 25 – Ação 6702 não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação						
Código		6702			Tipo: Atividade	
Título		Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação				
Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Consolidação e expansão da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT); estímulo ao uso de meios modernos de comunicação para a divulgação científica; apoio à realização de feiras de ciência, concursos, certames, produção de material didático, além de atividades culturais para a divulgação da ciência; apoio ao desenvolvimento de recursos humanos para atuação na popularização da ciência e tecnologia; apoio à formação e à qualificação de comunicadores em ciência; consolidação e ampliação do programa de cooperação em popularização da ciência e tecnologia com o Mercosul e com outros países. Promoção da democratização do acesso ao conhecimento por meio de apoio a projetos, atividades ou eventos de divulgação científica realizados por entidades científicas, universidades, instituições de pesquisa e ensino, organismos estaduais, municipais e outros.			Código:	
Programa		Ciência, Tecnologia e Inovação			Código: 2021	
Unidade Orçamentária		26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí				
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/> Outras				
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0	0	324.984,40	258.000,00	63.000,00	-	66.984,40

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CODEOR/UFPI



2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os fatores intervenientes identificados para cada ação foram apresentados na análise situacional realizada para as ações apresentadas nos quadros Ação/Subtítulos – OFSS no Subitem 2.3.1 *Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da unidade.*

2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 26 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154048	470.315.813-20	0,00	5.743,63	5.743,63	0,00
154048	09.019.150/0001-11	0,00	63.382,36	63.382,36	0,00
154048	006.715.943-54	0,00	5.320,55	5.320,55	0,00
154048	00000000000191	0,00	7.000,00	7.000,00	0,00
154048	154048/15265	0,00	372.530,25	372.530,25	0,00
154048	110245/00001	0,00	16.065,73	16.065,73	0,00
154048	03.658.432/0001-82	0,00	9.510,38	9.510,38	0,00
154048	86.960.721/0001-69	0,01	0,01	0,00	0,00
154048	09.470.57/00001-10	0,00	759.640,71	759.640,71	0,00
154048	41.263.179/0001-57	0,00	21.727,59	21.727,59	0,00
154048	034.072.993-70	0,00	3.479,65	3.479,65	0,00
154048	69.607.265/0001-59	0,00	5.884,05	5.884,05	0,00
154048	11.595.485/0001-20	0,00	45.739,44	45.739,44	0,00
154048	07.441.614/0001-58	0,00	606.367,41	606.367,41	0,00
154048	065.763.383-68	0,00	4.256,44	4.256,44	0,00
154048	220.638.463-91	0,00	10.952,19	10.952,19	0,00
154048	11.408.142/0001-09	0,00	82.416,67	82.416,67	0,00
154048	14.477.630/0001-66	0,00	12.669,87	12.669,87	0,00
154048	07.154.037/0001-13	0,00	2.746,80	2.746,80	0,00
154048	009.939.383-29	0,00	10.230,20	10.230,20	0,00
154048	10.013.974/0001-63	0,00	322.846,19	322.846,19	0,00
154048	06.855.175/0001-67	0,00	318.373,72	318.373,72	0,00
154048	13.406.686/0001-67	0,00	51.334,84	51.334,84	0,00
154048	08.735.679/0001-79	0,00	16.956,14	16.956,14	0,00
154048	181.963.303-91	0,00	4.504,15	4.504,15	0,00
TOTAL		0,01	2.759.678,97	2.759.678,96	0,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213120400		CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS - INTRA OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	UG	Credor	UG	Credor
154048	154048/15265	0,00	79.751,62	79.751,62	0,00
TOTAL		0,00	79.751,62	79.751,62	0,00



Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
218910200	DIÁRIAS A PAGAR				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	UG	Credor	UG	Credor
154048	341.621.354-87	0,00	593,04	593,04	0,00
154048	00000000000191	0,00	79.329,75	79.329,75	0,00
154048	116.638.238-98	0,00	2.379,85	2.379,85	0,00
154048	756.473.893-68	0,00	2.041,24	2.041,24	0,00
154048	010.883.843-90	0,00	581,05	581,05	0,00
154048	343.699.101-53	0,00	1.514,75	1.514,75	0,00
154048	892.671.923-53	0,00	1.219,15	1.219,15	0,00
154048	125.800.628-66	0,00	95,00	95,00	0,00
154048	013.777.753-13	0,00	105,75	105,75	0,00
154048	891.370.604-06	0,00	1.219,15	1.219,15	0,00
154048	007.998.673-06	0,00	929,90	929,90	0,00
154048	078.674.683-15	0,00	1.376,82	1.376,82	0,00
154048	728.262.744-49	0,00	828,85	828,85	0,00
154048	008.767.193-02	0,00	796,42	796,42	0,00
TOTAL		0,00	93.010,72	93.010,72	0,00

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/DCF/PRAD/UFPI

Análise Crítica:

Os Passivos reconhecidos e demonstrados no quadro foram realizados a título de Despesas de Exercícios Anteriores. Trata-se de despesas com crédito orçamentário de exercício posterior a ocorrência do fato gerador da obrigação. Para algumas despesas, os respectivos empenhos foram insubsistentes e anulados no encerramento do exercício correspondente ao fato gerador, em outros, as despesas ocorreram em exercício anterior ao de 2016.

Analisando o movimento nas alusivas contas contábeis, verifica-se que as despesas foram realizadas para pagamento de serviços prestados em concursos realizados pela UFPI no exercício 2015; ajuda de custo em virtude de redistribuição de servidores no interesse da administração; auxílio funeral; locação de mão de obra; serviços de terceiros e diárias a servidores- referente aos exercícios 2014 e 2015. Em relação ao pagamento de diárias, ressaltamos que o mesmo não ocorreu em tempo hábil em virtude de instabilidades do Sistema de Concessão de diárias e Passagens-SCDP, prejudicando assim o cumprimento de todas as etapas de concessão das mesmas.

A fundamentação legal para a execução das despesas, está no Decreto N° 93.872/86, art. 22, que regulamenta o art. 37 da Lei n° 4.320/64:

“Art. 22. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida, e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação destinada a atender despesas de exercícios anteriores, respeitadas a categoria econômica própria (Lei n° 4.320/64, art. 37).

§ 1º O reconhecimento da obrigação de pagamento, de que trata este artigo, cabe à autoridade competente para empenhar a despesa.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, considera-se:

- a) despesas que não se tenham processado na época própria, aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;
- b) restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor;
- c) compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente. ”

Como providência adotada para o saneamento das situações que deram origem ao reconhecimento dos passivos a UFPI vem procurando fazer um melhor planejamento para a apuração dos saldos de empenhos a serem indicados no processo de Inscrição de Restos a Pagar, objetivando a diminuição de processos de execução de despesas de exercícios anteriores, cujos saldos dos respectivos empenhos se mostraram insuficientes ou insubsistentes.

2.3.4 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Quadro 27 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	44.767.917,57	33.046.240,63	1.738.587,27	9.983.089,67
2014	25.519.107,63	6.598.231,61	1.873.765,27	17.047.110,75
2013	10.999.216,78	116.494,15	1.700.299,42	9.182.423,21
2012	1.330.899,55	9.466,04	130.000,89	1.191.432,62
2011	610.919,51		251.243,39	359.676,12
2010	1.596.473,82		132.397,16	1.464.076,66
2009	89.877,81			89.877,81
TOTAL	84.914.412,67	39.770.432,43	5.826.293,40	39.317.686,84
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2015	16.513.024,44	16.493.361,57	19.662,87	
2014	1.549.342,94	1.524.528,94	11.764,00	13.050,00
2013	48.897,07	46.932,39	1.964,68	-
2012	50.870,47	2.156,04	8.000,00	40.714,43
2011	173.403,28	11.498,88	-	161.904,40
2010	55.946,20		7.599,30	48.346,90
2009	32.907,05		4.252,71	28.654,34
2008	38.574,12		2.560,67	36.013,45
TOTAL	18.462.965,57	18.078.477,82	55.804,23	328.683,52

Fonte: TESOURO GERENCIAL/DCF/PRAD/UFPI

Análise Crítica:

A Universidade Federal do Piauí – UFPI, apresentou o valor de R\$ 84.914.412,67 milhões de resto a pagar não processados no exercício de 2016, sendo 52,72% referente a empenhos inscritos e 47,28% a empenhos rescritos.

Analisando a composição dos restos a pagar não processados, constatou-se um percentual de execução de 53,11% em relação ao total de restos a pagar inscritos e reinscritos. Vale destacar que a Universidade Federal do Piauí vem buscando se aperfeiçoar na gestão de restos a pagar. Nesse sentido foi realizado no último trimestre de 2016 uma análise crítica dos

saldos alongados e irrisórios de RPNP, verificando junto com setores responsáveis o motivo para manutenção dos saldos ou justificativas para cancelamento do mesmo. Observa-se que houve o percentual de 6,86% referente a cancelamentos RPNP, totalizando R\$ 5.826.293,40 milhões, relacionados principalmente aos esforços já mencionados anteriormente. Ademais cabe destacar que a análise dos saldos de RPNP ainda está em andamento, devido ao acúmulo de Restos a Pagar de exercícios anteriores, que em sua maioria requer uma análise mais detalhada. Sobretudo na apuração de despesas que ainda estão pendentes de liquidação com esses empenhos, e em outras situações que estão em análise relacionada a empenhos de obras que estão aguardando termo definitivo de conclusão.

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

A) VISÃO GERENCIAL DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS

Quadro 28 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	01	-	01	141.691,14	194.636,22	180.331,92
Contrato de repasse	19	22	30	196.444,50	5.299.380,36	15.580.780,98
Termo de Cooperação	01	03	01	16.284.862,05	166.402,50	25.000,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	21	25	32	16.622.997,69	5.660.419,08	15.786.112,90

Fonte: CPPP/PROPLAN/UFPI

B) VISÃO GERENCIAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS PELOS RECEBEDORES

Quadro 29 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
2016	Contas Prestadas	Quantidade	-	25	03
		Montante Repassado	-	12.658.140,28	246.847,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2015	Contas Prestadas	Quantidade	09	35	01
		Montante Repassado	699.956,08	14.875.131,39	100.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2014	Contas Prestadas	Quantidade	33	11	-
		Montante Repassado	12.550.308,66	5.669.235,35	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: CPPP/PROPLAN/UFPI



C) VISÃO GERENCIAL DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS

Quadro 30 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Contas não analisadas	Quantidade	-	25	03
	Montante repassado (R\$)	-	12.658.140,28	246.847,00

Fonte: CPPP/PROPLAN/UFPI

Quadro 31 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI					
UG/GESTÃO: 154048/15265					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	09
Contratos de repasse	-	-	-	25	35
Termo de cooperação	-	-	-	03	01

Fonte: CPPP/PROPLAN/UFPI

2.3.5.1 Informações Sobre a Estrutura de Pessoal para Análise das Prestações de Contas

No âmbito da Pró-Reitoria de Administração-PRAD existe na Gerência de Execução Contábil um servidor responsável para fazer a análise e encaminhamento de prestação de contas de Termos de Execução Descentralizada (TED) executados na Universidade Federal do Piauí. Na Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) existe a Coordenação de Planos, Programas e Projetos (CPPP) composta por três servidores responsáveis pela elaboração dos projetos, acompanhamento e recebimento das prestações de contas dos contratos firmados com a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão e Inovação (FADEX).



2.3.6 Informações sobre a realização de receitas

Quadro 32 – Previsão e Arrecadação de Receitas - UFPI 2016

PREVISÃO DE RECEITAS PARA 2016		RECEITAS ARRECADADA EM 2016	
NATUREZA DE RECEITA	VALOR (R\$)	NATUREZA DE RECEITA	VALOR (R\$)
13100111 - Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação	441.618,00	13100111 - Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação	289.623,66
16100211 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.238.291,00	16100211 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	3.046.133,23
16300111 - Serviços de Atendimento à Saúde	3.986,00	16300111 - Serviços de Atendimento à Saúde	3.806,50
16909911 - Outros Serviços	0	16909911 - Outros Serviços	4.338,76
19229911 - Outras Restituições	0	19229911 - Outras Restituições	1.180.141,36
19909911 - Outras Receitas - Primárias	10.305,00	19909911 - Outras Receitas - Primárias	2.600,00
76909911 - Outros Serviços - Operações Intraorçamentárias	482.697,00	76909911 - Outros Serviços - Operações Intraorçamentárias	644,33
16100111 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.580.294,00	16100111 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.551.060,22
19100111 - Multas e Juros de Mora	0	19100111 - Multas e Juros de Mora	147.283,83
TOTAL	5.757.191,00	TOTAL	9.225.631,89

Fonte: CODEOR/UFPI

Quadro 33 - Arrecadação Mensal - UFPI 2016

Unidade Orçamentária	Ra - cód. Recolhimento	Natureza receita	JAN/2016	FEV/2016	MAR/2016	ABR/2016	MAI/2016	JUN/2016	JUL/2016	AGO/2016	SET/2016	OUT/2016	NOV/2016	DEZ/2016	TOTAL
			Movimento Líquido												
	28802	ALUGUEIS	21.451,65	23.080,26	21.304,58	21.515,60	25.344,70	25.341,55	28.262,99	33.646,71	21.264,45	24.180,25	19.013,05	20.334,95	284.740,74
	28818	SERV.COMERC. LIVROS, PERIOD, MAT. ESC. E DE PUBLIC.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	28824	SERVICOS HOSPITALARES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	28825	OUTROS SERVICOS DE SAUDE	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	0,00



28830	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	89.019,85	20.008,74	114.480,39	19.300,13	278.456,99	41.264,97	39.886,48	306.721,35	30.953,59	20.317,80	97.428,04	16.026,37	1.073.864,70
28832	SERVICOS EDUCACIONAIS	76.995,08	55.398,05	74.282,98	60.084,68	55.548,79	52.115,84	47.180,44	48.715,51	40.391,86	46.468,47	41.403,94	46.771,98	645.357,62
28837	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	115.135,90	81.004,00	65.444,95	97.814,55	139.771,25	140.338,35	129.181,00	63.733,05	32.345,65	154.543,20	78.408,35	69.258,40	1.166.978,65
28838	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	195,00	-	287,00	-	226,00	1.000,70	7.905,15	762,00	384,00	86,00	983,00	261,00	12.089,85
28840	OUTROS SERVICOS	52,14	-	126,62	-	15,00	9,00	3,00	23,00	-	-	4.110,00	-	4.338,76
28848	OUTRAS MULTAS	9.391,00	12.784,30	23.471,90	8.661,91	12.529,45	14.259,50	13.279,32	11.787,10	2.048,00	12.785,75	7.268,60	19.017,00	147.283,83
28852	OUTRAS RESTITUICOES	50,00	97.280,00	97.761,00	97.280,00	209.758,00	97.280,00	97.280,00	97.280,00	97.280,00	97.280,00	97.340,78	97.280,00	1.183.149,78
28855	SERVICOS VETERINARIOS	104.504,96	129.841,27	128.326,47	126.099,24	143.874,08	122.534,97	127.567,78	164.330,14	137.789,15	158.492,37	158.484,91	156.361,08	1.658.206,42
28867	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
28883	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO	1.568,00	79,62	6,00	9.635,00	31.402,62	1.620,00	1.188,00	6.846,00	33.998,00	60,00	30,00	-	86.433,24
28884	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS	180,00	35,00	865,00	175,00	155,00	1.470,00	(2.880,00)	-	-	-	-	-	0,00
28886	OUTRAS RECEITAS PROPRIAS	2.600,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.600,00
28900	TAXA DE INSCRICAO EM VESTIBULAR	75.301,47	77.821,59	-	32.785,00	136.565,45	456.060,50	38.150,00	-	41.160,00	338.111,64	1.336.389,19	428.213,46	2.960.558,30



78830	INTRA-SERVICOS ADMINISTRATIVOS	-	-	5,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,00
78840	OUTROS SERVICOS-INTRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25,00	-	25,00
TOTAL		496.445,05	497.332,83	526.361,89	473.351,11	1.033.647,33	953.295,38	527.004,16	733.844,86	437.614,70	852.325,48	1.840.884,86	853.524,24	9.225.631,89

Fonte: CODEOR/UFPI

Quadro 34 - Comparação Arrecadação 2015 - 2016

ARRECAÇÃO UFPI 2016			ARRECAÇÃO UFPI 2015		
RA – CODIGO RECOLHIMENTO	TOTAL		RA – CODIGO RECOLHIMENTO	TOTAL	
28802	ALUGUEIS	284.740,74	28802	ALUGUEIS	305.783,83
28818	SERV.COMERC.LIVROS,PERIOD,MAT ESC E DE PUBLIC	0,00	28818	SERV.COMERC.LIVROS,PERIOD,MAT ESC E DE PUBLIC	108,00
28824	SERVICOS HOSPITALARES	0,00	28824	SERVICOS HOSPITALARES	1.976,81
28825	OUTROS SERVICOS DE SAUDE	0,00	28825	OUTROS SERVICOS DE SAUDE	7,00
28830	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	1.073.864,70	28830	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	586.045,40
28832	SERVICOS EDUCACIONAIS	645.357,62	28832	SERVICOS EDUCACIONAIS	921.527,34
28837	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	1.166.978,65	28837	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	966.476,85
28838	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	12.089,85	28838	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.491,00
28840	OUTROS SERVICOS	4.338,76	28840	OUTROS SERVICOS	360,16
28848	OUTRAS MULTAS	147.283,83	28848	OUTRAS MULTAS	127.505,30
28852	OUTRAS RESTITUICOES	1.183.149,78	28852	OUTRAS RESTITUICOES	195.972,01
28855	SERVICOS VETERINARIOS	1.658.206,42	28855	SERVICOS VETERINARIOS	980.293,32
28867	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	28867	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	173,86
28883	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO	86.433,24	28883	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO	190.062,58
28884	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS	0,00	28884	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS	5.350,00
28886	OUTRAS RECEITAS PROPRIAS	2.600,00	28886	OUTRAS RECEITAS PROPRIAS	12.925,00
28900	TAXA DE INSCRICAO EM VESTIBULAR	2.960.558,30	28900	TAXA DE INSCRICAO EM VESTIBULAR	1.602.972,31
78830	INTRA-SERVICOS ADMINISTRATIVOS	5,00	78830	INTRA-SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0,00
78840	OUTROS SERVICOS-INTRA	25,00	78840	OUTROS SERVICOS-INTRA	61.202,92
TOTAL		9.225.631,89	TOTAL		5.960.233,69

FONTE: CODEOR/UFPI

Análise Crítica sobre Arrecadação:

A arrecadação das receitas da UFPI recolhidas por meio de GRU, atingiu o montante de R\$ 9.225.631,89 (nove milhões duzentos e vinte e cinco mil seiscentos e trinta e um reais oitenta e nove centavos) no período de janeiro a dezembro de 2016, R\$ 5.960.233,69 (cinco milhões, novecentos e sessenta mil duzentos e trinta e três reais e sessenta e nove centavos) no período de janeiro a dezembro de 2015 e de R\$ 7.487.255,35 (sete milhões quatrocentos e oitenta e sete mil duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) no período de janeiro a dezembro de 2014.

O desempenho da arrecadação das receitas no ano de 2016, em relação ao ano de 2015, ocorreu conforme demonstrado no Quadro 34 - Comparação Arrecadação 2015 – 2016 acima, um aumento da arrecadação no total de R\$ 3.265.398,20 (três milhões duzentos e sessenta e cinco mil trezentos e noventa e oito reais e vinte centavos), isso se deve a uma aumento do números de inscritos nos diversos concursos aplicados em 2016 em relação a 2015, além disso, houve um aumento na tabela de preços dos serviços médico-veterinários oferecidos pelos Hospitais Veterinários Universitários da UFPI de acordo com o processo nº 23111.000158/2016-01 e resolução nº 016/16-CAD, isso incrementou as receitas dos HVU's gerando um acréscimo de R\$ 677.913,10 (seiscentos e setenta e sete mil novecentos e treze reais e dez centavos) na receita de 2016 em comparação com a de 2015. No que diz respeito a OUTRAS RESTITUIÇÕES, código de recolhimento nº 28852, tivemos um aumento de arrecadação na ordem R\$ 987.177,77 (novecentos e oitenta e sete mil seiscentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos), em virtude de recebimento de débitos relativos a cumprimento de decisão judicial.

O quadro acima Quadro 34 - Comparação Arrecadação 2015 – 2016, apresenta os valores anuais e acumulados da arrecadação do período de janeiro a dezembro dos anos de 2015 e 2016 e as contas de receitas com suas respectivas denominações e valores em reais.

2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 35 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Código UO: 26279		UGO: 154048	
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação(a+b+c+d+e+f+g)	132.705.726,47		110.699.309,42		75.345.819,18		61.009.364,91	
a) Convite	632.624,03	0,08067%	125.145,84	0,01786%	238.069,44	0,03303%	80.976,56	0,01267%
b) Tomada de Preços	7.592.211,37	0,96809%	4.543.200,89	0,64848%	1.427.506,72	0,19805%	1.448.895,74	0,22664%
c) Concorrência	15.820.230,94	2,01725%	13.354.261,97	1,90615%	1.323.465,05	0,18361%	2.112.160,14	0,33038%
d) Pregão	108.660.660,13	13,85542%	92.676.700,72	13,22841%	72.356.777,97	10,03860%	57.367.332,47	8,97336%
e) Concurso	0,00	0,00000%	0,00	0,00000%	0,00	0,00000%	0,00	0,00000%
f) Consulta	0,00	0,00000%	0,00	0,00000%	0,00	0,00000%	0,00	0,00000%
g) Regime Diferenciado de Contratações	0,00	0,00000%	0,00	0,00000%	0,00	0,00000%	0,00	0,00000%



Obras e Instalações	18.937.262,59	16.612.973,68	1.411.191,78	4.858.945,41	17.526.070,81	0,00	1.411.191,78	3.218.634,34
Equipamentos e materiais permanentes	19.508.318,52	10.277.947,84	3.236.685,80	2.494.177,65	16.271.632,72	11.754.028,27	3.236.685,80	570.544,68
Outros Serv. Terc - Pessoa Jurídica	473.394,00	10.918,57	129.448,00	10.918,57	343.946,00	7.783.770,19	129.448,00	10.918,57
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: TESOURO GERENCIAL/DCF/PRAD/UFPI

Análise crítica da realização da despesa:

Em relação as modalidades de licitação (Convite, Tomada de Preços, Concorrência, Pregão) utilizadas pela Universidade Federal do Piauí para realização de contratações no exercício de 2016, o Pregão correspondeu a 81,88%, demonstrando a preocupação em realizar processos licitatórios com maior transparência, eficiência e economicidade nas compras de bens e serviços.

Em relação às contratações diretas – Dispensa e Inexigibilidade, verifica-se que houve um aumento significativo nas Dispensas e uma redução nas Inexigibilidades. Em relação a Dispensa, essa variação deve-se principalmente a transferências realizadas para Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão -FADEX, CNPJ: 07.501.328/0001-30, para execução de cursos de especializações autofinanciáveis e de projetos apoiados pela Universidade Federal do Piauí (R\$ 14.687.200,74 - 58,13%) e pelos serviços de fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética do Piauí – Cepisa (Eletrobrás-PI), CNPJ: 06.840.748/0001-89 (R\$ 10.065.565,76 – 39,84%). No que se refere a inexigibilidade, a variação se deve a mudança no enquadramento jurídico utilizado para contratação com a Companhia Energética do Piauí – Cepisa (Eletrobrás-PI), que no exercício de 2015 foi enquadrada com base no Art. 25, Caput da Lei 8.666/93 (Inexigibilidade) e em 2016 foi enquadrada com base no Art. 24, inciso XXII da Lei 8.666/93 (Dispensa).

O Regime de execução especial-Suprimento de Fundos teve redução considerável tanto na quantidade de concessões quanto no valor utilizado, visto que a Universidade Federal do Piauí realiza concessões, somente, para pagamento de despesas de pequeno de vulto e prioriza a aquisição de bens por meio do pregão eletrônico.

Do montante de recursos recebidos e empenhados em custeio no exercício de 2016, verifica-se que 97,31% foram executados durante o ano, ficando em restos a pagar não processados 2,69% dos referidos recursos. Em relação às despesas com investimento verifica-se que 87,72% foi inscrito em restos a pagar não processados (51,33% - obras, 47,66% - equipamentos e materiais permanentes, 1,001% - outros serviços de



terceiros – pessoa jurídica). A inscrição de R\$ 17.526.070,81 em restos a pagar em “Obras e Instalações” ocorreu em virtude de diversas obras encontrar-se em fase de execução.

As despesas com Auxílio Financeiro a Estudantes deve-se a política de assistência estudantil implementada pela UFPI, através da concessão de diversas bolsas para os discentes de forma a atender as necessidades básicas dos mesmos.

2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal

Quadro 37 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	-	-	6	18.300,84	8.000,00
2015	154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	-	-	18	36.718,82	8.000,00

Fonte: TESOURO GERENCIAL/DCF/PRAD/UFPI

Quadro 38 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal				
					Saque		Fatura		Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Quantidade	Valor das Faturas (b)	
2016	154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	-	-	-	0,00	6,00	18.300,84	18.300,84
2015	154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	-	-	-	0,00	18,00	36.718,82	36.718,82

Fonte: TESOURO GERENCIAL/DCF/PRAD/UFPI

Quadro 39 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	339030	01	2.970,16
			06	1.418,60
			07	335,75
			11	275,00
			14	489,30
			16	309,30
			17	1.306,47
			18	3.507,48
			19	83,00
			21	368,25
			22	1.900,69
			24	2.711,15
			26	1.394,49
			31	38,00
			35	54,00
42	489,20			
	339039	17	650,00	

Fonte: TESOIRO NACIONAL/GEXCONT/PRAD/UFPI

Análise Crítica:

A Universidade Federal do Piauí não utiliza a sistemática de Suprimento de Fundos (Conta tipo “B”). Quanto à aplicação de recursos por meio do CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal, constata-se uma redução significativa na quantidade e valor dos suprimentos concedidos em relação ao exercício de 2015. A referida redução ocorreu em virtude do contrato firmado entre a UFPI e a Ticket Serviços Ltda., CNPJ: 47.866.934/0001-74, para prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de abastecimento de combustíveis para os cinco Campi da UFPI (Teresina, Parnaíba, Floriano, Picos e Bom Jesus).

O controle do suprimento de Fundos atende a legislação pertinente, bem como as orientações expedidas pela Controladoria Geral da União – CGU e manuais do SIAFI, não havendo extrapolação de qualquer limite orçamentário e de gastos. Ressaltamos que todos os

suprimentos de fundos concedidos tiveram suas prestações de contas devidamente analisadas e aprovadas no exercício 2016.

2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Em termos de ensino de graduação, a UFPI ministra, atualmente, 170 cursos com cerca de 20.771 alunos de graduação presencial e 5.634 na modalidade EaD. No exercício de 2016, a Universidade Federal do Piauí teve como resultados quantitativos para a área de Graduação as informações constantes nas Tabelas de 01 a 04 que se referem à quantidade de vagas ofertadas, quantidade de ingressantes, matriculados e concluintes.

Tabela 01 - Quantidade de vagas ofertadas no período de 2013-2016 nos cursos Presenciais

CAMPUS	2013.1	2013.2	2013 TOTAL	2014.1	2014.2	2014 TOTAL	2015.1	2015.2	2015 TOTAL	2016.1	2016.2	2016 TOTAL
CMPP	2.124	1.244	3.368	2.124	1.364	3.488	2.128	1.308	3.436	2.128	1.288	3.416
CAFS	165	180	345	170	230	400	170	160	330	170	160	330
CMRV	556	300	856	556	440	996	556	440	996	556	440	996
CPCE	250	250	500	250	310	560	250	250	500	250	250	500
CSHNB	450	350	800	450	410	860	450	350	800	450	380	830
TOTAL GERAL	3.545	2.324	5.869	3.550	2.754	6.304	3.544	2.508	6.062	3.554	2.518	6.072

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino/PREG/UFPI

Tabela 02 - Quantidade de Concluintes 2013-2016 nos Cursos Presenciais, a Distância e PARFOR

CAMPUS	2013.1	2013.2	2013 TOTAL	2014.1	2014.2	2014 TOTAL	2015.1	2015.2	TOTAL	2016.1	2016.2*	2016 TOTAL
CMPP	834	878	1.712	708	929	1.637	680	485	1.165	616	1.015	1.631
CAFS	45	121	166	46	92	138	97	115	212	89	162	251
CMRV	332	225	557	224	251	475	305	20	325	249	276	525
CPCE	122	117	239	110	86	196	116	12	128	78	82	160
CSHNB	242	253	495	191	238	429	183	14	197	140	212	352
CEAD	6	554	560	385	210	595	36	28	64	333	360	693
PARFOR	432	219	651	164	87	251	83	1	84	3	0	3
TOTAL GERAL	2.013	2.367	4.380	1.828	1.893	3.721	1.500	675	2.175	1.508	2.107	3.615

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino/PREG/UFPI

* As colações de grau ocorrerão em abril/maio de 2017.

Tabela 03 - Quantidade de Matriculados 2012-2015 nos Cursos Presenciais e a Distância**

CURSOS	2013.1	2013.2	2013* TOTAL	2014.1	2014.2	2014* TOTAL	2015.1	2015.2	2015* TOTAL	2016.1	2016.2	2016* TOTAL
PRESENCIAIS	20.124	19.598	19.861	20.252	19.591	19.922	19.992	18.900	19.446	20.430	21.111	20.771
A DISTÂNCIA	4.776	4.435	4.606	3.370	8.827	6.099	7.314	6.686	7.000	6.276	4.991	5.634
TOTAL GERAL	24.900	24.033	24.467	23.622	28.418	26.021	27.306	25.586	26.446	26.706	26.102	26.404

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino/PREG/UFPI

*Média dos semestres.

** Não está incluído dados do PARFOR

Tabela 04 - Quantidade de Ingressantes* 2013-2016 nos Cursos Presenciais, a Distância e PARFOR

CAMPUS	2013		2013 TOTAL	2014		2014 TOTAL	2015		2015 TOTAL	2016		2016 TOTAL
	2013.1	2013.2		2014.1	2014.2		2015.1	2015.2		2016.1	2016.2	
CMPP	2.431	1.372	3.803	2.433	1.394	3.827	2.146	1.269	3.415	2051	1313	3364
CAFS	205	191	396	202	180	382	156	119	275	157	144	301
CMRV	615	420	1.035	638	442	1.080	508	335	843	569	398	967
CPCE	224	182	406	260	167	427	181	76	257	227	184	411
CSHNB	508	378	886	512	354	866	394	272	666	428	343	771
CEAD**	4	6	10	1	6.433	6.434	7	0	7	0	0	0
PARFOR***	1	150	151	118	23	141	0	441	441	288	0	288
TOTAL GERAL	3.988	2.699	6.687	4.164	8.993	13.157	3.392	2.512	5.904	3.720	2.382	6.102

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Documentação de Ensino/PREG/UFPI

* Os dados referem-se a todas as formas de ingresso.

** Os ingressos nos cursos a distância não ocorrem anualmente.

*** Curso regular presencial especial ofertado para os professores da rede pública de ensino, em exercício, que ainda não possuem formação inicial exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo como objetivo a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Básica.

Em termos de Pós-Graduação a UFPI vem alcançando, sucessivamente, patamares elevados na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Conta com dispositivos capazes de assegurar uma sólida formação especializada e, ao mesmo tempo, com mecanismos que facilitam uma constante adaptação às mudanças exigidas pelo avanço do conhecimento. Está respaldada nos valores da excelência acadêmica e da sensibilidade social, indicadores do compromisso com o Ensino Superior Público no Brasil. A política institucional tem possibilitado a expansão dos Programas de Pós-Graduação, conforme demonstrado na Tabela 05.

Tabela 05 - Evolução no Número de Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* na UFPI

NÍVEL	ANO												Total
	1991 - 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Mestrado	09	-	-	04	05	01	05	04	-	04	01	02	35
Doutorado	01	01	-	-	-	01	03	-	-	01	03	-	10
Mestrado Profissional	-	-	-	-	-	-	02	-	-	02	01	04	09
Total Geral	10	01	-	04	05	02	10	04	-	07	05	06	54

Fonte: CPG/PRPG/UFPI

Outro ponto de destaque na atual gestão é o crescimento importante do sistema *Lato Sensu*, que atualmente apresenta um total de 4547 discentes matriculados ativos. Somados aos discentes do *Stricto Sensu*, temos um total de 6078 discentes, que prevendo a duplicação ou até triplicação desse número nos próximos seis anos, pressionará o sistema administrativo e de controle da Pós-Graduação. Neste sentido a Administração Superior deverá, e de acordo com o previsto no PDI, providenciar soluções de gerenciamento. Para tanto está previsto dividir internamente o *Stricto Sensu* do *Lato Sensu* e o controle de afastamentos para aperfeiçoamento. Esta divisão trará maior agilidade na análise de abertura de novos cursos, assim como melhorar o controle acadêmico e emissão de diplomas e/ou certificados.

A Pós-Graduação *Lato Sensu* da UFPI é subdividida em Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Residências. As Especializações e Aperfeiçoamentos acontecem na modalidade presencial e a distância em diversas áreas do conhecimento. Já as Residências são

presenciais e divididas em: Programas de Residência Médica, Programas de Residência em Área Multiprofissional e Programas de Residência em Área Profissional de Saúde.

No investimento permanente para ampliação da qualificação docente e técnicos administrativos da UFPI, várias estratégias foram adotadas, dentre elas destacamos a implementação de Programas especiais gerenciados pela CAPES, como pode ser observado na Tabela 06.

Tabela 06 - Programas especiais na pós-graduação e qualificação de recursos humanos em 2016.

PROGRAMA	QUANTIDADE
DINTER	84
PNPD - CAPES	35

Fonte: CPG/PRPG/UFPI

A política de qualificação docente e técnica implantada na UFPI nos últimos anos fizeram com que o percentual de titulados, principalmente de mestres e doutores, continuasse crescendo. Neste ano, foi firmado um convênio com a Universidade Municipal de São Caetano do Sul/USCS no estado de São Paulo, que capacitará servidores (docentes e técnico-administrativos) nos níveis de Mestrado e Doutorado respectivamente, na área de Administração. Com este convênio pretende-se formar 12 doutores e 08 mestres em 4 anos.

Dados ao aumento do número de Programas Institucionais de Pós-Graduação, muitos docentes e técnicos vêm se qualificando na própria Instituição. O expressivo crescimento do corpo docente qualificado deve-se ao apoio institucional permanente da administração superior, que tem possibilitado a realização dos cursos *Stricto Sensu* na própria Universidade.

Além dos programas especiais da CAPES, a UFPI, promove iniciativas visando à qualificação do seu quadro de pessoal. No ano de 2010, foi estabelecido o Programa de Capacitação Interna (PCI), através da extinta Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPPG da UFPI, com a oferta de vagas específicas para os servidores (docentes e técnicos administrativos) nos diversos Programas de Pós-Graduação, em nível de mestrado e doutorado, sendo que no ano de 2013, a Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação/PRPG propôs uma nova Resolução (Nº 236/13-CEPEX, que aprova o novo Programa de Capacitação Interna da UFPI), a qual destina 20% das vagas de seleção dos PPG's para servidores da UFPI, para fortalecer ainda mais o PCI.

No ano de 2016 foram ofertadas 229 vagas, sendo 197 para o Mestrado e 32 para o Doutorado.

Atualmente, a UFPI, conta no seu quadro permanente com aproximadamente 1.776 docentes distribuídos em cinco Campi, compreendendo os ensinos superior e médio. Deste total, 910 são doutores, 623 mestres, 118 especialistas, 01 com aperfeiçoamento e 19 são graduados, correspondendo respectivamente, aos seguintes percentuais: 51,3%, 35,1%, 8,83%, menor que 0,1% e 1,40% (Tabela 07). A evolução em relação ao ano passado representa um crescimento de aproximadamente 5% no número de docentes com título de Doutor, acompanhado de um crescimento negativo no número de docentes com titulação inferior, mostrando claramente que o corpo docente tende a se qualificar. Assim, a UFPI continua mantendo sua política de qualificação tanto dos servidores docentes quanto dos servidores não docentes.

Tabela 07- Indicadores de Qualificação de Docentes da UFPI no ano de 2016

TITULAÇÃO	2015		2016	
	Nº DE DOCENTES	% DE DOCENTES	Nº DE DOCENTES	% DE DOCENTES
Doutores	698	46,83	912	51,4
Mestres	700	42,63	626	35,2

Especialistas	145	8,83	118	6,6
Aperfeiçoados	05	0,31	1	<0,1%
Graduados	23	1,40	119	6,7%
TOTAL	1571	100	1776	100

Fonte: PRPG/UFPI

Ainda sobre o desempenho operacional dessa unidade, tem-se as Unidades de Ensino Técnico Profissional vinculadas à Universidade Federal do Piauí, que são: Colégio Técnico de Bom Jesus – CTBJ, Colégio Técnico de Floriano – CTF e Colégio Técnico de Teresina – CTT. Tais unidades estão em permanente articulação entre o mundo produtivo, o conhecimento científico e a tecnologia.

Atualmente são ofertados, regularmente, nos três colégios, o curso Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática e Técnico em Enfermagem, sendo estes em modalidades concomitante e/ou subsequente.

Seguindo a tendência de interiorização dos cursos da UFPI, o EBTT realiza suas atividades em outros municípios além das sedes por meio dos seguintes programas: Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC BRASIL) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Ademais, os Colégios Técnicos de Teresina, Bom Jesus e Floriano têm testemunhado a ascensão da alta estima de seus fatores através de construções, reformas, adaptações de suas ambiências, aquisição de equipamentos, transportes, material bibliográfico e animais de alta linhagem genética (caprinos, ovinos, bovinos de leite e suínos); realizando com esta infraestrutura e a força do trabalho de educandos, professores e técnicos administrativos, o processo de transformação do homem através da educação, com a ciência, inclusão social e sustentabilidade.

A oferta de vagas nos cursos presenciais, nas modalidades concomitante e subsequente, das três unidades de EBTT, vinculadas à UFPI, nos últimos 06 anos, apresentou aumento de 26,3%, o que comprova a demanda crescente por vaga nos referidos cursos (Gráfico 01).

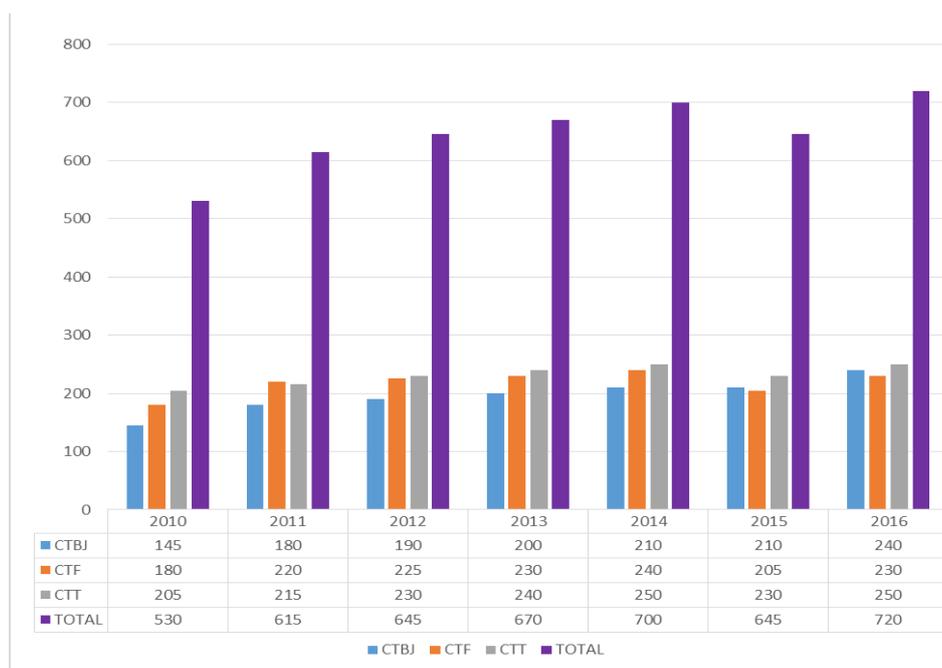


Gráfico 01 – Oferta de Vagas do SEBTT 2010-2016

Fonte: SEBTT/UFPI

Em 2016, os Colégios Técnicos da UFPI atuaram em 54 municípios do Piauí com a oferta de 18 cursos pelo Colégio Técnico de Bom Jesus, 10 cursos pelo Colégio Técnico de Floriano e 29 Cursos oferecidos pelo Colégio Técnico de Teresina, e com a Bolsa-Formação, que tem como objetivo expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, levando em conta os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais além das necessidades das populações envolvidas.

Os cursos ofertados pela Instituição foram selecionados por uma combinação de esforços e de informações, de acordo com as demandas identificadas pelos demandantes nacionais e pelas necessidades apresentadas pela população local, tendo por base levantamentos locais e demandas enviadas pelas Prefeituras Municipais, organizações de classe, etc.

O quantitativo de vagas foi definido de acordo com levantamento das demandas recebidas das Prefeituras Municipais, da Secretaria Estadual de Educação do Piauí, bem como dos demandantes Nacionais, tais como Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Pesca e Aquicultura, dentre outros.

As vagas Pactuadas para 2016 podem ser observadas no Quadro 40 abaixo:

Quadro 40 - Quantidade de Vagas de cursos Técnico à Distância da UFPI

ESCOLAS VINCULADAS	TIPO DE CURSO	TOTAL DE VAGAS
CTT	CURSO TÉC. SUBSEQUENTE	135
	CURSOS FIC	1805
CTF	CURSOS FIC	30
CTBJ	CURSOS TÉC.CONCOMITANTE	20
	CURSOS FIC	1100
TOTAL		3090

Fonte: SEBTT/UFPI

O Registro Estatístico das Ações de Extensão Universitárias, de um modo geral, melhorou consideravelmente, o número do público externo atingido pelos programas e projetos, o número de certificados emitidos e o expressivo ingresso de novas empresas a oferecer estágios remunerados aos estudantes da UFPI. A aplicação efetiva de recursos financeiros, principalmente, oriundos de programas de fomento à extensão sofreu, em parte, estrangulamentos em função de repasses, atrasos em processos licitatórios e empenhos e, também, da entrega de bens e serviços adquiridos, por parte do mercado. E o sequenciamento da realização do, cada vez mais expressivo, Seminário de Extensão e Cultura da UFPI – SEMEX, em cuja última edição registrou a presença de 753 inscritos, com 234 trabalhos apresentados.

Quadro 41 – Demonstrativo da evolução de Indicadores em Programas e Projetos desenvolvido, segundo o ano de execução.

ANO	PROGRAMAS E PROJETOS	DOCENTES	DISCENTES	PÚBLICO ATINGIDO	TÉCNICOS	COMUNIDADE EXTERNA ENVOLVIDA
2013	162	429	1.695	326.237	97	147
2014	192	612	2.038	98.092	106	183
2015	216	644	2.020	420.637	64	211
2016	212	737	2.451	90.284	114	239

Fonte: CPPEX/PREX/UFPI

Observamos no quadro, a evolução com relação ao número de projetos, a quantidade de docentes envolvidos, bem como discentes e técnicos administrativos e até a participação da comunidade externa na co-execução desses. Todos os dados demonstram crescimento, justificando-se aqui os anos de 2013 e 2015, quando aparece um público atingindo bastante expressivo em decorrência de dois projetos executados em Picos-PI, que atingia a população de grandes regiões, como exemplo, a investigação da qualidade de leite consumido e as práticas aplicadas nas comunidades para prevenção de doenças transmitida pelo consumo.

O resultado geral dos números dos programas e projetos cadastrados na PREX teve expressão, também, quanto ao número de certificados gerados. Nota-se a disposição dos docentes e técnicos situados em *Campi* fora de sede em assumir e realizar projetos de extensão, os quais se mostram mais elevados, em números, quando comparados com aqueles das sedes.

Quadro 42 – Resumo de outros indicadores das atividades realizadas no período 2013-2016

AÇÕES DE EXTENSÃO REGISTRADAS	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016
NÚMERO DE CERTIFICADOS EMITIDOS	1.382	1.573	1.745	941
TRABALHOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS A PARTIR DOS PROJETOS CONCLUÍDOS	21	72	34	29
PROJETOS EM EXECUÇÃO – SEDE TERESINA	78	87	98	100
PROJETOS EM EXECUÇÃO NOS <i>CAMPIS</i> FORA DE SEDE	84	105	118	112

Fonte: CPPEX/PREX/UFPI

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX tem apoio financeiro institucional da UFPI como parte do plano institucional de desenvolvimento e sistematização da extensão a concessão de bolsas aos alunos regularmente matriculados.

A habilitação ao referido programa se dá em obediência ao edital, com definição dos critérios de julgamento da Câmara de Extensão e Comitê Interno de Avaliação de Projetos de Extensão, sendo a oferta de Bolsas de Extensão totalmente custeada por recursos da UFPI, que progressivamente, vem aumentando em número na ordem 6% ao ano. O valor de cada bolsa está equiparado ao valor das Bolsas de Pesquisa pagas pelo CNPq. De um modo geral, destina-se 10 bolsas por ano para cada aluno, tendo em vista que os outros dois meses restantes do ano, são destinados ao processo de seleção de propostas. Há ano, em que o pagamento é ininterrupto, mas na condição da capacidade de pagamento da instituição.

Quadro 43 - Demonstrativo de oferta de Bolsas de Extensão em 2016

MESES	OFERTAS DE BOLSAS	NUMERO DE BOLSAS PAGAS	VALOR TOTAL DE BOLSAS R\$
JANEIRO	260	259	103.600
MARÇO	275	260	104.000
ABRIL	275	261	104.400
MAIO	275	270	108.000
JUNHO	275	272	108.800
JULHO	275	269	107.600
AGOSTO	275	262	104.800
SETEMBRO	275	237	94.800
OUTUBRO	275	261	104.400
NOVEMBRO	275	259	103.600
DEZEMBRO	275	258	103.200
TOTAL GERAL	3010	2868	1.148000

Fonte: CPPEX/PREX/UFPI



Os Cursos de Extensão e os Eventos de Extensão e Cultura gerenciados pela CCENO/PREX são os instrumentos de extensão de maior expressão nas atividades dos Docentes, Técnicos e Discentes da UFPI. De modo a contabilizar 225 cursos e eventos com dispêndio de 7.573 horas de trabalho, no ano de 2016.

Dentre eventos e cursos realizados, o Quadro 44 abaixo revela que eles estão concentrados nas Unidades de Ensino da Campus Sede, Teresina, 188 ocorrências (85,5%), contra 37 dos que são realizados nos Campi fora de sede. Neste espelho vimos refletir a imagem do Centro de Ciências da Educação, cujos cursos procuram elevados pontos de visibilidade, conferindo a realização de 67 eventos (29,7%) do total de eventos realizados na UFPI.

Principalmente para os eventos, muita importa o número de público beneficiando com os eventos e curso. Neste quesito, destaca-se o CCHL, o qual somou em 2016, a quantidade de 4.262 pessoas atendidas com 132 docentes envolvidos. Por último, um fator a registrar nessas modalidades de extensão, são os recursos arrecadas e declarados, cuja somatória anual atingiu a cifra de R\$ 92.984,00.

Quadro 44 - Panorama do Número de Cursos e Eventos de Extensão da UFPI no Ano de 2016

Unidades Acadêmicas	Nº de Cursos e Eventos de Extensão	Carga Horária Total Ministrada	Número de Pessoas Beneficiadas	Número de Ministrantes				Recursos Movimentados Em R \$
				Docentes da UFPI	Discentes da UFPI	Técnicos da UFPI	Externos à UFPI	
Órgãos da Ad. Superior	10	180	1318	43	17	12	16	13.084,00
CCA	08	293	1066	19	23	03	09	16.510,00
CCE	67	2273	3969	191	71	02	69	9.174,00
CCHL	47	1119	4268	132	28	01	28	22.694,00
CCN	12	542	1393	53	19		22	2.650,00
CCS	34	1328	1507	83	44	01	27	1.564,00
CT	05	456	506	26	10	-	5	-
CEAD	05	370	771	15	02	-	11	7.500,00
Campus de Parnaíba	21	470	2939	59	08	02	10	3.485,00
Campus de Bom Jesus	03	36	361	25	15	-	02	-
Campus de Picos	09	471	612	32	07	-	07	10573
Campus de Floriano	04	75	510	20	13	01	03	5.750,00
Total Geral	225	7.573	19.200	694	257	22	209	92.984,00

Fonte: CCENO/PREX/UFPI



2.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Quadro 45 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice Geral de Cursos (IGC)	3*	-	3***	Anual	O IGC de uma IES é calculado ponderando-se a média dos conceitos CPC dos cursos de graduação (esta também ponderada pela quantidade de alunos matriculados em cada curso) pelo “peso” da graduação na instituição. O mesmo cálculo é feito com os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , em nível de mestrado e doutorado.
Índice Geral de Cursos Contínuo (IGC)	2,72*	-	2,82***	Anual	O IGC de uma IES é calculado ponderando-se a média dos conceitos CPC dos cursos de graduação (esta também ponderada pela quantidade de alunos matriculados em cada curso) pelo “peso” da graduação na instituição. O mesmo cálculo é feito com os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , em nível de mestrado e doutorado.
Taxa de Sucesso da Graduação (TSG)	55,67%**	-	50,90%****	Anual	Conforme Decisão TCU nº 408/2002, o TSG é calculado pela fórmula abaixo: <u>Nº de diplomados (NDI)</u> Nº total de alunos ingressantes Onde NDI corresponde ao número de alunos APTOS a colar grau. Esse número é o total (1º e 2º semestres) do ano letivo correspondente ao exercício. E o número. Para o cálculo dos ingressantes, deve ser considerado o ano ou semestre do suposto ingresso dos estudantes que se graduam no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso.
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,84**	-	0,83****	Anual	Conforme Decisão TCU nº 408/2002, o GPE é calculado pela fórmula abaixo: $GPE = \frac{AGTI^{(2,2)}}{AG^{(2,1)}}$ Onde AGTI corresponde ao número de Alunos da Graduação em Tempo Integral e AG, ao total de alunos regularmente matriculados na graduação.
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,07**	-	0,07****	Anual	Conforme Decisão TCU nº 408/2002, o CEPG é calculado pela fórmula abaixo: $CEPG = \frac{APG^{(2,1)}}{AG + APG^{(2,1)}}$



Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,45**	3,55****	Anual	<p>Onde APG corresponde ao total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i>, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado. AG corresponde ao total de alunos regularmente matriculados na graduação</p> <p>Conforme Decisão TCU nº 408/2002, para obter o Conceito CAPES da IFES, deve ser feita a média aritmética dos conceitos CAPES de todos os programas de <i>pós-graduação stricto sensu</i> (com mestrado ou com mestrado e doutorado) da instituição que tenham sido objeto de avaliação, conforme fórmula abaixo:</p> $\frac{\Sigma \text{conceito de todos os cursos de pós-grad.}}{\text{Número de cursos de pós-grad.}}$ <p>Conforme Decisão TCU nº 408/2002, para qualificar o corpo docente, é feito o cálculo seguinte:</p> $\text{IQCD} = \frac{(5D+3M+2E+G)}{(D+M+E+G)}$ <p>É aplicada, ao número de professores (professores em exercício efetivo + substitutos + visitantes - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício), a seguinte ponderação: QUALIFICAÇÃO - PESO: Docentes doutores (D) - 5 ; Docentes mestres (M) - 3; Docentes com especialização (E) - 2; Docentes graduados (G) - 1.</p>
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,87**	3,84****	Anual	

Fonte: DIAI/CEDE/UFPI

* O índice de referência para o indicador IGC corresponde a Dez/ 2014.

** O índice de referência para o indicador TSG, GPE, CEPG, CAPES, IQCD corresponde a Mar/2015.

*** O índice observado para o indicador IGC corresponde ao ano de 2015.

**** O índice observado para o indicador TSG, GPE, CEPG, CAPES, IQCD corresponde a Mar/2016.

Além dos índices demonstrados nesse quadro, têm-se, ainda, os indicadores de qualidade da educação superior: o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) e o Conceito Preliminar dos Curso (CPC) de graduação, ambos são calculados anualmente. É importante destacar que o ENADE é aplicado trienalmente e que os cursos são avaliados em ciclos, portanto a cada ano cursos diferentes são avaliados.

O último ENADE e CPC, publicados em março de 2017, foram referentes ao ano de 2015, onde 14 cursos foram avaliados: 02 cursos tiveram conceito 5,0; 02 cursos ficaram com conceito 4,0; 06 cursos ficaram com conceito 3,0; 01 curso ficou com conceito reprovativo 01; e 02 cursos ficaram Sem Conceito. Quanto ao CPC, 01 curso ficou com conceito 4,0; 09 cursos ficaram com 3,0; 01 curso ficou com 2,0; e 02 cursos



ficam com Sem Conceito. Ressalta-se que o ENADE de 2016 ocorreu em 20/11/16 e o resultado só deverá ser disponibilizado pelo INEP em dezembro de 2017.

2.5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO CONFORME DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Quadro 46 – Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	541.957.959,17	432.369.350,17	398.888.896,82	396.368.263,28	324.586.059,00
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	535.772.162,34	431.409.751,68	393.286.283,10	392.940.296,30	322.017.860,85
Número de Professores Equivalentes	1.761,00	1.781,50	1.615,50	1.473,00	1.291,50
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	2.404,00	2.770,50	2.512,75	2.492,75	2.351,75
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	1.989,00	2.447,25	2.178,25	2.390,75	1.810,75
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	19.893,00	20.271,00	20.626,00	20.731,00	21.016,00
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	1.526,00	1.452,00	1315,00	1.074,00	1.028,00
Alunos de Residência Médica (AR)	122,00	78,00	78,00	84,00	85,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	29.655,86	30.050,25	31.461,26	30.818,67	29.086,18
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	16.541,27	16.943,33	16.990,86	17.402,11	15.508,54
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	3.052,00	2.904,00	2.630,00	2.148,00	2.056,00
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	244	156,00	156,00	168,00	172,00

Fonte: CEDE/UFPI

Quadro 47 – Resultados dos indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 – P	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	16.446,96	13.058,47	11.647,32	11.962,34	9.735,23
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	16.259,24	13.029,49	11.483,73	11.858,89	9.650,18
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	11,26	11,23	12,24	13,39	11,70
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	8,25	7,22	7,87	7,91	7,45
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	9,97	8,17	9,08	8,25	7,77
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,37	1,56	1,56	1,69	1,57
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,13	1,37	1,35	1,62	1,50
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,83	0,84	0,82	0,84	0,76
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,07	0,07	0,06	0,05	0,05



Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,55	3,45	3,44	3,17	3,31
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,84	3,87	3,65	3,54	3,61
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	50,90	55,67	56,42%	61,45%	56,02%

Fonte: CEDE/UFPI

Análise Situacional:

Construindo uma análise dos indicadores da UFPI, observa-se que o Custo Corrente da Universidade, teve um aumento de 25% no valor deste campo saindo de R\$ 432.369.350,17 em 2015 para R\$ 541.957.959,17 em 2016. Porém, de uma forma geral, todas as Universidades Federais tiveram aumento, visto que a média do custo corrente em 2015 estava em R\$ 467.882.097,93 já em 2016 esta média foi para R\$ 494.464.310,78 representando um aumento de 5,7%.

Observando a variável número de alunos equivalentes, observamos que praticamente não teve alteração de um ano para o outro e 2015 tinha 33.109,25 alunos equivalentes em 2016 passou para 32.915,86 visto que não teve mudanças impactantes nas vagas e cursos ofertados.

Quanto aos Professores Equivalentes, observa-se que este número se manteve estável após aumentos consecutivos de 2013 a 2015 onde a UFPI conseguiu combater o déficit que havia e dando melhores condições para a Graduação e Pós-Graduação se desenvolverem, isto pode ser observado pelo indicador de *Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente*, que hoje possui uma taxa de 11,26.

Analisando de uma forma ampla não se teve grandes alterações nos números que compõem nossos indicadores, os quais merecem comentários são o aumento de 25% do *Custo corrente da Universidade* e a redução de 19% no número de *funcionários equivalentes*, esta redução ocorreu devido à redução de funcionários terceirizados. No ano de 2015 a UFPI tinha um mil setecentos e sessenta (1.760) funcionários terceirizados e agora no ano de 2016 este número foi reduzido para um mil cento e trinta e um (1.131), uma redução de 35,7% superior até a redução que foi solicitada pelo governo federal de 25% de terceirizados

Análise da Universidade Federal do Piauí em relação ao panorama Nacional:

Ao observar o quadro abaixo: *Custo corrente /aluno equivalente tempo integral (excluindo as despesas do HU)*, concluímos que a UFPI ainda é uma das Universidade com o custo de formação por aluno mais barato de todo o Brasil, dentre o período analisado até o ano de 2015 estamos entre as cinco Universidades com o custo mais baixo por aluno, somente após dois anos com aumentos do Custo Corrente acima da média que conseguimos sair dentre as cinco com menos recursos por aluno, estando hoje na colocação cinquenta (50) de sessenta e três (63) instituições.

**Tabela 08 - Custo corrente / aluno equivalente tempo integral (excluindo as despesas do (s) HU(s))**

Nº	UFPI	Média Nacional	Colocação	Total de IFES
012	R\$ 11.071,16	R\$ 15.290,59	56	59
013	R\$ 11.858,89	R\$ 18.197,24	56	60
014	R\$ 11.483,73	R\$ 19.268,52	60	63
015	R\$ 13.029,49	R\$ 19.458,45	58	63
016	R\$ 16.259,24	R\$ 19.386,79	50	63

Fonte: CEDE/UFPI

Apresenta-se este custo baixo por aluno mesmo estando sempre entre as 20 maiores universidades em número de alunos equivalentes e no último ano ficamos na vigésima primeira em alunos de tempo integral.

Tabela 09 - Número de Alunos Equivalentes

Nº	UFPI	Média Nacional	Colocação	Total de IFES
012	29.086,18	21.259,64	16	59
013	33.134,67	22.257,95	16	60
014	34.247,26	21.835,40	15	63
015	33.110,25	24.164,86	18	63
016	32.951,86	25.418,08	20	63

Fonte: CEDE/UFPI

Tabela 10 - Número de Alunos tempo integral

Nº	UFPI	Média Nacional	Colocação	Total de IFES
012	15.508,54	14.177,83	19	59
013	19.718,11	14.872,90	17	60
014	19.776,86	14.444,03	16	63
015	20.003,33	15.884,75	20	63
016	19.837,27	16.870,20	21	63

Fonte: CEDE/UFPI

Observando a taxa de sucesso da Graduação teve-se uma pequena queda este ano, porém a UFPI ainda está acima da média nacional e entre as vinte melhores instituições, vide o quadro abaixo.

Tabela 11 - Taxa de Sucesso da Graduação

Nº	UFPI	Média Nacional	Colocação	Total de IFES
012	6,65	50,38	25	59
013	1,45	44,13	10	60
014	6,42	39,69	12	63
015	5,67	43,76	13	63
016	0,90	45,76	19	63

Fonte: CEDE/UFPI

Apesar de estar entre as vinte maiores Universidades em termos de alunos a UFPI ainda está buscando um orçamento equivalente temos conseguido evoluir, porém ainda estamos com o vigésimo quinto orçamento dentre todas as Universidades Federais.



2.6 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

A Universidade Federal do Piauí, no exercício de 2016, não recebeu recursos oriundos de fontes externas. No entanto, foram descentralizados créditos adicionais ao seu orçamento por diversos órgãos (Ministério da Educação e outros) conforme Quadro 48 que consta no ANEXO 01, página 114.



3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

a) Órgãos Deliberativos/Nível-Superior (Reg. Geral UFPI art. 2º)

Os órgãos deliberativos da UFPI são os Conselhos Superiores, os quais funcionam em conformidade com seus respectivos regimentos, em forma de Conselho e/ou de Câmaras:

- **Conselho de Administração (CAD):**

De acordo com o Regime Geral da UFPI:

Art. 8º O Conselho de Administração, órgão deliberativo e consultivo em matéria administrativa, compõe-se:

I - do Reitor, como Presidente;

II - do Vice-Reitor, como Vice-Presidente;

III - dos Pró-Reitores de Administração, de Planejamento e Orçamento e de Assuntos Estudantis e Comunitários;

IV - dos Diretores de Centro e do Campus de Parnaíba;

V - dos Diretores das Unidades de Ensino Médio e Tecnológico;

VI - de 2 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos;

VII - da representação estudantil, na forma da legislação vigente.

§ 1º O Conselho de Administração deliberará em plenário ou através das Câmaras Administrativa, de Planejamento e Orçamento e de Assuntos Estudantis e Comunitários.

[...]

Art. 9º Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar e submeter ao Conselho Universitário e ao Conselho Diretor da Fundação do Orçamento da Universidade;

II - propor ao Conselho Universitário a instituição de fundos especiais;

III - opinar sobre a aceitação de legados, doativos e heranças;

IV - julgar as contas das dotações que a Universidade conferir aos órgãos estudantis;

V - emitir pareceres e fixar normas em matéria de sua competência;

VI - decidir sobre propostas, indicações ou representações de sua competência;

VII - fixar taxas, emolumentos escolares e preços de serviços de qualquer natureza;

VIII - emitir parecer sobre a criação, modificação ou extinção de órgãos das atividades-meio da Universidade;

IX – propor a política da UFPI para formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico-administrativo;

X – julgar, originariamente, a liberação de servidores da UFPI (docentes e técnico administrativos) em processos de disposição e de convênios firmados com outras entidades oficiais nos quais se possibilite a liberação de servidores da Universidade;

XI - fixar normas e critérios para concessão de bolsas de trabalho, de moradia e de alimentação.

- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX):**

De acordo com o Regime Geral da UFPI:

Art. 10 O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão deliberativo superior em matéria didático-científica compõem-se:

I - do Reitor, como Presidente;

II - do Vice-Reitor, como Vice-Presidente;

III - dos Pró-Reitores de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de



Extensão;

IV - de um representante docente por Conselho Departamental, eleito por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos;

V - da representação estudantil, na forma da legislação vigente.

§ 1º O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão deliberará em plenário ou através das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão.

[...]

Art. 11 Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I - fixar normas complementares às deste Regimento Geral sobre concurso vestibular, currículos e programas, matrícula, transferência, avaliação do desempenho escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos, atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão, além de outras que se incluam no âmbito de sua competência, ouvidas as instâncias deliberativas de cada Centro;

II - aprovar os planos de novos cursos de graduação e pós-graduação, submetendo-os ao Conselho Universitário;

III - homologar projetos de pesquisa e planos de cursos ou serviços de extensão;

IV - aprovar o Calendário Universitário;

V - decidir sobre propostas, indicações ou representações de interesse da Universidade, em assuntos de sua própria esfera de ação;

VI - fixar normas e critérios para concessão de bolsas de iniciação científica, extensão e monitoria;

VII - fixar normas sobre a aplicação do fundo especial de pesquisa e extensão;

VIII - reconhecer, no âmbito de sua competência, grupos e associações organizadas por setores da Universidade, bem como oferecer apoio material e financeiro;

IX - deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer matéria de sua competência.

• **Conselho Universitário (CONSUN):**

De acordo com o Regime Geral da UFPI:

Art. 12 O Conselho Universitário, órgão máximo deliberativo da Universidade, compõe-se:

I - do Reitor, como Presidente;

II - do Vice-Reitor, como Vice-Presidente;

III - dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV - de 3 (três) representantes da comunidade, sendo um da categoria dos empregados sindicalizados, um da categoria dos trabalhadores sindicalizados e um da área cultural, não pertencentes aos quadros da Universidade, com mandato de 2 (dois) anos;

V - de 1 (um) representante do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Parágrafo Único – Os representantes da comunidade serão escolhidos pelo Conselho Universitário, dentre os indicados pelas entidades representativas de cada categoria, dando-se preferência a portadores de diploma de nível superior.

Art. 13 Compete ao Conselho Universitário:

I - aprovar, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação, reformado estatuto da Universidade;

II - aprovar reforma deste Regimento Geral;

III - aprovar os Regimentos dos demais órgãos da Universidade;

IV - aprovar o Plano Anual de Atividades da Universidade, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação;

V - aprovar a proposta orçamentária e o orçamento da Universidade, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação;



VI - apreciar recursos contra atos do Reitor, bem como os pedidos de reexame de deliberações dos Colegiados, por ele encaminhados;

VII - apreciar recursos contra atos do Conselho de Administração e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

VIII - decidir, à vista de planos aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre criação de curso de graduação ou pós-graduação;

IX - criar ou extinguir Departamentos e, mediante reforma do Estatuto da Universidade, criar ou extinguir Centros ou órgãos suplementares, sempre em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação e ouvidas em qualquer caso, as distâncias deliberativas inferiores;

X - criar e atribuir prêmios destinados a distinguir atividades culturais;

XI - deliberar sobre a atribuição de títulos de Professor Emérito, Professor Honoris Causa e Doutor *Honoris Causa*;

XII - dirimir dúvidas e conflitos de jurisdição entre o Conselho de Administração e o de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XIII - decidir sobre a destituição por proposta do respectivo Conselho Departamental, de representante docente junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XIV - decidir sobre proposta de destituição de Diretor e Vice-Diretor de Centro;

XV - decidir, após inquérito administrativo, sobre intervenção em qualquer unidade universitária;

XVI - decidir pelo voto mínimo de 2/3 (dois terços) de seus membros, sobre abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidade do Reitor ou Vice-Reitor, ou de ambos;

XVII - deliberar sobre a suspensão temporária, total ou parcial, de atividades universitárias;

XVIII - regulamentar o processo de consulta à comunidade universitária, que procederá obrigatoriamente a elaboração de listas tríplices para escolha de Reitor, Vice-Reitor, Diretor e Vice-Diretor de Centro, bem como o processo eleitoral para escolha de Chefe e Subchefe de Departamentos, Coordenador e Subcoordenador de Curso e da representação técnico-administrativo e discente junto aos Conselhos de Administração, de Ensino, Pesquisa e Extensão e

Departamentais;

XIX - homologar o resultado da consulta e da eleição previsto no inciso XVIII;

XX - exercer outras competências que lhe sejam cometidas pelo Estatuto e por este Regimento Geral.

b) Órgão Deliberativo/Nível Unidades de Ensino

• Conselho Departamental

De acordo com o Regimento Geral da UFPI:

Art. 26 O Conselho Departamental, órgão deliberativo máximo em matéria administrativa e didático-científica, no âmbito dos Centros, compõe-se:

I - do Diretor, como Presidente;

II - do Vice-Diretor, como Vice-Presidente;

III - dos Chefes de Departamentos;

IV - de 2 (dois) professores do Departamento, eleitos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos;

V - dos Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-graduação *stricto sensu*;

VI - de um representante dos servidores lotados no Centro, eleitos por seus pares, com mandato de 2 (dois) anos;



VII - da representação estudantil, na forma da legislação vigente.

Art. 27 Compete ao Conselho Departamental:

I - elaborar e reformar o Regimento do Centro, submetendo-o ao Conselho Universitário;

II - coordenar a consulta prévia à comunidade universitária e elaborar a lista tríplice de nomes para os cargos de Diretor e Vice-Diretor de Centro, a ser submetida à escolha do Reitor, assim como eleição dos coordenadores e subcoordenadores de cursos e da representação estudantil que o compõe, observadas as regras estabelecidas pelo Conselho Universitário;

III - indicar os componentes de Comissões Examinadoras de concurso de docente e provas de habilitação à livre-docência;

IV - eleger, dentre seus membros, representante junto ao CEPEX;

V - propor, perante o Conselho Universitário, fundamentadamente, por aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros, o afastamento ou a destituição do Diretor e do Vice-Diretor de Centro, de Chefe e de Subchefe de Departamento e de Coordenador e de Subcoordenador de Curso;

VI - apreciar e aprovar relatório anual apresentado pelo Diretor;

VII - apreciar e aprovar o plano de atividades didáticas e administrativas para cada período letivo, de acordo com as propostas dos setores vinculados ao Centro;

VIII - fazer cumprir as diretrizes gerais de ensino, estabelecidas pelos órgãos deliberativos superiores da Universidade e pela legislação vigente;

IX - promover a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Departamentos e compatibilizar a ação de planejamento e execução destas com decisões dos colegiados de curso;

X - opinar sobre as seguintes matérias, para efeito de apreciação pelos órgãos deliberativos superiores:

a) orçamento do Centro;

b) admissão, transferência, afastamento, remoção e intercâmbio de pessoal docente;

c) fixação de prioridades de pós-graduação e de pesquisa no âmbito do Centro;

d) criação, extinção e desativação temporárias de cursos de graduação e pós-graduação;

e) realização de cursos, programas e projetos de extensão;

f) propostas curriculares oriundas dos Colegiados de Cursos.

XI - definir a política administrativa e didático-científica do Centro;

XII - exercer outras atribuições que forem fixadas em normas complementares de organização e funcionamento do Centro.

c) Unidade de Controle Interno

A Unidade de Auditoria Interna desta Instituição de Ensino Superior é vinculada, administrativamente, ao Conselho de Administração da UFPI estando sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, através da Secretaria Federal de Controle vinculada a Controladoria Geral da União, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, visando proporcionar qualidade dos trabalhos e efetividade nos resultados de auditoria, quanto à comprovação da legalidade e, a avaliação dos resultados relativa à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão, notadamente em relação aos controles internos da instituição.

3.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

I - DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA REALIZADOS DE ACORDO COM O PAINT/2016:

- a) Elaborou o Relatório Anual de Auditoria Interna – RAIN/2015;
- b) Examinou o Relatório de Gestão da UFPI/2015 e emitiu parecer;
- c) Acompanhou o atendimento das Solicitações de Auditoria emitidas pela CGU;
- d) Acompanhou o atendimento dos Acórdãos e Diligências (determinações) do TCU;
- e) Prestou assessoramento e consultoria à Administração Superior da UFPI (Conselhos, Reitoria, Pró - Reitorias) com apresentação de subsídios e respostas às consultas para o aperfeiçoamento dos processos de gestão e controle;
- f) Iniciou auditoria no setor de transporte no campus de Teresina, para avaliar o controle de utilização de veículos oficiais e o controle de fornecimento de combustíveis no âmbito da UFPI, interrompido em 2016 e reiniciada em 2017;

II - ANÁLISE CONSOLIDADA ACERCA DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS, IDENTIFICANDO AS ÁREAS QUE APRESENTARAM FALHAS RELEVANTES E INDICANDO AS AÇÕES PROMOVIDAS PARA REGULARIZAÇÃO OU MITIGAÇÃO DOS RISCOS DELAS DECORRENTES:

A UFPI não tem consolidado na sua estrutura organizacional, manuais e/ou normativos estabelecendo os procedimentos que deverão ser adotados quando da operacionalização de seus processos, utilizando-se de legislação específica a cada objeto trabalhado, através de check list, adotado como fluxograma e servindo como parâmetro para manifestação, parecer, e outras informações.

No ano de 2016 foi dado o pontapé inicial, através da Pró-Reitoria de Planejamento, Pró-Reitoria de Administração e Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, com reuniões e protótipos de sistemas, sem, no entanto, ainda não ter sido consolidado processos que venham atender ao controle administrativo eficaz que possa assegurar com eficiência e economia a consecução de objetivos e metas estratégicas e operacionais da entidade, a prevenção de erros, fraudes e desperdícios e a qualidade das informações, serviços e produtos.

Existe alguns setores com falhas diagnosticadas anteriormente e ainda não corrigidas, como os inventários de bens móveis e imóveis, profissionais com treinamentos e capacitação para comissão permanente de licitação – CPL, (na elaboração de Editais), e para fiscalização de convênios e contratos com sua fundação de apoio na prestação de contas e implantação do SICONV.

Outras falhas estão sendo mitigadas com a contratação de empresas especializadas para área de engenharia na elaboração de projetos, obras e fiscalização das mesmas, bem como para treinamentos e capacitação de servidores que estão ou serão lotados nesses setores.

A Unidade de Auditoria Interna da UFPI vem se manifestando e cobrando anualmente, da Administração Superior, a implantação dos sistemas de controle interno, gestão de riscos, e ampliação do quadro de auditores, treinamento e capacitação dos mesmos, para que possa determinar a eficiência e assegurar que o sistema de controle interno funciona como deve e que seus objetivos foram atingidos.

Em 2016 a Unidade de Auditoria Interna recebeu mais um auditor, em caráter temporário, que ainda precisa de treinamento e capacitação para algumas ações de auditoria.



As projeções para o exercício de 2016 ficaram, em parte, prejudicadas, face o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, greves de servidores, paralizações por ocupação pelos estudantes de espaços físicos da UFPI, e, as falhas consideradas relevantes como o controle interno parcialmente já implementado e gestão de riscos ainda não implementado.

As recomendações contidas no Sistema Monitor da CGU não foram totalmente regularizadas, mesmo com o monitoramento e cobrança por parte da Unidade de Auditoria Interna.

III – DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT, INDICANDO SUA MOTIVAÇÃO E SEUS RESULTADOS:

Não houve.

IV – RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA PREVISTOS NO PAINT NÃO REALIZADOS OU NÃO CONCLUÍDOS, COM AS JUSTIFICATIVAS PARA A SUA NÃO EXECUÇÃO E, QUANDO APLICÁVEL, COM A PREVISÃO DE SUA CONCLUSÃO:

1) Três ações previstas no PAINT (Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios – Cartão Corporativo e Análise dos Controle de monitoramento dos indicadores de evasão escolar), não foram efetivadas por falta de pessoal treinados e capacitados para desenvolver essas ações pela Unidade de Auditoria Interna.

2) Em 2016 foi iniciada uma ação de auditoria no Setor de Transporte para avaliar o controle da utilização de veículos oficiais e terceirizados e o fornecimento de combustíveis aos mesmos, com previsão de conclusão para fevereiro de 2017, face greve e férias dos servidores envolvidos nessa ação e atraso na apresentação dos documentos.

V – DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE NOS RECURSOS E NA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E NA REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS:

a) Fatos que impactaram positivamente – recursos humanos, com a chegada de mais um auditor e recursos técnicos, com a recepção de mais equipamentos na Unidade de Auditoria Interna.

b) Fatos que impactaram negativamente – falta de recursos financeiros para deslocamento com a finalidade de treinamento e capacitação de auditores.

VI – DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS, COM INDICAÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES CAPACITADOS, CARGA HORÁRIA, TEMAS E A RELAÇÃO COM OS TRABALHOS PROGRAMADOS:

A UFPI disponibilizou diárias e passagens somente para um Auditor, para participar do 44º FONAITec – da Associação Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação, com carga horário de 24 horas e o tema: Auditoria Interna – Disseminando a cultura da gestão de riscos nas Instituições Federais de Ensino e do 45º FONAITec, com o tema: 3ª Linha de Defesa da Gestão, com carga horária de 40 horas.

Os temas específicos mais relevantes foram “Contribuições da Auditoria Interna ao Gerenciamento de Projetos Educacionais”, “Capacitando Auditores em Governança, gestão de



riscos e controles internos” e “A gestão de riscos e a operacionalização de controles internos da gestão: o papel da auditoria interna como 3ª linha de defesa”.

Nesses fóruns são apresentados trabalhos técnicos desenvolvidos em cada Instituição de Ensino Superior, com palestras técnicas e boas práticas, com painéis de apresentação e debates, relacionados à execução orçamentária, financeira e contábil.

Houve também a apresentação e uso do Sistema Tesouro Gerencial, apresentado numa Palestra Técnica, com carga horária de 8 horas, por Mábio Darlan Rodrigues Italiano, Auditor IFTO, na sala da Unidade de Auditoria Interna, em Teresina, com a presença do Auditor Interno-Chefe, 2 auditores e um contador, todos lotados na Auditoria Interna.

VII – QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO, BEM COMO AS VINCENDAS E AS NÃO IMPLEMENTADAS NA DATA DA ELABORAÇÃO DO RAINT, COM A INCLUSÃO, NESTE CASO, DOS PRAZOS DE IMPLEMENTAÇÃO E AS JUSTIFICATIVAS DO GESTOR:

Não houve recomendações emitidas pela Unidade de Auditoria Interna, mas cobrança para a implementação das recomendações constantes do Sistema Monitor da CGU, atendimento das determinações do TCU e também à Administração Superior na implantação dos sistemas de controles internos e gestão de risco.

VIII – DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA AO LONGO DO EXERCÍCIO.

A Unidade de Auditoria Interna, através de manifestações e pareceres colabora para evidenciação de erros, omissões ou fraudes, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções e para as não conformidades apontadas nos relatórios do Controle Interno.

Monitora as recomendações da Controladoria Geral da União e acórdãos do Tribunal de Conta da União para que sejam implementadas tempestivamente e as determinações sejam cumpridas, emitindo alertas e novas cobranças.

Em reuniões com a Administração Superior, esclarece procedimentos de formalização de processos e instrução técnica na melhoria do fluxo operacional dos sistemas de controle, minimizando custos e erros formais, no sentido de uma maior celeridade na operacionalização dos mesmos.

3.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Quadro 49 - Sindicâncias em Andamento

Nº do Processo	Portaria de Instauração		Irregularidade/ Recomendação (Resumo)	Situação Atual	Data prevista para Conclusão	Observações da Comissão
	Nº	Data				
012543/2016-93	-	-	Suposta agressão moral a colega em ambiente de trabalho	Julgada	-	-
031090-2016/02	-	-	Promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição	-	-	-
009708/2016-40	-	-	Apropriação/porte ilegal de arma de fogo.	-	-	-
012631/2016-95	-	-	Injúria perpetrada contra colega em ambiente de trabalho.	-	-	-



019495/2016-64	-	-	Ofensa a sua honra de colega cometida por uma colega de trabalho	-	-	-
263501-2016/10	-	-	Furto de aparelho data-show da sala 354 do CCHL	Julgado e arquivado	-	-

Fonte: USC/UFPI

3.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Universidade Federal do Piauí – UFPI não tem “Gestão de Riscos” na sua estrutura de gerenciamento, nem em seus diversos níveis, com papéis e responsabilidades estabelecidas, que possa demonstrar o comprometimento dos objetivos institucionais e da qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos.

Tem, parcialmente implantado e em funcionamento, o sistema denominado SIG – (SIGAA - Acadêmico), (SIPAC - Administrativo), (SIGRH - Recursos Humanos) e (SIGAdmin - Administração e Comunicação), ainda não avaliados pela Auditoria Interna ou Controladoria Geral da União, se são suficientes para mitigar os riscos e garantir, com segurança razoável, a confiabilidade das informações produzidas, em obediência às leis e regulamentos que os regem.

**4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO****4.1 GESTÃO DE PESSOAS****4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade****Quadro 50 – Força de Trabalho da UPC**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	2994	154	35
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	2994	154	35
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	2994	154	35
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	5	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	3	-	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	2	2	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	304	168	152
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	6	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	3314	324	188

Fonte: SRH/UFPI

Quadro 51 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	-	-
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	452	2543
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	452	2543
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	3	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	304
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	6	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	468	2847

Fonte: SRH/UFPI

Quadro 52 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	6	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	6	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	514	438	29	17
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	514	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	2	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	514	446	29	17

Fonte: SRH/UFPI



4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 53 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	244.789.689,42	0,00	25.311.946,93	17.644.768,53	0,00	13.214.986,46	115.634.422,05	3.720.298,56	12.014.050,33	432.330.162,28
	2015	229.562.363,18	0,00	22.477.323,35	16.580.734,96	0,00	12.117.693,72	113.083.089,85	358.025,26	12.150.523,23	406.329.753,55
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	0,00	92.708,77	7.968,02	2.575,78	0	0	1.241,93	0	0,00	104.494,50
	2015	0,00	88.619,13	7.552,62	2.517,53	0,00	0,00	1.458,43	0,00	0,00	100.147,71
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	413.221,58	35.445,78	10.484,82	7.292,19	6.756,09	33.486,00	0,00	0,00	506.686,46
	2015	0,00	450.829,36	32.785,88	15.469,77	6.966,64	1.081,90	27.279,86	0,00	0,00	534.413,41
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	2.425.819,80	0,00	36.431.845,87	110.699,28	0,00	1.106.572,65	0,00	20.009,41	157.818,48	40.252.765,49
	2015	2.335.998,33	0,00	388.607,80	103.494,66	0,00	1.187.032,47	0,00	7.257,26	197.808,48	4.220.199,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	12.691.702,61	0,00	919.063,42	153.686,98	0,00	0,00	1.660.669,66	0,00	0,00	15.425.122,67
	2015	10.756.035,21	0,00	699.076,34	289.329,19	0,00	0,00	1.201.992,52	0,00	0,00	12.946.433,26

Fonte: SRH/UFPI



4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

As atividades realizadas em folha de pagamento são auditadas tanto pelos órgãos de controle oficiais, CGU e TCU, quanto pelo próprio Ministério do Planejamento, o qual exige justificativas para certos lançamentos que são realizados. Além disso, os pagamentos são parametrizados pelo próprio MPOG, o qual não permite discricionariedade de valores ou rubricas.

O principal limitador para eficiência na reposição de servidores é da própria legislação que versa sobre concurso público, e somado a isto, os parâmetros judiciais que devem ser aplicados, como remoções de servidores para outras IFES, sem a respectiva contrapartida, e a fragilidade legal na remoção de servidores entre Campi para tratamento de saúde, mesmo nos casos de doenças pré-existentes.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio

As informações sobre esse subitem podem ser visualizadas no Quadro 54, ANEXO 02, Página 123.

4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1 Gestão da frota de veículos

A Divisão de Transporte durante o ano de 2016, utilizou-se de Sistema de Gerenciamento de Frota fornecido pela Empresa Ticket nos contratos 01/2015 (Administração e gerenciamento do abastecimento de combustíveis) e 05/2016 (Administração e gerenciamento da manutenção da frota).

Gastos com combustível contrato 01/2015 no ano de 2016:

Quadro 55 – Gastos com Combustíveis

Valor total anual	Saldo empenhado mensalmente	Valor utilizado mensalmente	
R\$ 608.000,00	R\$ 50.666,67	Janeiro	R\$ 30.772,70
		Fevereiro	R\$ 40.004,42
		Março	R\$ 33.321,95
		Abril	R\$ 37.215,02
		Maio	R\$ 48.809,92
		Junho	R\$ 38.057,26
		Julho	R\$ 42.483,09
		Agosto	R\$ 38.244,16
		Setembro	R\$ 39.220,96
		Outubro	R\$ 34.954,19
		Novembro	R\$ 48.408,88
		Dezembro	R\$ 41.421,17
		Total Gasto: R\$ 472.913,72	

Fonte: PREUNI/UFPI

Gastos com manutenção contrato 05/2016 no ano de 2016:

Quadro 56 – Gastos com Manutenção

Valor total anual	Saldo empenhado mensalmente	Valor utilizado mensalmente	
R\$ 560.000,00	R\$ 46.666,00	Março	R\$ 3.595,15
		Abril	R\$ 25.766,97
		Maio	R\$ 13.497,50
		Junho	R\$ 43.425,43



	Julho	R\$ 30.386,64
	Agosto	R\$ 36.881,71
	Setembro	R\$ 31.273,98
	Outubro	R\$ 38.976,10
	Novembro	R\$ 37.681,03
	Dezembro	R\$ 63.547,19
	Total Gasto: R\$ 325.031,70	

Fonte: PREUNI/UFPI

A frota do Campus Ministro Petrônio Portela é composta por 73 veículos oficiais e 07 veículos terceirizados (conforme tabela abaixo) que atendem a comunidade acadêmica local por meio do atendimento e apoio veicular nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de gestão, de serviços científicos, esportivos, culturais e estudantis vinculados à UFPI.

Grupo I - VEÍCULOS LEVES

Quadro 57 - Descrição veículos tipo leves da UFPI

ITEM	DESCRIÇÃO VEÍCULO	ANO		PLACA	COMBUSTÍVEL
		FAB.	AQUIS.		
01	Astra Sedan Elegance	2005	2006	LVV-9441	Gasolina/Álcool
02	Vectra Sd Expression	2008	2009	NIA-9231	Gasolina/Álcool
03	Trailblazer	2014	2015	PIG-8821	Diesel
04	Fiat Doblo Attractive	2013	2013	OUB-5066	Gasolina/Álcool
05	Ford Fiesta Flex	2008	2008	NIA - 7658	Gasolina/Álcool
06	Ford Fiesta Flex	2008	2008	NIA - 7558	Gasolina/Álcool
07	Ford Fiesta Flex	2009	2009	NIA - 8491	Gasolina/Álcool
08	Ford Fiesta Flex	2009	2009	NIA - 8451	Gasolina/Álcool
09	Ford Fiesta Flex	2009	2009	NIA - 8461	Gasolina/Álcool
10	Ford Ecosport Flex Xl 1.6 Flex	2008	2008	NHW-5164	Gasolina/Álcool
11	Fiat Uno Mille	2013	2013	ODW-2779	Gasolina/Álcool
12	Ford Fiesta Flex	2009	2009	NIA - 8401	Gasolina/Álcool
13	Ford Fiesta Flex	2008	2008	NIA - 7528	Gasolina/Álcool
14	Ford Fiesta Flex	2009	2009	NIA - 8471	Gasolina/Álcool
15	Fiat Uno Mille	2013	2013	OUB-3919	Gasolina/Álcool

Fonte: PREUNI/UFPI

Média anual de quilometragem grupo I – 7.000 KM/ANO

Grupo II – UTILITÁRIOS

Quadro 58 – Descrição Veículos tipo Utilitários da UFPI

ITEM	DESCRIÇÃO VEÍCULO	ANO		PLACA	COMBUSTÍVEL
		FAB.	AQUIS.		
01	Ford Courier 1.6 L	2006	2007	LVM-5048	Gasolina
02	Kombi Volkswagen Furgão	2006	2007	LVM-7981	Gasolina/Álcool
03	Renault Kangoo Express 16	2006	2007	LWE-7996	Gasolina
04	Peugeot Partner Furgão 800k 16	2008	2008	NIV - 5310	Gasolina
05	Fiat Fiorino Furgão Flex	2009	2010	NID - 5771	Gasolina/Álcool
06	Kombi Volkswagen	2006	2007	LVI-0886	Gasolina/Álcool
07	Kombi Volkswagen	2004	2004	LWI-1757	Gasolina
08	Fiat Uno Fiorino Furgão 1.3 Flex	2012	2012	OEI - 7286	Gasolina/Álcool
09	Kombi Volkswagen	1999	1999	LVS -1080	Gasolina

Fonte: PREUNI/UFPI

Média anual de quilometragem grupo II – 7.400 KM/ANO

Grupo III – CAMIONETES

**Quadro 59 – Descrição Veículos tipo Camionete da UFPI**

ITEM	DESCRIÇÃO VEÍCULO	ANO		PLACA	COMBUSTÍVEL
		FAB.	AQUIS.		
01	Ford F-250 XLT W21	2008	2009	NIC - 4739	Diesel
02	Camioneta Toyota cs	1989	1989	LVN-0378	Diesel
03	L-200 4x4 Gl	2006	2006	JKH - 9253	Diesel
04	Camioneta Hilux	1998	1998	Hvu-7229	Diesel
05	L 200 Triton	2013	2013	OTI-6139	Diesel
06	Camionete S10	1999	1999	AIS-2784	Diesel
07	L 200 Triton	2013	2013	OPL-2578	Diesel
08	L 200 Triton	2013	2013	OPK-8233	Diesel
09	FORD Ranger XL 13p	2010	2011	NIL-7421	Diesel
10	S - 10 / Ambulância 2.8 4x2	2009	2009	NID - 4295	Diesel
11	Camioneta MMC/L-200 4X4 GL	2002	2003	LVO - 2080	Diesel
12	L 200 Triton Gls Cab Dupla	2014	2015	PIA-9837	Diesel
13	Camioneta L-200 Pick-up	2002	2002	LWC - 4842	Diesel
14	Camioneta L-200 Pick-up	2002	2002	LVZ - 6713	Diesel

Fonte: PREUNI/UFPI

Média anual de quilometragem grupo III – 54.000 KM/ANO.

Grupo IV-ONIBUS/ MICRO-ONIBUS/VAN**Quadro 60 – Descrição Veículos Tipo Ônibus/Micro-ônibus/Van da UFPI**

ITEM	DESCRIÇÃO VEÍCULO	ANO		PLACA	COMBUSTÍVEL
		FAB.	AQUIS.		
01	Renault Van Master Bus 16 Dci	2006	2007	LWE-7956	Diesel
02	Van Peugeot Boxer Jaedi Tur	2009	2009	NIN-9728	Diesel
03	Ônibus Merc. Benz Comil Campione	2009	2010	NIQ - 8829	Diesel
04	Ônibus Volkswagen Masca Granvia Eod O	2005	2005	LWM-5087	Diesel
05	Ônibus Vw Neobus Spec	2010	2010	NIH - 5992	Diesel
06	Onibus Volvo/Mpolo Paradiso	2013	2013	OUE-6089	Diesel
07	Furgão Renault Master	2013	2014	ODW-4991	Diesel
08	Ônibus VW/BUSSCAR ECOSS U	2008	2008	NHU-1373	Diesel

Fonte: PREUNI/UFPI

Média anual de quilometragem grupo IV – 42.000 KM/ANO.

Grupo V - MOTOCICLETAS**Quadro 61 - Descrição Veículos Tipo Motocicleta da UFPI**

ITEM	DESCRIÇÃO VEÍCULO	ANO		PLACA	COMBUSTÍVEL
		FAB.	AQUIS.		
01	Motocicleta Honda Cg 125 Fan	2005	2005	LWD-3447	Gasolina
02	Motocicleta Suzuki En 125 Yes	2009	2009	NIG- 9246	Gasolina
03	Motocicleta Honda/Biz 125 Es	2005	2005	LVV-6788	Gasolina
04	Motocicleta Honda C100 Bis	2003	2003	LVT-1543	Gasolina
05	Motocicleta Honda Cg 150 Titan Ks	2004	2004	LWE-4158	Gasolina
06	Motocicleta Honda Cg 125 Fan	2007	2007	LWG-8434	Gasolina
07	Motocicleta Honda Cg 125 Fan	2007	2007	LWG-8264	Gasolina
08	Motocicleta Honda Cg 125 Fan	2007	2007	LWG-8444	Gasolina
09	Motocicleta Honda Xr 250 Tornado	2006	2006	LWM-0866	Gasolina
10	Motocicleta Honda Xr 250 Tornado	2006	2006	LWM-0836	Gasolina
11	Motocicleta Suzuki En 125 Yes	2009	2009	NIG - 9206	Gasolina
12	Motocicleta Suzuki En 125 Yes	2009	2010	NIG - 4391	Gasolina

Fonte: PREUNI/UFPI

Média anual de quilometragem grupo V – 6.000 KM/ANO

Grupo VI – CAMINHÕES

Quadro 62 – Descrição Veículos Tipo Caminhão da UFPI

ITEM	DESCRIÇÃO VEÍCULO	ANO		PLACA	COMBUSTÍVEL
		FAB.	AQUIS.		
01	Caminhão BAÚ VW 7.100	1997	1997	LVN-0474	Diesel
02	Caminhão Baú Agrale 13000	2007	2008	NHY-4314	Diesel
03	Caminhão Baú Iveco DAILY 70C16 CS	2009	2009	NIC – 1362	Diesel
04	Caminhão Baú Iveco DAILY 70C16 CS	2009	2009	NIC - 1382	Diesel
05	Caminhão Iveco ECTECTOR 230E24N	2009	2009	NIB – 0183	Diesel
06	Caminhão Iveco ECTECTOR 230E24N	2009	2009	NIB - 0213	Diesel

Fonte: PREUNI/UFPI

Média anual de quilometragem grupo VI -9.400 KM/ANO

Grupo VII – TRATORES

Quadro 63 – Descrição Veículos Tipo Caminhão da UFPI

ITEM	DESCRIÇÃO VEÍCULO	ANO		PLACA	COMBUSTÍVEL
		FAB.	AQUIS.		
01	Trator M Ferguson 265	1979	1979	-----	Diesel
02	Trator Agrícola Newland TL 85	2012	2012	-----	Diesel
03	Trator Agrale 5075 Com Tração 4X2	2012	2012	-----	Diesel
04	Trator M Ferguson 265	1989	1989	-----	Diesel
05	Trator Com Tração Agrale 5075 4X2	2012	2012	-----	Diesel
06	Trator Ford	1979	1979	-----	Diesel
07	Trator De Esteira	1958	1958	-----	Diesel
08	Trator Agrale 5075 4x2	2012	2012	-----	Diesel
09	Trator Allis Chalmer	1974	1974	-----	Diesel

Fonte: PREUNI/UFPI

Média anual de quilometragem grupo VII – não existe mensuração de quilometragem para este grupo.

Grupo VIII - VEÍCULOS TERCEIRIZADOS

Quadro 64 - Descrição Veículos Terceirizados

ITEM	DESCRIÇÃO VEÍCULO	ANO		PLACA	COMBUSTÍVEL
		FAB.	AQUIS.		
01	Camionete Amarok 4x4 S	2016	2016	PMK-7693	Diesel
02	Camionete Amarok 4x4 S	2016	2016	PMK-7633	Diesel
03	Camionete Amarok 4x4 S	2016	2016	PMK-7993	Diesel
04	Peugeot/Boxer	2015	2016	PMS-0282	Diesel
05	Camionete Amarok Cd 4x4 Se	2014	2014	PID-7839	Diesel
06	Camionete Amarok Cd 4x4 Se	2014	2014	PIF-5024	Diesel
07	Nissan Frontier 4x4 S	2013	2014	ODW-2991	Diesel

Fonte: PREUNI/UFPI

Média anual de quilometragem grupo VIII - 50.400 KM/ANO.

As manutenções dos veículos terceirizados ficam por conta de suas respectivas empresas que quando solicitado pela UFPI, tem prazos definidos para a prestação das manutenções (corretiva e preventiva) definidas e acertadas por ambas as partes.

Para a frota terceirizada é adotada como meios para substituição do (s) veículo (s) a premissa de que o veículo se encontra em perfeitas condições de uso até completar 100.000(cem mil) Km / 02(dois) anos de uso, o que ocorrer primeiro.



4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Após averiguação de que os veículos não atendem mais as necessidades desta IES, a documentação dos mesmos é encaminhada a Divisão de Patrimônio para que seja providenciado o leilão dos mesmos.

É pratica desta divisão utilizar o seguinte parâmetro para auxiliar na tomada de decisão acerca do descarte de determinado veículo, quando a taxa de depreciação do veículo supera o valor de compra ou quando o que se está investindo para o conserto do veículo superar 50% do valor do bem.

No ano de 2016 foram encaminhados 06(seis) veículos para leilão como mostra quadro abaixo:

Quadro 65 - Descrição Veículos Encaminhados para Leilão

ÍTEM	VEÍCULO (Tipo, Marca, Modelo)	ANO		PLACA	TIPO DE COMBUSTÍVEL	SETOR USUÁRIO	NUMERO CHASSI	RENAVAN
		Fab.	Aquis.	Atual				
1	Micro-ônibus Iveco CITY CLASS 6013	2004	2004	LVX- 4843	Diésel	CSO	93ZC6190148312956	830321110
2	Camioneta Nissan/Frontier 4X4 XE	2002	2002	LWI- 8020	Diésel	CSO	94DCMUD223J365183	795241402
3	Camioneta Saveiro VW CLI	1997	1997	LVO- 2496	Gasolina	CSO	9BWZZZ308VP017742	679834559
4	Camioneta Nissan- X Terra 2.8 SE	2005	2005	LVY- 7268	Diésel	VIGILÂNCIA	94DTEND226J685827	871302349
5	Micro. Renault Master BUS16 DCI	2006	2007	LWE- 7966	Diésel	C.Picos	93YCDDUH57J814054	906841801
6	Camioneta Nissan Frontier 4X4 XE	2005	2006	LVS- 4432	Diésel	LAPETRO	94DCEUD226J696505	883243776

Fonte: PREUNI/UFPI

4.2.3 Informações sobre os Imóveis locados de Terceiros

No que diz a esse item, informa-se que a UFPI possui atualmente dois contratos de locação de imóveis:

1. Contrato nº 38/2009 – Celebrado entre a UFPI e a Santa Clara Administradora de Imóveis LTDA, tem como objeto locação de um galpão comercial, situado na Rua Bento Clarindo Bastos nº 1377, Bairro Noivos, medindo 20 x 80m², com área de 1.600m. O presente imóvel tem como objetivo acomodar o material permanente e equipamentos que ainda ocupam as dependências do Hospital Universitário e os novos que são adquiridos pela UFPI. O valor da locação é de R\$ 11.515,28 (Onze mil e quinhentos e quinze reais e vinte e oito centavos). É obrigação de o locatário manter o objeto de locação no mais perfeito estado de conservação e limpeza para assim restituir ao locador quando finda ou rescindida a locação, além disso, são de responsabilidade do locatário o pagamento de taxas água/esgoto, energia e IPTU durante a vigência do contrato.

2. Contrato nº 69/2014 – Celebrado entre a UFPI e Rafael dos Santos Silva, tem como objeto locação de imóvel na cidade de Parnaíba com a finalidade de abrigar as instalações da Casa do Estudante do Campus de Parnaíba. É obrigação do locatário manter o objeto de locação no mais perfeito estado de conservação e limpeza para assim restituir ao locador quando finda ou rescindida a locação, além disso é de responsabilidade do locatário o pagamento de taxas água/esgoto, energia e IPTU durante a vigência do contrato.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

4.3.1 Principais Sistemas de Informações

A linha mestra de referência dos trabalhos realizados pelo NTI (Núcleo de Tecnologia da Informação), bem como os projetos executados pelo NTI, devem fazer parte do Plano Diretor da Instituição, o PDI UFPI 2015-2019 disponível no portal da Pró-reitoria de Planejamento da UFPI, e mais precisamente deve ser elaborado um Plano Diretor de Tecnologia da Informação para definir as prioridades do NTI.

Em linhas gerais todas as demandas passadas para o NTI devem ser registradas para serem analisadas, alocadas e trabalhadas. As demandas administrativas e acadêmicas de sistemas ou de infraestrutura de T.I. podem ser originadas da Reitoria, das pró-reitorias, superintendências ou diretorias de Campus. Demandas acadêmicas devem ser concentradas por suas respectivas pró-reitorias e devem seguir os regimentos internos da instituição.

A Diretoria do NTI tem como principal objetivo garantir a execução do Plano Diretor de Tecnologia da Instituição, garantir a integração entre a Tecnologia da Informação, os negócios, operações e atividades da instituição de forma alinhada, bem como apoiar no planejamento de expansão, implantação, manutenção e evolução dos sistemas computacionais, infraestrutura de TI e segurança dos sistemas; Gerenciar as Coordenações de Sistemas e de Infraestrutura do Núcleo de Tecnologia da Informação visando garantir a satisfação dos serviços prestados aos clientes internos e clientes externos da instituição. Bem como apoiar e executar o gerenciamento de contratos junto aos fornecedores de soluções de TI.

A Diretoria é dividida em duas Coordenações: Coordenação de Sistemas e Coordenação de Infraestrutura.

A Diretoria do NTI possui duas vertentes principais com relação as suas atividades, vertente de planejamento e a vertente operacional para garantir a execução e controle das atividades da Diretoria.

A Diretoria do NTI tem duas vertentes mais críticas para garantir o alcance de seus objetivos. Logo abaixo seguem detalhes das Atividades de Planejamento e Rotinas Operacionais:

Atividades de Planejamento

São as atividades referentes ao planejamento da Diretoria e alinhamento junto aos objetivos da Universidade para atender as expectativas garantindo a identificação dos projetos, alocação de recursos, priorização, estimativa de prazos, entregas e monitoramento da evolução da execução dos projetos. Logo abaixo seguem os itens mais críticos referentes ao planejamento do NTI:

1. Fazer o planejamento de aquisição anual de equipamentos e sistemas baseado no Plano Estratégico da Organização ou Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

2. Produzir ou atualizar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Baseado no SISP;

3. Publicar o PDTI junto aos colaboradores do Núcleo de Tecnologia da Informação bem como os clientes internos (pro-reitorias, superintendências, diretorias e demais campi) da UFPI;

4. Criar/atualizar os planos trimestrais do Núcleo de Tecnologia da Informação junto a cada Coordenação;

A publicação deste planejamento encontra-se disponível no wiki do NTI. [4] Tal publicação é feita junto as coordenações do Núcleo para acompanhamento do ciclo PDCA.

5. Fazer os termos de referências para aquisição de equipamentos e submissão de Editais para a Comissão Permanente de Licitação (CPL) da UFPI. Baseada na Instrução Normativa IN 04;

6. Fazer o planejamento de implantação/expansão de sistemas anual baseado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);

7. Fazer os termos de referências para aquisição ou contratação de serviços de software e submissão de Editais para a Comissão Permanente de Licitação (CPL) da UFPI. Baseada na Instrução Normativa IN 04;

8. Fazer os empenhos semestrais dos equipamentos via ATA ou Edital aprovados;

Os empenhos devem ser compartilhados no diretório de empenhos junto a Coordenação de Infraestrutura e Coordenação de Sistemas para acesso via conta institucional.

9. Fazer os empenhos semestrais dos serviços dos fornecedores;

Os empenhos devem ser compartilhados no diretório de empenhos junto a Coordenação de Infraestrutura e Coordenação de Sistemas para acesso via conta institucional.

10. Revisar renovação e ajustes de contratos;

Os contratos devem ser compartilhados no diretório de contrato junto a Coordenação de Infraestrutura e Coordenação de Sistemas para acesso via conta institucional.

11. Apoiar o planejamento, operação e manutenção da Rede Poti;

A Rede Poti é a rede metropolitana de alta velocidade, operacionalizada pela RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) via Rede Comep, que provê acesso a rede via fibra ótica e acesso a Internet a 5 instituições (UFPI, UESPI, IFPI, FAPEPI e Embrapa) consorciadas. A Rede Poti é gerenciada por um comitê formado pelas 5 instituições consorciadas.

12. Planejamento do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI;

O Comitê Executivo de Tecnologia da Informação - CETI, criado através do ato da reitoria 1720/11, publicado em 19 de dezembro de 2011, é um Comitê Executivo com caráter deliberativo, diretamente subordinado à Reitoria, que tem por finalidade promover o alinhamento da área de negócio com a área de TI, elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da

Informação – PDTI e definir e fazer cumprir as políticas e as diretrizes de Tecnologia de Informação da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Rotinas Operacionais da Direção

São as rotinas referentes as tarefas diárias e operações dos sistemas, infraestrutura já implantada execução das atividades para garantir o cumprimento das metas e responsabilidades da diretoria bem como suas coordenações. Logo abaixo seguem os itens mais críticos referentes as operações do NTI:

1. Garantir a execução e ajustes necessários do PDTI.
2. Executar, monitorar e ajustar as atividades dos planos trimestrais de cada Coordenação.
3. Acompanhar a execução e ajustes dos Termos de Referências e Editais junto as coordenações, fiscais e pró-reitoria de administração.
4. Acompanhar as reuniões da Rede Poti, bem como garantir o processo de pedido de pagamento semestral junto ao Comitê da Rede Poti.
5. Moderar as reuniões bimestrais do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e garantir a execução das ações planejadas no comitê [8]
6. Gerenciar os pedidos mensais de pagamentos dos fornecedores
Deve-se garantir a publicação e atualização no diretório de pagamentos junto as Coordenações via acesso das contas institucionais.
7. Acompanhar e monitorar as atividades da Coordenação de Sistemas.
8. Acompanhar e monitorar as atividades da Coordenação de Infraestrutura.
9. Visitar as Pró-reitorias com relação as demandas de T.I e colher demandas e feedbacks.
As demandas devem ser inseridas no Backlog de demandas do NTI para análise, priorização e enfileiramento de ações junto as coordenações.
10. Visitar as Superintendências com relação as demandas de T.I e colher demandas e feedbacks.
As demandas devem ser inseridas no Backlog de demandas do NTI para análise, priorização e enfileiramento de ações junto as coordenações.
11. Visitar a prefeitura com relação as demandas de T.I e colher demandas e feedbacks.
As demandas devem ser inseridas no Backlog de demandas do NTI para análise, priorização e enfileiramento de ações junto as coordenações.
12. Visitar as Diretorias de Centro com relação as demandas de T.I e colher demandas e feedbacks.
As demandas devem ser inseridas no Backlog de demandas do NTI para análise, priorização e enfileiramento de ações junto as coordenações.
13. Visitar as Diretorias de Campi com relação as demandas de T.I e colher demandas e feedbacks.
As demandas devem ser inseridas no Backlog de demandas do NTI para análise, priorização e enfileiramento de ações junto as coordenações.
14. Atualizar a reitoria sobre os projetos e atividades executadas pelo Núcleo de Tecnologia da Informação.
15. Analisar as demandas encaminhadas via memorando ao NTI.
As demandas devem ser inseridas no Backlog de demandas do NTI para análise, priorização e enfileiramento de ações junto as coordenações.
16. Analisar as demandas encaminhadas via processo ao NTI.

As demandas devem ser inseridas no Backlog de demandas do NTI para análise, priorização e enfileiramento de ações junto as coordenações.

17. Garantir a limpeza do prédio do NTI bem como sua manutenção em conjunto com a Diretoria Administrativa.

18. Garantir a segurança do prédio do NTI em conjunto com a Diretoria Administrativa.

19. Garantir o pleno funcionamento do DataCenter do NTI.

20. Fazer as avaliações dos servidores do NTI.

21. Homologar férias dos servidores do NTI.

Atividade periódica e mensal.

22. Homologar frequências dos servidores do NTI.

Atividade periódica e mensal.

23. Fazer os pedidos de viagens dos servidores do NTI.

Sempre que surgir treinamentos, participação em evento pertinente, bem como realização de trabalhos nos campi fora de sede. Pedido de diária, pedido de alocação de carro e/ou motorista, para o caso de viagens aéreas fazer o pedido com antecedência de pelo menos 15 dias antes da viagem.

24. Fazer os pedidos de afastamentos dos servidores do NTI para participação de eventos.

25. Garantir a atualização da TVNTI

26. Participar das reuniões dos Diretores de T.I de Instituições Federais de Ensino sempre que necessário. Grupo CGTIC

27. Elaborar o Relatório Semestral de Gestão e publicar no site do NTI.

28. Responder as demandas do CGU e TCU sempre que necessário.

29. Organizar ou participar de comissão de recebimento de bens junto a PRAD/patrimônio para confirmação de bens/equipamentos de T.I.

Coordenação de Sistemas

A Coordenação de Sistemas é dividida em 3 divisões: Divisão de Desenvolvimento, Divisão de Atendimento e Divisão de Banco de Dados que juntas trabalham para atender as demandas desta coordenação.

A Coordenação de Sistemas é responsável pelo planejamento, especificação, desenvolvimento, documentação, instalação, manutenção e apoio ao uso dos sistemas de informação da UFPI e também por acompanhar, manter e customizar os sistemas internos da UFPI, mais precisamente a Plataforma SIG (formada pelos subsistemas SIGAA, SIGRH, SIPAC e SIGAdmin), bem como manter e garantir o funcionamento do serviço do site institucional da UFPI.

A Divisão de Desenvolvimento está subordinada à Coordenação de Sistemas e tem como objetivo operacionalizar o desenvolvimento e manutenção de sistemas da instituição. Compete à Divisão:

I. Especificar, desenvolver, testar, documentar, instalar e manter sistemas de informação, seguindo um processo definido pela Coordenação;

II. Administrar os sistemas de informação instalados, inclusive os bancos de dados administrativos;

III. Desempenhar outras atividades correlatas atribuídas pelo Coordenador de Sistemas;

IV. Sugerir a contratação de serviços e aquisição de equipamentos para melhorar os serviços prestados pela divisão.



A Divisão de Atendimento é a equipe especializada no atendimento sobre questões relativas à informática. A partir desse serviço podem ser tiradas dúvidas, relatados problemas e feitas sugestões acerca dos serviços de informática da UFPI mantidos pelo NTI. Este setor é, também, o responsável por redirecionar chamados para os demais setores do NTI.

Logo abaixo seguem os sistemas mais críticos gerenciados pela Coordenação de Sistemas:

SIGAA – www.sigaa.ufpi.br

SIGRH – www.sigrh.ufpi.br

SIPAC – www.sipac.ufpi.br

SIGAdmin – www.sigadmin.ufpi.br

Site Institucional – www.ufpi.br

Além desses sistemas também existem sistemas internos menores mantidos e desenvolvidos pela Coordenação de Sistemas como:

Sistema de Transportes - <http://sis.ufpi.br/transporte/www/sismanage/login/>

Sistema de Registro de Opinião Estatuante - <http://sis.ufpi.br/estatutoufpi/>

Sistema de Emissão de Certificados da PREX - <http://sis.ufpi.br/sisprex/www>

Sistema de Remoção - <http://sis.ufpi.br/remocaoufpi/www>

Serviço de Revistas Eletrônicas - <http://www.ojs.ufpi.br/>

Repositório Institucional da Biblioteca Central - <http://repositorio.ufpi.br/xmlui/>

A manutenção e customização desses sistemas deve ser formalizada junto ao órgão competente (pró-reitoria, diretoria ou superintendência) que é responsável pelo uso e gestão do sistema. Deve ser aberto um *ticket* ou uma ordem de serviço e a demanda será analisada e executada de acordo com a prioridade dos projetos e das atividades levando em consideração a capacidade de absorção de tarefas da Equipe e do(s) fornecedor(es) envolvidos no atendimento da demanda. O cliente responsável pelo sistema deve acompanhar a execução das demandas e validá-las na medidas que forem concluídas/entregues.

Neste ano de 2016 foram registradas as seguintes demandas junto ao fornecedor (SigSoftware) contratado para manter/customizar a plataforma SIG (SIGAA, SIPAC, SIGRH e SIGAdmin) via contrato 50/2013:

Ordens de Serviços abertas em 2016:

25 OS's, sendo 4 de Apoio à Implantação, 11 de Sustentação, 8 de Customização, 1 de Apoio Presencial e 1 de Consultoria Técnica. Totalizando R\$ 963.455,96.

Logo abaixo segue a relação das Ordens de serviços abertas junto ao fornecedor:

- OS 67 - Sustentação/Suporte Técnico - 08/01/2016 a 07/02/2016
- OS 68 - Sustentação/Suporte Técnico - 08/02/2016 a 07/03/2016
- OS 70 - Apoio à Implantação - SIPAC (Bolsas) - 25/01/2016 a 29/02/2016
- OS 71 - Apoio à Implantação - SIGAA (Extensão) - 25/01/2016 a 25/03/2016
- OS 72 - Apoio à Implantação - SIGAA (Ouvidoria) - 01/03/2016 a 30/03/2016
- OS 73 - Apoio à Implantação - SIGRH (Assistência ao Servidor) - 01/03/2016 - 30/03/2016
- OS 77 - Apoio Presencial - Auxílio nas atividades de suporte técnico dos Sistemas - 15/02/2016 a 19/02/2016
- OS 78 - Customizações SIGAA - Pesquisa - Submissão e Avaliação de Projetos - 22/02/2016 a 29/04/2016
- OS 79 - Sustentação/Suporte Técnico 08/03/2016 - 07/04/2016
- OS 80 - Sustentação/Suporte Técnico 08/04/2016 - 07/05/2016

- OS 81 - Sustentação/Suporte Técnico 08/05/2016 - 07/06/2016
- OS 82 - Manutenção Evolutiva - Sistemas SIG - 23/05/2016 a 22/06/2016
- OS 83 - Sustentação/ Suporte Técnico - 08/06/2016 a 07/07/2016
- OS 84 - Sustentação/ Suporte Técnico - 08/07/2016 a 07/08/2016
- OS 85 - Sustentação/ Suporte Técnico - 08/08/2016 a 07/09/2016
- OS 86 - Manutenção Evolutiva - Sistemas SIG - 23/06/2016 a 22/07/2016
- OS 87 - Manutenção Evolutiva - Sistemas SIG - 23/07/2016 a 22/08/2016
- OS 88 - Manutenção Evolutiva - Sistemas SIG - 23/08/2016 a 22/09/2016
- OS 89 - Sustentação/ Suporte Técnico - 08/09/2016 a 07/10/2016
- OS 90 - Sustentação/ Suporte Técnico - 08/10/2016 a 07/11/2016
- OS 91 - Sustentação/ Suporte Técnico - 08/11/2016 a 07/12/2016
- OS 92 - Manutenção Evolutiva - Sistemas SIG 23/09/2016 - 22/10/2016
- OS 93 - Manutenção Evolutiva - Sistemas SIG 23/10/2016 - 22/11/2016

Foram abertos 311 tickets de sustentação passados para o fornecedor.

Foram abertos 159 tickets de customização passados para o fornecedor.

Foram implantados 4 módulos em 2016: Ouvidoria, Bolsas, Extensão e Assistência ao Servidor. Porém, também foram dadas continuidade (retomadas) a implantação de mais 4 módulos: Pesquisa, Biblioteca, Ensino Médio e Ensino Técnico.

Com relação aos pedidos de customização da plataforma SIG nós trabalhamos orientados a Pontos de Função, com isso, para este ano de 2016 foram solicitados 704,8 pontos de função.

Também foram abertos cerca de 1841 chamados abertos pelos próprios usuários finais abertos via sistema de chamados do SIG.

Detalhes tabulados podem ser encontrados nos Anexos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 referentes as demandas atendidas pelas Coordenação de Sistemas.

Coordenação de Infraestrutura

A Coordenação de Infra-estrutura é responsável pela manutenção da rede da UFPI e pela manutenção dos equipamentos do parque computacional da instituição. É dividida em três divisões: Divisão de Redes, Divisão de Manutenção e Divisão de Segurança da Informação. Também é responsável por manter o Datacenter (conjunto de equipamentos de integração de servidores, sistemas de armazenamento e sistema de conectividade para manter todos os sistemas de informação e distribuição de Internet) da UFPI, bem como gerenciar a conectividade de internet da UFPI em todos os seus campi (Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano e Bom Jesus) com apoio de fornecedor de serviço, apoiar e gerenciar a instalação e manutenção dos serviços de ilhas de impressão com apoio de fornecedor de serviço, apoiar a instalação/manutenção de serviços de rede ótica e rede lógica local e sistema de rede wi-fi junto a fornecedor de serviço, serviços de manutenção de equipamentos (computadores, impressoras e datashow) via fornecedor de serviço, além de gerenciar a instalação de datashows via fornecedor de serviço. Além disso a Coordenação de Infraestrutura também apoiou a implantação do serviço de Videomonitoramento da UFPI realizado por fornecedor.

Logo abaixo segue a relação de fornecedores que apoiam os serviços da Coordenação de Infraestrutura. Esses fornecedores prestam serviços via contrato estabelecido via licitação.

- Tecnoset - Serviços de Ilhas de Impressão
- Megalink - Serviços de conectividade de Internet
- Infoway - Serviços de conectividade de Internet



- BR Informática - Serviços de manutenção/conserto de computadores e impressoras
 - Piauí copiadora - Serviços de manutenção/conserto de datashow
 - JES Datashow - Serviços de instalação/fixação de datashows
 - Fortes Construtora - Serviços de instalação/manutenção de conectividade de rede ótica e rede lógica
 - Teltec – Serviços de implantação e instalação de equipamentos e sistema de Videomonitoramento.

A Coordenação de Infraestrutura trabalha com um serviço de monitoramento de ativos em tempo real Zabbix [26] onde é feito o monitoramento de todos os ativos de todos os Centros e Campus da UFPI. A seguir serão exibidos os principais mapas de monitoramento para que seja feito um trabalho pró-ativo de atuação da Coordenação de Infraestrutura e suas subdivisões.

A seguir serão mostradas as informações detalhadas das atividades realizadas pela Coordenação de Infraestrutura de janeiro de 2016 a dezembro de 2016:

Com relação aos serviços realizados junto a cada fornecedor até novembro/2016:

- a) Ordens de serviços abertas em 2016 para a BR Informática
- b) Ordens de serviços abertas em 2016 para a Piauí Copiadora
- c) Ordens de serviços abertas em 2016 para a JES ótico: 14 Ordens de Serviços, 1.550 metros de fibra ótica (OBS: Apenas de janeiro a maio/2016)
- d) Ordens de serviços abertas em 2016 para a JES lógico: 31 Ordens de Serviços, 156 pontos de rede (OBS: Apenas de janeiro a maio/2016)
- e) Ordens de serviços abertas em 2016 para a JES datashow: 22 Ordens de Serviços, 36 instalações
- f) Pedidos de pagamentos para a Megalink:
 - R\$ 140.833,40 - Link Picos
 - R\$ 262.500,00 - Link Floriano
 - R\$ 683.333,33 - Link Bom Jesus
- g) Pedidos de pagamentos para a Infoway:
 - R\$ 145.000,00 - Link Parnaíba
- h) Pedidos de pagamentos para a Tecnoset
- i) Ordens de serviços feitos para a Teltec sobre o Videomonitoramento: 05 Ordens de Serviços,

Processos:

009757/2016-82 (18/03/2016)

022608/2016-17 (01/09/2016)

023345/2016-55 (08/09/2016)

027164/2016-06 (20/10/2016)

028147/2016-88 (04/11/2016)

Com relação aos editais que a Infraestrutura criou neste ano 2016 pode-se destacar os seguintes processos:

Processo de Telefonia Fixa

Contratação de serviços de telefonia fixa comutada.

Processo 008644/2016-60, aberto em 02/03/2016

Situação atual: encaminhado em 29/11/2016 da Pro-Reitoria de Administração à

CPL.

Processo de Firewall



Aquisição de uma solução de segurança para a rede de computadores da UFPI.

Processo 017743/2016-32, aberto em 23/06/2016

Situação atual: pregão 37/2016, encaminhado em 25/11/2016 à Pro-Reitoria de Administração

Processo do Switch

Aquisição de equipamentos de conectividade de Rede

Processo 018443/2016-71, aberto em 05/07/2016

Situação atual: encaminhado em 25/10/2016 para a Procuradoria Jurídica

Processo de Rede ótica e lógica

Contratação de serviços de instalação de estrutura de óptica e cabeamento de tecnologia da informação. Pregão 19/2016, homologado em 19/09/2016

Com relação aos pedidos de compras e adesões executados via infraestrutura para este ano de 2016 seguem os seguintes processos:

Processo 016965/2016-38, aberto em 22/06/2016

Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.

Compra de 100 computadores e 10 notebooks

Processo 016966/2016-82, aberto em 22/06/2016

Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.

Compra de 100 monitores de vídeo de 23 polegadas

Processo 016967/2016-27, aberto em 22/06/2016

Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.

Compra de 60 projetores multimídia

Processo 016968/2016-71, aberto em 22/06/2016

Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.

Compra de 100 Nobreaks de 600VA

Processo 016969/2016-16, aberto em 22/06/2016

Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.

Compra de 30 Nobreaks de 1,2KVA

Processo 016970/2016-41, aberto em 22/06/2016

Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.

Compra de 05 telas de projeção

Processo 016971/2016-95, aberto em 22/06/2016

Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.

Compra de 02 HDs de 04 TB

Processo 016972/2016-30 aberto em 22/06/2016

Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.

Compra de 10 Pendrive 16Gb e 05 Cartões de Memória de 32Gb

Processo 016973/2016-84, aberto em 22/06/2016

Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.

Compra de 50 Mouses ópticos e 20 filtros de linha

Processo 016974/2016-29, aberto em 22/06/2016

Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.

Compra de 30 Fusíveis de 4A, 30 Fusíveis de 6A, 30 Fusíveis de 8A e 30 Fusíveis de

10A.

Processo 016975/2016-73, aberto em 22/06/2016

Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.

Compra de 10 cabos HDMI

Processo 016976/2016-18, aberto em 22/06/2016



Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.
Compra de 50 Teclados
Processo 016977/2016-62, aberto em 22/06/2016

Solicitação de Adesão ao Pregão 38/2015 do Instituto Federal do Sul de Minas.
Compra de 05 Cabos HDMI de Alta Capacidade
Processo 022618/2016-44, aberto em 01/09/2016

Construção
Solicitação de Adesão ao Pregão 47/2015 do 2o Batalhão de Engenharia de
Construção
Compra de 30 CPUs
Processo 022619/2016-99, aberto em 01/09/2016

Construção
Solicitação de Adesão ao Pregão 47/2015 do 2o Batalhão de Engenharia de
Construção
Compra de 40CPUs
Processo 022620/2016-13, aberto em 01/09/2016

Construção
Solicitação de Adesão ao Pregão 47/2015 do 2o Batalhão de Engenharia de
Construção
Compra de 25 Projetores Multimídia
Processo 022621/2016-68, aberto em 01/09/2016

Construção
Solicitação de Adesão ao Pregão 47/2015 do 2o Batalhão de Engenharia de
Construção
Compra de 10 Tablets
Processo 022622/2016-11, aberto em 01/09/2016

Construção
Solicitação de Adesão ao Pregão 47/2015 do 2o Batalhão de Engenharia de
Construção
Compra de 50 Nobreaks de 1,2Kva
Processo 023903/2016-82, aberto em 15/09/2016

Tecnologia da Informação da Marinha
Solicitação de Adesão ao Pregão 11/2015 da Diretoria de Comunicações e
Tecnologia da Informação da Marinha
Compra de Storage HP 3PAR modelo 74000 com 16 discos 1.2TB SAS, conjunto de
software OS Suite e Data Opt Suite, serviço de instalação física e lógica
Processo 024693/2016-40, aberto em 20/09/2016

Solicitação de Compra de 100 Monitores de Vídeo
Processo 028002/2016-87, aberto em 01/11/2016

Solicitação de compra de 100 Projetores Multimídia
Processo 028003/2016-21, aberto em 01/11/2016

Solicitação de compra de 100 computadores e 10 notebooks

Plano de Capacitação de Pessoal

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os *treinamentos* efetivamente realizados no período.

Foi feito apenas um treinamento sobre BI com o uso da plataforma Pentaho para um representante da equipe da Divisão de Banco de Dados.

Quadro Quantitativo dos Profissionais de TI do NTI

Conforme Quadro 64 abaixo, tem-se a descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros

órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Como pode observar pelos números e pelas ações realizadas, mesmo com os problemas atuais referentes a crise econômica e cortes financeiros a equipe do NTI conseguiu cumprir com sua missão de manter e entregar os serviços de sistemas, de infraestrutura de Tecnologia da Informação da UFPI em pleno funcionamento.

Quadro 66 – Quantitativo dos Profissionais de TI do NTI

LOCAL	CARGO FUNÇÃO	CARGO FUNÇÃO	CARGO FUNÇÃO
Diretoria	1 Professor	1 Secretária Efetiva	1 Secretária Terceirizada
Coordenação de Sistemas	10 Analistas de T.I.	2 Técnicos de T.I.	1 Estagiário
Coordenação de Infraestrutura	3 Analistas de T.I.	8 Técnicos de T.I.	14 Estagiários
Campus de Parnaíba	-	5 Técnicos de T.I.	-
Campus de Picos	1 Analista de T.I.	1 Técnico de T.I.	-
Campus de Floriano	-	1 Técnico de T.I.	-
Campus de Bom Jesus	-	1 Técnico de T.I.	-
Professor de Computação	1	-	-
Analista de T.I.	14	-	-
Técnico de T.I.	18	-	-
Secretária	1	-	-
Estagiários	15	-	-

Fonte: NTI/UFPI

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Para abordar as informações deste item a UPC por meio da PREUNI abordou-as respondendo aos seguintes tópicos:

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;

Este setor não pratica ações de sustentabilidade, mas exerce pequenos atos que contribuem para a qualidade do meio ambiente, tais como: impressão frente-e-verso, uso dos rascunhos a partir de papel que não tem mais utilidade, rodízio de ar-condicionado e uso de iluminação parcial.

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

Esta unidade não participa de agendas ambientais.

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;

Esta comissão não faz a separação de resíduos descartados.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;

Nas licitações não é observado tal decreto, conforme descrito no ponto (f).

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;

i. Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;

Esta comissão não atua, não conhece e nem possui um plano de gestão de logística sustentável.

ii. Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;

Esta comissão não atua, não conhece e nem possui um plano de gestão de logística sustentável.



iii. Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);

Esta comissão não atua, não conhece e nem possui um plano de gestão de logística sustentável.

iv. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

Esta comissão não atua, não conhece e nem possui um plano de gestão de logística sustentável.

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

Esta Comissão não recebeu nenhuma solicitação cuja indicação do objeto sugerisse a sustentabilidade. Inclusive a CPL/PRAD/UFPI não elabora Termo de Referência ou Projeto Básico para realização de licitações, cumprindo a este setor a adaptação do Termo de Referência dos setores solicitantes/demandantes ao do modelo da AGU.

O setor solicitante por ser conhecedor do objeto contratado é o responsável por definir as condições para fins seleção da proposta mais vantajosa para a Administração para desta forma cumprir o interesse público atrelado.

É sabido que a Constituição Federal, art. 37, inciso XXI, prevê para a Administração Pública a obrigatoriedade de licitar. Esse artigo foi regulamentado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O fato é que a licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes, fato que favorece o próprio interesse público.

A Licitação sustentável é discorrida no art. 3º da Lei Nº 8.666/1993 quando trata da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, ou seja, pode-se verificar que esse tipo de licitação trata-se da utilização do poder de compra do setor público para gerar benefícios econômicos e socioambientais, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras.

Cumprido o que é verificado que os setores solicitantes/demandantes (setores que evidenciam a necessidades para atender as finalidades públicas, tipo coordenações de cursos, pró-reitorias, departamentos...) não possuem habilidades suficientes para estabelecer parâmetros sustentáveis para as contratações por meio de licitações.

Salienta-se que é fundamental que os compradores públicos saibam delimitar corretamente as necessidades da sua instituição e conheçam a legislação aplicável e características dos bens e serviços que poderão ser adquiridos, pois uma deficiência nos critérios de sustentabilidade podem ocasionar prejuízos a competição e direcionamento de fornecedores, implicando no não cumprimento dos princípios no qual a licitação se apoia: competitividade, eficiência, isonomia.

Destaca-se que há uma dificuldade de delimitar as condições sustentáveis que tangem por exemplo:

a) Custos ao longo de todo o ciclo de vida: É essencial ter em conta os custos de um produto ou serviço ao longo de toda a sua vida útil – preço de compra, custos de utilização e manutenção, custos de eliminação.

b) Eficiência: as compras e licitações sustentáveis permitem satisfazer as necessidades da administração pública mediante a utilização mais eficiente dos recursos e com menor impacto socioambiental.

c) Compras compartilhadas: por meio da criação de centrais de compras é possível utilizar-se produtos inovadores e ambientalmente adequados sem aumentar-se os gastos públicos.

d) Redução de impactos ambientais e problemas de saúde: grande parte dos problemas ambientais e de saúde a nível local é influenciada pela qualidade dos produtos consumidos e dos serviços que são prestados.

e) Desenvolvimento e Inovação: o consumo de produtos mais sustentáveis pelo poder público pode estimular os mercados e fornecedores a desenvolverem abordagens inovadoras e a aumentarem a competitividade da indústria nacional e local.

Quando se delimita esses pontos acima, de certo conseguir-se-á ao mesmo tempo induzir e promover o mercado de bens e serviços sustentáveis, e é claro que a aquisição de produtos e serviços com critérios de sustentabilidade implica na geração de benefícios socioambientais e na redução de impactos ambientais.

De fato, esta IES não adquiriu a plena capacidade de implementar a adoção de critérios ambientais no processo de contratações através da licitação sustentável, e conseqüentemente, não contribuiu no ano de 2016 para a concretização do desenvolvimento sustentável.

Mas é interessante informar que os pregões eletrônicos nº 68/2015 e 70/2015 realizados em 2016 tiveram um caráter levemente sustentável, quando da prova de habilitação exigida no Edital: “Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata, para o exercício de atividade de obras civis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, ou de norma específica (art. 2º, IN 6/2013)”.

Perante o exposto, é cristalino que o poder Público é um dos principais atores para promoção da sustentabilidade, sendo este capaz de produzir mudanças econômicas em prol do meio ambiente, mas só o tornará possível se agir com responsabilidade e conhecimento dos critérios ambientais nas licitações para garantir a plena vantajosidade da proposta.

Para a concretização dessa importante modificação estrutural nas licitações desta IES caberá primeiramente o amadurecimento da consciência ambiental, fundamental na construção de um novo paradigma que garanta a sustentabilidade nesta Administração Pública.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A Ouvidoria e o SIC da Universidade Federal do Piauí que facilitam o acesso do usuário cidadão aos serviços prestados pela instituição, ciente de suas responsabilidades, exercem seu papel através de uma prática respeitosa contribuindo para estreitar o diálogo entre o cidadão e a instituição. Dessa forma ampliando o entendimento e refletindo novas estratégias perante a comunidade acadêmica e a sociedade compartilhando suas necessidades, sejam elas: críticas, reclamações, denúncia ou pedido de informações e até mesmo elogios. Constata-se que o crescimento da participação social é um desafio contínuo e um importante indicador de desenvolvimento a ser consolidado. Para o educador Paulo Freire, o desafio é fazer com que a sociedade civil brasileira se aproxime mais do Estado, e das instituições públicas, conhecendo o seu funcionamento, quais são os seus limites, quais são as suas possibilidades, esse intercâmbio e a comunicação com as pessoas nos servem de lição individual e coletiva.

A Ouvidoria e o Sic possuem salas próprias, com compartilhamento de funções e se constituem um canal de comunicação entre discente, docentes, técnico-administrativos e a comunidade externa, com a UFPI.

O Acesso à Ouvidoria/SIC se dá no espaço do Campus Ministro Petrônio Portela no SG7, ao lado da Assessoria Internacional, onde é realizado atendimentos individualizados, presencial, como também no link da ouvidoria no site da UFPI (<http://www.ufpi.br>), e no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), como, através de e-mail (ouvidoria@ufpi.edu.br) e via Telefone (0xx86 3237-2104).

Em julho a UFPI lançou uma nova ferramenta no Sistema Integrado de Gestão (SIGAA), que no estudo de caso que foi realizado e demonstrado neste relatório, dá sinais de uma nova dinâmica, pois atende as Instruções Normativas, configuram prazos, registra a unidade, facilita o encaminhamento, gera relatórios temáticos e gera avaliação dos serviços prestados pelo setor aos usuários. Dos benefícios: todas as manifestações poderão ser controladas e auditadas por meio de relatórios gerenciais, e ainda é possível o relatório geral de manifestações: manifestações não respondidas, manifestações por unidade responsável, e ainda as manifestações fora do prazo.

5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviço ao Cidadão, se encontra pronta, para ser aprovada nas Instâncias Superiores da Administração da UFPI.

A Pró-Reitoria de Graduação elabora anualmente o “Guia do Calouro”. Este documento visa informar a comunidade, ainda que de forma sucinta, acerca dos serviços prestados pela UFPI, tratando em seu sumário sobre os seguintes tópicos:

- Diretorias e Coordenadorias;
- Unidades de Ensino;
- Matrículas;
- Trancamento de Componente Curricular;
- Aprovação;
- Estágio;
- Benefícios para o Estudante e
- Linhas de ônibus.

5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS – USUÁRIOS

As críticas, sugestões e elogios, no que se refere ao mecanismo que representa a satisfação dos usuários quanto aos serviços prestados pela ouvidoria se dá pela própria página do órgão e por telefonemas e depoimentos escritos e os e-mails da ouvidoria.

Dentro da experiência do período de agosto a dezembro de 2016, na avaliação dos usuários dos serviços de ouvidoria na ferramenta (SIGAA) foram: que as unidades administrativas mais demandadas, estão com um acompanhamento deficitário das demandadas, gerando respostas que não satisfazem ao cidadão, além de fora do prazo.

Nesse caminho percorrido, sentimos o crescimento e a confiabilidade que a ouvidoria e o SIC da UFPI firmaram no meio acadêmico, resultando em minimização de conflitos nos casos tratados, no cumprimento de prazos e na satisfação dos usuários que chegam pelos diversos canais, depoimentos orais e escritos, e por e-mail. Isso assegura o papel das ouvidorias universitárias e dos serviços de informação aos cidadãos enquanto mecanismos de democratização das relações que aí se estabelecem.

Nosso desejo foi, e, sempre será, fortalecer o diálogo cidadão, compartilhar experiências e contribuir na defesa de legítimos direitos, a democratização, a cultura de respeito aos direitos humanos e consciência de cidadania, e a cultura participativa, buscando práticas que sirvam para o legítimo aperfeiçoamento da comunicação, interna e externa e do cumprimento das normativas que garantem direito a informação cidadão dos usuários dos serviços.

Reafirma-se o compromisso de trabalhar e servir a comunidade acadêmica em 2017 com o zelo pelos serviços institucionais prestados e o seu aprimoramento, valorizando sempre o relacionamento com o cidadão, sejam eles: docente, discente, técnico-administrativo e a sociedade aproximando os gestores dos cidadãos e avançando nas parcerias para o fortalecimento da cultura cidadã, pois que é a missão desta IES, dialogar, respeitar, acolher, informar, encaminhar, defender e contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços prestados por nossa instituição aos diversos públicos.

Existe também outra forma de medir a satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços e/ou produtos ofertados pela UFPI: através da autoavaliação institucional realizada pela Comissão Própria de Auto avaliação (CPA) instituída por Ato da Reitoria, a UFPI constrói conhecimentos sobre a sua própria realidade buscando compreender o significado do conjunto de suas atividades para melhoria da qualidade e obtenção de maior alcance social. A auto avaliação tem por base as dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES):

- 1) Missão e PDI;
- 2) Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão;
- 3) Responsabilidade social da IES;
- 4) Comunicação com a sociedade;
- 5) As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo;
- 6) Organização de gestão da IES;
- 7) Infraestrutura física;
- 8) Planejamento de avaliação;
- 9) Políticas de atendimento aos estudantes;
- 10) Sustentabilidade financeira, com informações quanti-qualitativas de forma a compor a visão do cenário educacional da UFPI, focalizando, de forma especial, os resultados positivos, as dificuldades e os esforços colocados pelo desafio de ampliar a sua atuação acadêmica. Inclui análise sobre a estrutura, relações, atividades, funções e finalidades da IES,

centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão segundo seu perfil e missão institucional.

Os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, discentes dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, técnico-administrativos e gestores. Assim, a avaliação interna se constitui num processo por meio do qual a IES analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro.

A UFPI iniciou seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com a finalidade de aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica, e melhoria do planejamento e da gestão universitária. A partir da edição da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) toda instituição de ensino superior passou a ser avaliada periodicamente. Assim, como instrumento central das reformas da Educação Superior, o processo de implantação da Avaliação Institucional na UFPI foi retomado, em 2003 (Ato da Reitoria nº 490/03), antes mesmo da vigência da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e define em seu Artigo 11, que cada instituição de ensino superior, pública ou privada, deverá constituir Comissão Própria de Avaliação (CPA) assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

O processo de autoavaliação institucional da Universidade Federal do Piauí, referente ao exercício de 2016, foi coordenado pela Comissão Central instituída pelo Ato da Reitoria nº 1407/16 de 08 de agosto de 2016, com o apoio das comissões Setoriais de cada Centro/Campus da UFPI. Foi amplamente divulgado, sendo a participação da comunidade acadêmica voluntária e anônima, de acordo com os princípios definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

A consulta à comunidade acadêmica foi realizada no período de 07 de novembro de 2016 a 05 de dezembro de 2016, por meio de questionários eletrônicos para discentes, docentes, técnico-administrativos e gestores que foram disponibilizados no sistema acadêmico (Sistema SIG). No total foram preenchidos 11.171 questionários de avaliação.

Tabela 12 - Participação da comunidade acadêmica UFPI na autoavaliação - 2016

SEGMENTOS	NÚMERO TOTAL NA UFPI	PARTICIPANTES	
		N	%
Docentes Presencial	1.671	594	35,6
Docentes EaD	26	17	65,4
Gestores	358	137	38,3
Técnicos-Administrativos	1.115	200	17,9
Discentes – Graduação Presencial	23.241	7.433	32,0
Discentes – Graduação EaD	8.328	2.263	27,2
Discentes - Pós-Graduação Stricto Sensu	2.049	433	21,1
Discentes – Pós-Graduação Lato Sensu	94	8	8,5

Fonte: CPA/UFPI

Alguns pontos da autoavaliação de 2016 estão elencados abaixo:

➤ ***Os Alunos da graduação apontaram como potencialidades:***

- A maioria dos alunos conhece o Projeto Pedagógico do seu Curso;

- Achrom que o estágio obrigatório é realizado em um momento adequado dentro do curso;
- A maioria considera o TCC é relevante para sua formação;
- A proporção de Professor/Aluno nas atividades práticas é adequada;
- O nível de satisfação com o curso é positivo;
- A oferta de bolsas de apoio aos discentes em situação de vulnerabilidade social (ações afirmativas) e outras ações de interesse social foram bem avaliadas;
- A UFPI proporciona condições de acessibilidade (rampas, banheiros adaptados, telefones e bebedouros em altura compatível) e estacionamento demarcado para pessoas com deficiência;
- Consideram as salas de aulas boas ou excelentes, bem como a biblioteca comunitária e os auditórios da UFPI;
- Reconhecem que a UFPI tem uma boa imagem perante a sociedade e que a mesma contribui para o desenvolvimento do Estado.

Pontos que requerem ações, melhoria e maior divulgação, apontados pelos alunos de graduação:

- Grande parte dos alunos desconhece o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI. Vale ressaltar que o documento está disponibilizado, na íntegra no endereço eletrônico: <http://leg.ufpi.br/proplan/materias/index/mostrar/id/15406>
- Muitos alunos não souberam opinar sobre as questões relacionadas ao estágio obrigatório, o que pode ser justificado devido a essa parcela de alunos ser dos períodos iniciais;
- A infraestrutura da UFPI, no geral, não foi avaliada positivamente;
- Os programas de apoio psicológico e pedagógico aos discentes ainda não são adequados às demandas e ao contexto social;
- Os alunos não têm conhecimento da existência e funcionamento da Comissão Própria de Avaliação. Note-se que, anualmente, na recepção aos calouros a CPA é apresentada e é amplamente divulgada no período de sensibilização, ficando disponível em *outdoor* e os Relatórios de autoavaliação são disponibilizados no sítio institucional: <http://leg.ufpi.br/proplan/index/pagina/id/8400>.

➤ *Os Alunos da pós-graduação apontaram como potencialidades:*

- A maioria conhece a missão da Universidade bem como o Projeto do seu Programa de Pós-Graduação;
- Estão satisfeitos com o curso escolhido e consideram a matriz curricular adequada a formação pretendida;
- Consideram adequado o acompanhamento nas orientações do estágio docente e de Dissertações e Teses;
- Consideram suficiente a carga horária para a orientação de Dissertações e Teses e o tempo disponível para estudo e desenvolvimento de atividades;
- Coordenadores do curso são empenhados;
- Reconhecem que a UFPI tem uma boa imagem perante a sociedade e que a mesma contribui para o desenvolvimento econômico e social do Estado;
- Na infraestrutura, os pontos positivos foram: salas de aula, laboratório, clínicas, hospitais e auditórios.

Pontos que requerem ações, melhoria e maior divulgação, apontados pelos alunos de pós-graduação:

- Muitos alunos desconhecem o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI, que é disponibilizado: <http://leg.ufpi.br/proplan/materias/index/mostrar/id/15406>;
- A maioria considera insuficiente o número de bolsas de apoio aos discentes para a demanda do programa;

- Consideram Regular, Ruim ou Péssima a estrutura dos banheiros, bebedouros e o restaurante Universitário, bem como as condições de acesso e segurança na UFPI;
- Não possuem conhecimento da existência e funcionamento da Comissão Própria de Avaliação da UFPI, e nem da utilização dos resultados obtidos em tal avaliação.

➤ **Os Docentes apontaram como potencialidades:**

- Conhecem a missão da UFPI;
- Consideram que há articulação entre teoria e prática na execução da matriz curricular;
- Os trabalhos de final de curso (TCC) são orientados de forma adequada e são considerados relevantes para a formação profissional;
- Congressos, seminários e encontros ocorreram frequentemente;
- Acham que UFPI oferece bolsas de apoio aos discentes menos favorecidos socialmente (ações afirmativas) e outras ações de interesse social;
- Reconhecem que a UFPI tem uma boa imagem perante a sociedade e que a mesma contribui para o desenvolvimento do Estado.
- Consideram que a UFPI mantém uma política de apoio à capacitação de servidores docentes;

Pontos que requerem ações, melhoria e maior divulgação, apontados pelos docentes:

- A maioria desconhece ou conhece parcialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI
(disponibilizado em: <http://leg.ufpi.br/proplan/materias/index/mostrar/id/15406>);
- Acreditam que condições de acessibilidade da Universidade não são adequadas;
- Consideram regular, ruim ou péssima a estrutura dos laboratórios e áreas de convivência, lanchonetes, banheiros e bebedouros;
- Os serviços de internet e os recursos de tecnologia de informação e comunicação da UFPI são apontados como regulares, ruins ou péssimos;
- O grau de satisfação em relação ao programa de formação continuada (treinamento de pessoal) realizado pela UFPI é baixo;
- Muitos não souberam opinar sobre os programas de apoio psicológico aos discentes;
- A maioria não tem conhecimento da utilização dos resultados da avaliação interna no Plano de Desenvolvimento Institucional e na gestão;
- Poucos concordam que os recursos públicos gerenciados pela UFPI são bem aplicados e atendem às necessidades atuais da Instituição;

➤ **Os Gestores apontaram como potencialidades:**

- Conhecem o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Missão da UFPI;
- Acreditam que há articulação entre teoria e prática na matriz curricular;
- O estágio obrigatório é realizado em um momento adequado no fluxograma do curso;
- As questões relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso foram avaliadas como positivas;
- As atividades de iniciação científica e científico-culturais ocorreram frequentemente;
- Há oferta de bolsas de apoio aos discentes menos favorecidos socialmente;
- A UFPI proporciona divulgação do conhecimento para os setores da comunidade;
- A UFPI apresenta boa imagem pública e contribui para o desenvolvimento econômico e social do estado do Piauí

Pontos que requerem ações, melhoria e maior divulgação, apontados pelos docentes:

- Atividades de extensão, esportivas e artísticas ocorreram ocasionalmente;

- As condições de acessibilidade não foram bem avaliadas;
- O atendimento ao público interno e externo pelos técnicos-administrativos, docentes e gestores foi parcialmente satisfatório;
- Foram avaliadas como regulares, ruins ou péssimas as áreas de convivência/lazer, os banheiros e bebedouros da UFPI;
- Poucos gestores acreditam que os programas de apoio psicológico e pedagógico aos discentes são adequados às demandas e ao contexto social;
- Para uma grande parcela, os recursos públicos na UFPI não são aplicados (ou parcialmente) de forma equitativa para atendimento às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

➤ **Os Técnicos-administrativos apontaram como potencialidades:**

- Conhecem a missão da UFPI;
- Reconhecem que a UFPI tem uma boa imagem perante a sociedade e que a mesma contribui para o desenvolvimento do Estado;
- Consideram boa ou excelente a estrutura da UFPI no que se refere às salas de aula, auditórios, restaurante universitário e biblioteca;
- Sistema de rede sem fio e serviços de internet foram avaliados como positivos;
- É satisfatório o atendimento ao público pelos técnico-administrativos, docentes e gestores nos diversos setores da UFPI;
- A UFPI mantém uma política de apoio à capacitação de docentes;
- Existe estrutura de informação dirigida ao público interno e externo da UFPI.

Pontos que requerem ações, melhoria e maior divulgação, apontados pelos técnicos-administrativos:

- Quanto à manutenção de política de apoio à capacitação de técnico-administrativos da UFPI, e o grau de satisfação em relação ao programa de formação continuada (treinamento de pessoal) realizado pela UFPI apresentam índices negativos;
- Consideram Regular, Ruim ou Péssima as áreas de convivência, lanchonetes, bebedouros e banheiros;
- O conhecimento da existência e funcionamento da Comissão Própria de Avaliação bem como da utilização dos seus resultados foram apontados como negativo.

5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

A Superintendência de Comunicação Social (SCS) é órgão de direção subordinado à Reitoria da UFPI encarregada de prestar assessoria em matéria de Comunicação Social. Tem como principal atribuição planejar, criar, supervisionar, inspecionar e avaliar as diretrizes de uma política global de comunicação para a UFPI. Sua criação se deu em primeiro de janeiro de 2013, pela Resolução nº 010/13 do CONSUN e ratificada pela Res. 013/13, com ascendência administrativa sobre as seguintes unidades: Coordenadoria de Comunicação Social (COORDCOM), Editora Universitária da UFPI (EDUFPI), Gráfica Universitária da UFPI (GRAFUFPI), Rádio FM Universitária (FMUFPI) e a futura TV Universitária, ainda não implantada, porém com canal no Youtube como UFPITV.

Vem, desde a sua instituição, trabalhando a comunicação interna e externa, bem como o zelo pela imagem pública da UFPI. Desta forma foram disponibilizados para todos os cidadãos brasileiros mecanismos de acesso às informações desta IES, uma vez que esse direito é fundamental e previsto na Constituição Federal de 1988. Por meio do novo site da instituição, criação de redes sociais (facebook, flickr, instagram, twitter, mensagens inbox e

canal no youtube - UFPITV), utilização de recursos como QR-Code e o E-Comunicação, por meio dos Sistemas SIG (que pode chegar a qualquer um dos seguimentos da Universidade (Professores, Técnico-Administrativos e Estudantes), e a qualquer cidadão com alcance a internet no mundo.

5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

De acordo com a LEI Nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, além de outras providências o atual site da universidade está em conformidade com a lei apresentando ALTO CONTRASTE e o link que acessa o portal que segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto 5.296, de 2.12.2004.

A SCS produziu por meio da TVUFPI vídeos em libras para os editais da Coordenadoria Permanente de Seleção - COPESE e para Curso de Licenciatura em Letras-Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) oferecido no Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI. Foi iniciado também a troca de placas de identificação de portas para linguagem em braille. Esta mudança ainda não foi concluída.

No que tange ao atendimento ao aluno portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA), o PDI-UFPI 2015-2019 trata, de maneira resumida, da atenção a ser dada ao estudante portador do TEA, incluído no bojo das ações do atendimento educacional especializado (Capítulo 7, item 7.9, p. 355-358).

Após um maior entendimento acerca do assunto e conscientização de que, segundo a Lei Berenice Piana (Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012), os portadores do TEA são considerados, para todos os efeitos legais, pessoas portadoras de deficiência, a UFPI está editando os aspectos pertinentes a sua política, vinculando a efetivação das ações direcionadas a esse atendimento ao Núcleo de Acessibilidade Universitária (NAU), instituído em 2014.

Para efetivar estas ações, inicialmente, foram procedidas: palestras e reuniões setorializadas acerca da temática; planejamento e realização do “I SEMINÁRIO SOBRE AUTISMO DA UFPI - Conhecer para Incluir”; instituição de uma modalidade de bolsa estudantil, denominada “bolsa de inclusão social”, para auxiliares de alunos declarados portadores do TEA, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, sendo o bolsista treinado para acompanhar o aluno portador de TEA em suas atividades acadêmicas. Neste sentido foi publicado o edital para seleção para bolsas de inclusão social (Edital 05/2016) e realizada chamada do alunado portador de TEA, por meio das Coordenações de Cursos, para verificação da demanda. Toda a demanda para 2016/1 foi atendida e os procedimentos de atendimento da demanda de 2016/2 encontram-se em tramitação.

Sobre as Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, é importante ressaltar que a política de acessibilidade da UFPI está descrita no Capítulo 7, item 7.9 do PDI/2015-2019 (p.355-358). No que tange à acessibilidade arquitetônica, a PREUNI está trabalhando no sentido de adequar todos os espaços acadêmicos, nos distintos Campi, aos referenciais de deslocamento de pessoas a pé e as com mobilidade reduzida, de acordo com a seção 4 da NBR 9050/2004.

Quanto às diferentes formas de comunicação/sinalização, há informações visual e tátil nas edificações mais novas e, paulatinamente, estão sendo adequadas as mais antigas, para atender a seção 5 da NBR 9050/2004.

O Símbolo Internacional de pessoas com deficiência visual e com deficiência auditiva/surdez está presente na biblioteca comunitária, onde há sala equipada para atender aos portadores deste tipo de deficiência tal como preconiza a seção 5 da NBR 9050/2004.

Vale ressaltar que esta Instituição se prepara para atender amplamente aos requisitos de acessibilidade por meio das ações do Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU). Através da equipe do NAU será viabilizado o atendimento especializado a todos os casos previstos em Lei.

A PREUNI, segundo o seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CONSUN 013/2015, está incumbida de desenvolver e incentivar as políticas institucionais de mobilidade universal e sustentável nos Campi da UFPI (Art. 2º, inciso III). Assim, a PREUNI está trabalhando no sentido de atender aos seguintes requisitos, em todos os ambientes:

- ✓ Dimensões referencias para deslocamento (Seção 4- NBR 9050/2004);
- ✓ Diferentes formas de comunicação/sinalização (Seção 5-NBR 9050/2004);
- ✓ Símbolo internacional de acesso (Seção 5-NBR 9050/2004);
- ✓ Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual. (Seção 5 – NBR 9050/2004);
- ✓ Símbolo Internacional de pessoas com deficiência auditiva/surdez. (Seção 5 – NBR 9050/2004);
- ✓ Sinalização tátil no piso (alerta e direcional). (Seção 5- NBR 9050/2004);
- ✓ Rotas de fuga, saídas de emergências e áreas de resgate sinalizadas. (Seção 5- NBR 9050/2004);
- ✓ Entradas de rotas de interligação acessíveis. (Seção 6-NBR 9050/2004; Capítulo IV, Lei nº 10.098/2000);
- ✓ Rota acessível do estacionamento de veículos às entradas principais, (Seção 6- NBR 9050/2004);
- ✓ Vagas no estacionamento para pessoas com deficiência aplicadas. (Seção 6-NBR 9050/2004; Art 25, Decreto 5296/2004);
- ✓ Acessibilidade na existência de catracas, cancelas ou portas giratórias. (Seção 6-NBR 9050/2004);
- ✓ Rampas adequadas. (Seção 6 – NBR 9050/2004);
- ✓ Banheiro com bacia sanitária e mobiliário acessíveis, (Capítulo IV, Lei nº 10.098/2000; Seção 7- NBR 9050/2004; Decreto 5296/2004);
- ✓ Adaptação de bens tombados adequada (Item 8.1- NBR 9050/2004);
- ✓ Acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação é impraticável. (Item 8,1- NBR 9050/2004);
- ✓ Todos os ambientes da IES são acessíveis. (Seção 8 – NBR 9050/2004; Capítulo IV, Lei nº 10.098/2000; Art. 24, Decreto 5296/2004);
- ✓ Reserva de 5% de mesas acessíveis em restaurantes e refeitórios (Item 8.2 NBR 9050/2004);
- ✓ Balcões de atendimento e guichês com uma parte da superfície acessível (Art. 21, Decreto 5.296/2004);
- ✓ Mobiliário urbano da edificação acessível (bebedouros, bancos, telefones etc.).

A disciplina de LIBRAS está igualmente inserida nas matrizes curriculares, como disciplina obrigatória nos cursos em grau de licenciatura e como optativa, nos bacharelados, conforme Resolução CEPEX/UFPI nº 021/2017. Considerando que foi detectada, em estudos realizados pelos setores educacionais avançados, que há carência de profissionais qualificados nessa área para atender a toda a demanda local, regional e nacional, a UFPI criou, no ano de 2014, o Curso de graduação em Letras-LIBRAS, em grau de licenciatura, o qual possui código e-MEC 270583.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

As principais dificuldades encontradas pela Universidade no decorrer do exercício de 2016 foram de natureza orçamentária e financeira. No início do ano teve um contingenciamento de 10% (dez por cento) nas dotações para Despesas de Custeio, que só foram liberadas no final do exercício, sem tempo hábil para sua execução, bem como 50% (cinquenta por cento) das dotações para Despesas de Capital, que também foram liberadas, parcialmente, apenas no final do ano, fazendo com que deixássemos de empenhar cerca de oito milhões de reais.

As informações sobre o desempenho financeiro da UFPI são melhores detalhadas nas análises críticas dos quadros relacionados ao *Tópico 2 - Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional* deste relatório, conforme orientações do e-Contas.

6.2 INFORMAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR

6.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, à pesquisa e a extensão

6.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

A sustentabilidade financeira é imprescindível para a Universidade, principalmente porque é fator primordial para a longevidade de suas atividades e pelo importante significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Sendo a UFPI uma fundação pública federal, os recursos necessários para seu custeio e para investimentos deverão ser supridos, prioritariamente, com recursos provenientes do orçamento da União, distribuído conforme critérios estabelecidos em Lei.

A sustentabilidade da UFPI depende da expansão quantitativa e da melhoria dos seus indicadores de eficiência e eficácia em grau, no mínimo, igual à média do sistema federal de educação superior. Com esse desempenho, fica garantida à UFPI uma expansão no seu orçamento igual ao incremento dos recursos alocados a educação superior no país. Outras fontes de arrecadação legalmente previstas contribuem para a sustentabilidade financeira institucional, tais como: descentralizações de créditos do MEC e de outros órgãos federais; recursos oriundos dos Estados, dos Municípios ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas, através de convênios e ou outras formas de colaboração; prestação de serviços pela instituição.

As alocações feitas com os recursos captados por essa universidade se baseiam em alguns parâmetros, determinados por indicadores, com o objetivo de medir o desempenho das unidades acadêmicas da Instituição, em suas áreas de atuação. Os parâmetros são relativos, pois relacionam a unidade com a Instituição, permitindo, através da distribuição dos recursos orçamentários, o incentivo à produção, à produtividade e à implementação de políticas de desenvolvimento.

A UFPI cumpre seus objetivos, aplicando integralmente no país os recursos financeiros por ela gerados em ensino, pesquisa e extensão, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com destacada atuação na área social, saúde, educação, pesquisa, extensão e cultura.

Dentre as principais atividades desenvolvidas destacam-se os cursos de graduação, de pós-graduação, de especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa,

a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

Figura 02 - Demonstração da Alocação dos Recursos Captados

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ORÇAMENTO INICIAL	389.945.399,00	426.063.946,00	477.352.341,00	610.838.482,00	661.981.410,00	R\$ 757.699.131,00
ORÇAMENTO FINAL	473.831.690,58	489.411.747,33	601.592.020,06	706.850.551,55	716.704.702,00	R\$ 830.070.883,00
Pessoal e Encargos	317.153.896,00	343.758.207,97	404.867.478,00	447.461.945,00	507.518.471,00	R\$ 619.403.531,00
Custeio	95.327.530,90	111.336.007,92	151.227.079,63	181.415.496,28	154.772.110,00	R\$ 159.738.796,00
Capital	61.350.263,68	34.317.531,44	45.497.462,43	77.973.110,27	54.414.121,00	R\$ 50.928.556,00
ORÇAMENTO EXECUTADO	436.128.600,54	456.095.243,86	559.836.676,66	655.341.804,10	687.995.058,77	R\$ 799.861.081,90
Pessoal e Encargos	315.475.990,06	337.019.620,54	389.634.962,67	441.200.965,49	505.112.203,71	R\$ 603.747.169,82
Custeio	85.899.109,27	95.780.808,83	134.284.047,30	162.899.530,88	153.992.968,76	R\$ 157.194.936,97
Capital	34.753.501,21	23.294.814,49	35.917.666,69	51.241.307,73	28.889.886,30	R\$ 38.918.975,11
ORÇAMENTO INICIAL	389.828.891,00	425.181.190,00	477.352.341,00	610.838.482,00	661.981.410,00	R\$ 757.699.131,00
Tesouro	382.481.666,00	420.288.491,00	470.676.192,00	606.896.213,00	671.902.697,00	R\$ 752.127.662,00
Receita Própria	7.347.225,00	4.892.699,00	6.676.149,00	3.942.269,00	9.921.287,00	R\$ 5.571.469,00
ORÇAMENTO FINAL	473.831.691,00	489.411.747,33	601.592.021,06	706.850.551,55	716.704.702,00	R\$ 830.070.883,00
Tesouro	465.721.348,00	481.164.998,33	593.119.038,33	699.563.058,54	704.902.415,00	R\$ 824.609.555,00
Receita Própria	8.110.343,00	8.246.749,00	8.472.982,73	7.287.493,01	11.802.287,00	R\$ 5.461.328,00
ORÇAMENTO EXECUTADO	436.128.600,54	456.095.243,86	559.836.676,66	655.341.804,10	687.995.058,77	R\$ 799.861.081,90
Tesouro	433.223.653,32	452.701.211,62	551.615.671,34	648.281.979,41	683.241.589,61	R\$ 794.551.261,06
Receita Própria	2.904.947,22	3.394.032,24	8.221.005,32	7.059.824,69	4.753.469,16	R\$ 5.309.820,84

Fonte: Tesouro Gerencial

O desempenho do período analisado demonstra o contínuo esforço da Universidade Federal do Piauí, para compatibilizar a sustentabilidade econômica e a qualidade acadêmica associada ao compromisso social, que sempre caracterizaram a Instituição.

Nesse sentido o Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2015 a 2019 desta UPC definiu objetivos e metas que tratam especificamente dos aspectos associados a essa dimensão. São eles:

Objetivos:

- compatibilizar o orçamento anual com os objetivos, metas e prioridades definidas no PDI;
- ampliar e consolidar a sistemática de planejamento orçamentário;
- adotar mecanismos de acompanhamento e controle da execução orçamentária, flexíveis e transparentes.

Metas:

- elaborar o orçamento interno da Universidade, abrangendo todos os itens de despesa (custeio, investimento, pessoal), com explicitação do custo total de cada Unidade;
- desenvolver ações de planejamento e de gestão sistêmicas;
- assegurar o equilíbrio institucional, incentivando a cultura da responsabilidade gerencial dos recursos públicos.

A UFPI vem adotando uma série de medidas austeras como forma de equacionar a atual situação patrimonial e financeira e permitir a liquidação e/ou renegociações de suas obrigações.

E como política de captação de recursos para fazer frente às despesas com ensino, pesquisa e extensão, destacam-se algumas ações estratégicas:

- Busca de aumentos reais anuais dos recursos provenientes do Orçamento Fiscal da União e destinados ao custeio da UFPI;
- Divulgação, discussão e revisão periódica do orçamento da UFPI;

- Manutenção de diálogo permanente com a comunidade universitária sobre as políticas orçamentárias da UFPI, em particular por intermédio das instâncias de representação da Instituição;
- Otimização da aplicação de recursos em projetos de manutenção e de desenvolvimento institucional;
- Fortalecimento, em todas as instâncias da UFPI, da gestão compartilhada.

Para alcançar tais propósitos, vem sendo desenvolvido um plano de trabalho que dentre as medidas implementadas ou em fase de implementação se propõe a: redução do nível de inadimplência, racionalização de custos administrativos e acadêmicos, aumento de cursos e modalidades na graduação e extensão, adequação do número de bolsas de estudos às regras da filantropia e do Programa Universidade para Todos – PROUNI, aumento de convênios e parcerias com os setores públicos e privados, agilização dos processos administrativos, renovação e atualização dos recursos tecnológicos, assim como a implementação de diversas medidas de controle administrativo financeiro, além da adoção do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro desta Instituição, permitindo assim a recuperação de sua capacidade de investimento, possibilitando a continuidade e aumento das inversões na qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e instalações físicas.

A Administração da UFPI acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazo.

No entanto, vale destacar que o cenário econômico em que nos encontramos vem dificultando e comprometendo o alcance dos objetivos já citados. Pois até agosto de 2013 o Ministério da Educação liberava recursos financeiros para pagamento das despesas efetuadas pela Universidade duas vezes por semana, às terças e sextas. A partir de setembro do mesmo ano, contudo, os repasses passaram a ser mensais, quando muito duas vezes ao mês, e sempre inferiores à base mensal liquidada no SIAFI, fato que tem causado diversos transtornos relacionados ao atraso no pagamento de obras e serviços prestados, ocasionando frequentes reclamações dos fornecedores.

6.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Como medidas adotadas em cumprimento aos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Universidade Federal do Piauí implantou um Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – Módulo Patrimônio, que vem operando nesta IES desde o exercício de 2013. O Módulo Patrimônio tem com funções principais registrar os materiais desfazimento e ajustes contábeis sofridos pelos bens.

No entanto, os registros da depreciação dos bens Móveis e da amortização dos bens intangíveis não estão sendo lançados na contabilidade em virtude de divergências de dados fornecidos pelo setor patrimonial. Para solução do mesmo, por meio de grupo de trabalho, foram desenvolvidas algumas atividades no sentido de regularizar, no entanto não foi possível concluir por falta de estrutura oferecida pelo órgão. Sendo assim foi optado por contratação de uma empresa especializada, para dar seguimento ao trabalho iniciado. De modo que ainda no exercício de 2017 esperamos regularizar esta restrição, no sentido dessas informações refletirem a adequada e integralmente a situação patrimonial da unidade jurisdicionada.

Ressalta-se que os procedimentos atuais para o registro do bem no Sistema Interno Patrimonial cumprem adequadamente todas as etapas com total lisura, desde o recebimento e



conferência do material, seguido do Ateste da Nota Fiscal, e consequente registro no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC)-Módulo Patrimônio, incluindo tombamento por meio de fixação de plaquetas físicas, e finalizando com a entrega do bem ao setor solicitante. E a partir de então e de acordo com as NBC T 16.9 e 16.10 o sistema Módulo Patrimônio efetua os registros relacionados à depreciação, à amortização e à exaustão de itens patrimoniais.

6.4 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

A Universidade Federal do Piauí não está vinculada a nenhuma setorial de Custos, portanto não existe nenhum Sistema de Apuração de Custos dos programas, unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da unidade jurisdicionada.

6.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Ver Figura 03, ANEXO 03, Página 126.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ORGÃOS DE CONTROLE

7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

A Universidade Federal do Piauí - UFPI, recebe os Ofícios do Tribunal de Contas da União no protocolo e secretaria do Gabinete do Reitor e, em seguida, despacha ao setor competente para implantação e regularização das determinações e recomendações contidas nos Acórdãos dessa Corte.

A Unidade de Auditoria Interna da UFPI, ao tomar conhecimento das deliberações feitas em acórdãos do TCU, monitora as providências adotadas pelos setores, enviando memorandos com solicitações de envio das cópias das respostas de cada Ofício enviados pelo Tribunal de Contas da União, e acompanhamento das que estejam pendentes de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente).

A UFPI não tem controle que possa fornecer, com precisão, quantas recomendações e determinações foram feitas pelo TCU que foram implementadas e regularizadas, não atendidas ou atendidas parcialmente, de exercícios anteriores e do exercício de 2016.

Parte dessas informações estão registradas no Relatório de Gestão pelos setores responsáveis de cada recomendação ou determinação pelo TCU que permanecem pendentes de cumprimento, e suas justificativas pelo não cumprimento.

7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

A Universidade Federal do Piauí ao tomar conhecimento das recomendações da Controladoria Geral da União, seja por Ofícios, e-mail, Sistema Monitor, adota o procedimento, mediante autorização do Reitor e apoio da Unidade de Auditoria Interna, de implementação e regularização das mesmas.

As providências adotadas são alimentadas no Sistema Monitor da Controladoria Geral da União, com revisão pelo Auditor Interno-Chefe/UFPI e encaminhamento à CGU.

Esse processo é largamente discutido com o Órgão de Controle Interno, através de consultas ou em reuniões com ambas as partes, seja pelo procedimento adotado na formalização do processo, na instrução técnica ou interpretação da legislação, principalmente em relação as pendências de exercícios anteriores, muitas vezes faltando o encaminhamento da cópia de documentos da prova de implementação para ser considerada regularizada, ou de conformidade a ser realizada pelos auditores da CGU.

A UFPI vem tratando essas recomendações com toda clareza e transparência, assim como adotando reuniões constantes com a finalidade de criar sistema que possa, com eficiência e eficácia, mitigar as falhas diagnosticadas pelos Órgãos de Controle Interno, com apresentação das informações sobre as mesmas em processo de contas.

Com relação ao exercício de 2016, e pendências anteriores, estão demonstradas no Sistema Monitor da CGU, aquelas com prazo expirado e a se expirar até 31 de dezembro desse ano.

7.3 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Essa UCP observa as disposições do art. 5º da lei 8.666/93 quanto ao pagamento das contratações de bens, Serviços, Locações e Obras. Por meio da função DEMCOMP (Demonstrativos de Compromissos) no SIAFI, geramos relatórios financeiros que servem de suporte para controle de pagamentos de acordo com a data em que foram liquidados e a fonte de recursos. Pois respaldados pela lei nº 4.320/64 entendemos como exigibilidade do crédito o momento da liquidação da despesa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, momento em que há a efetiva certeza da prestação do serviço e/ou fornecimento do material.

Todavia, vale destacar face a crise econômica vivida durante todo o exercício de 2016, que as liberações de financeiro em favor dessa UPC foram de periodicidade mensal, em quantias sempre insuficientes para atender a totalidade das exigibilidades de crédito. Ocasionalmente assim bastante dificuldade no cumprimento do referido artigo, tendo em vista que para evitar a descontinuidade dos serviços que garantem o funcionamento mínimo necessário desta instituição foram realizados pagamentos prioritários e indispensáveis como os serviços de Energia Elétrica, Água e Esgotos, Vigilância e Locação de Mão-de-obra.

7.4 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Com relação às medidas adotadas para a revisão dos contratos vigentes firmados entre a Universidade Federal do Piauí e empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, ressaltamos que estão sendo analisadas medidas acerca do eventual impacto da desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, de forma a demonstrar se os referidos contratos estão em consonância com os dispositivos relativos à desoneração, para que assim – caso necessário, possamos propor medidas administrativas congruentes para o ajustamento às regras vigentes.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Quadro 67– Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	12364208020RK0022	409.100,00	184.285,16
Legal	12364208020RK0022	250.000,00	189.090,69
Legal	-	-	0,00
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-
TOTAL		659.100,00	373.375,85

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/DCF/PRAD/UFPI

A Universidade Federal do Piauí possui dois contratos de publicidade legal: Contrato 42/2013 – Empresa Brasil de Comunicação S.A, para prestação de serviços de publicidade legal impressa e/ou eletrônica e Contrato 32/2014 – Fundo de Imprensa Nacional, para publicação no diário oficial da União de atos oficiais e matérias de interesse da UFPI.

No exercício de 2016 foi empenhado, para realização dessa despesa, um montante de R\$ 659.100,00, sendo pago ao final do exercício R\$ 373.375,85.

Os referidos contratos são de grande importância, visto que através destes a UFPI pode conferir transparência de seus atos, cumprindo expressamente a Constituição Federal em seu art. 5º, inciso XXXIII, objetivando a aplicação dos princípios, dando a noção de transparência que a sociedade busca.

**7.6 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005****Quadro 68 - Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005**

Cursos de Graduação Que Devem Ofertar Libras Como Disciplina Obrigatória	Cód. Curso (E-MEC)	Município	Atendimento Ao Art. 3º Do Decreto 5.626/2005	Publicação
Artes Visuais	1105133	Teresina	Todos os cursos listados neste quadro ofertam a disciplina de Libras como componente curricular obrigatório conforme Art. 3º do Decreto nº5.626/2005 e Resolução CEPEX/UFPI nº21/2017. Nos cursos de bacharelado o componente Libras é ofertado em caráter optativo.	As informações sobre as condições de oferta dos cursos estão expressas no SIGAA-UFPI: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao . As informações, também, podem ser consultadas através do site http://emec.mec.gov.br/ .
Música	1105124	Teresina		
Pedagogia	73192	Teresina		
Ciências Sociais	1105815	Teresina		
Filosofia	496	Teresina		
Geografia	495	Teresina		
História	494	Teresina		
Letras - Língua Portuguesa	32832	Teresina		
Letras - Português e Francês	22128	Teresina		
Letras - Inglês	56030	Teresina		
Letras-Libras	1270583	Teresina		
Serviço Social	497	Teresina		
Ciências Biológicas	1105897	Teresina		
Ciências Biológicas	1105789	Teresina		
Educação no Campo- Ciências da Natureza	1270636	Teresina		
Física	300518	Teresina		
Ciências da Natureza	1188908	Teresina		
Matemática	300520	Teresina		
Educação Física	1105828	Teresina		
Química	487	Teresina		
Ciências Biológicas	116638	Floriano		
Educação no Campo- Ciências da Natureza	1270584	Floriano		
Pedagogia	116642	Floriano		
Ciências Biológicas	99728	Parnaíba		
Matemática	102576	Parnaíba		
Pedagogia	104156	Parnaíba		
Ciências Biológicas	99860	Picos		



Educação no Campo- Ciências da Natureza	1270592	Picos		
História	104018	Picos		
Letras - Português	94086	Picos		
Matemática	102588	Picos		
Pedagogia	33221	Picos		
Ciências Biológicas	99714	Bom Jesus		
Educação no Campo- Ciências Humanas e Sociais	1270649	Bom Jesus		
Ciências Naturais e Matemática	1118499	Jaicós		
Ciências da Natureza e Matemática	1264894	Oeiras		
Educação Física CREF	110752	Teresina		
Ciências Biológicas	109390	Polos de Apoio Presencial*		
Filosofia	109394	Polos de Apoio Presencial*		
Física	109358	Polos de Apoio Presencial*		
Matemática	109356	Polos de Apoio Presencial*		
Pedagogia	104726	Polos de Apoio Presencial*		
Química	109386	Polos de Apoio Presencial*		
Letras-Inglês	1186923	Polos de Apoio Presencial*		
Letras-Português	1270463	Polos de Apoio Presencial*		



Geografia	1305546	Polos de Apoio Presencial*		
História	1305529	Polos de Apoio Presencial*		
Ciências da Natureza	1305536	Polos de Apoio Presencial*		
Computação e Informática	1305552	Polos de Apoio Presencial*		

*Os cursos EaD da UFPI são ofertados em 42 polos: (1)Água Branca, (2)Alegrete do Piauí, (3)Anísio de Abreu, (4)Avelino Lopes, (5)Barras, (6)Bom Jesus, (7)Buriti dos Lopes, (8)Campo Alegre de Lourdes (BA), (9)Campo Maior, (10)Canto do Buriti, (11)Castelo do Piauí, (12)Corrente, (13)Elesbão Veloso, (14)Esperantina, (15)Floriano, (16)Gilbués, (17)Inhuma, (18)Jaicós, (19)Juazeiro (BA), (20)Luís Correia, (21)Luzilândia, (22)Marcos Parente, (23)Monsenhor Gil, (24)Oeiras, (25)Paes Landim, (26)Picos, (27)Piracuruca, (28)Piripiri, (29)Redenção do Gurguéia, (30)Regeneração, (31)São João do Piauí, (32)São Raimundo Nonato, (33) Simões, (34)Simplício Mendes, (35)Teresina, (36)União, (37)Uruçuí e (38)Valença do Piauí, (39) Cajazeiras do Piauí, (39) Itainópolis, (40) Santa Cruz do Piauí, (41) São José do Peixe, (42) Pio IX.

Fonte: DIAI/PROPLAN/UFPI



ANEXOS



ANEXO 01

Quadro 48 - Projetos Financiados Com Créditos Adicionais Descentralizados

Número do Termo	SIAFI	Unidade Gestora Proponente	Unidade Gestora Concedente	Identificação (Título/Objeto da Despesa)	Valor Previsto (R\$)	Valor Utilizado (R\$)	Contrapartida	Vigência - Prazo p/ o Cumprimento do Objeto	Área Interna Responsável	Objetivos / Atividades Executadas
1687	679997	154048 / 15265 FUFPI	154003 / CAPES	Implantação e implementação de cursos no âmbito do Sistema UAB (2014)	23.548.669,74	Em execução	-	08/07/2014 a 08/07/2016	Centro de Educação à Distância (CEAD/UFPI)	Oferta do 1º e 2º semestres das novas ofertas dos cursos de graduação e especializações, bem como pela necessidade de continuação dos 14 cursos já em andamento: 5º e 6º semestres, a implementação das ofertas anteriores do 1º e 2º semestres letivos dos cursos do edital UAB1 e UAB2, oferta do 1º e 2º semestres dos cursos de graduação e especialização do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).
1687.1								Até 30/06/2017		Prorrogação do prazo para cumprimento do objeto até 30/06/2017.
1919	679928	154048 / 15265 FUFPI	153173 / FNDE	Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social	856.400,00	Em execução	-	01/07/2014 a 01/07/2016	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (CAAP/PREG)	Formar, em nível de especialização na temática da Educação, Pobreza e Desigualdade Social, profissionais da educação básica e outros envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação em contextos empobrecidos, com vistas ao desenvolvimento de práticas que possibilitem a transformação das condições de pobreza e de extrema pobreza de crianças, adolescentes e jovens.



1919.1								Até 31/07/2017		Prorrogação do prazo para cumprimento do objeto até 31/07/2017.
2507	682972	154048 / 15265 FUFPI	152734 / 00001	Programas de Residência Médica, Multiprofissional e em área da saúde (2015)	2.478.629,33	7.140.837,67	-	27/01/2015 a 27/01/2016	Pró-Reitoria de Ensino de Pós- Graduação e Centro de Ciências da Saúde (PRPG/CCS/HU)	Pagamentos das bolsas e encargos aos residentes dos Programas de Residência Médica, Multiprofissional e em área Profissional da Saúde da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
2507.1					3.170.943,70					
2507.2					875.042,41					
2507.3					616.222,23					
2594	683105	154048 / 15265 FUFPI	153173 / FNDE	Bolsa- Formação/PRONA TEC (2015)	3.097.104,19	6.194.208,38	-	17/03/2015 a 17/03/2016	Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Colégio Técnico de Teresina (CTT)	Oferta gratuita de cursos técnicos de nível médio (mínimo 800 horas) e de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (mínimo 160 horas), através dos Colégios Técnicos da UFPI, nos municípios de Teresina, Floriano e Bom Jesus.
2594.1					3.097.104,19					
2615	683399	154048 / 15265 FUFPI	154003 / CAPES	Implantação e implementação de cursos no âmbito do Sistema UAB (2015)	3.005.764,24	Em execução	-	16/04/2015 a 31/12/2018	Centro de Educação à Distância (CEAD/UFPI)	Oferta do 3º e 4º semestres das novas ofertas dos cursos de graduação e 3º e 4º semestres das especializações, bem como pela necessidade de continuação dos 14 (quatorze) cursos já em andamento: 7º e 8º semestres, a implementação das ofertas anteriores do 3º e 4º semestres letivos dos cursos do edital UAB1 e UAB2, oferta do 3º e 4º semestres dos cursos de graduação e especialização no âmbito do PNAP, vinculado ao sistema UAB/UFPI.
2615.1					7.015.505,36					



2738	683664	154048 / 15265 FUFPI	154003 / CAPES	Implantação dos cursos ofertados no âmbito do PARFOR/UFPI (2015)	1.179.999,96	1.179.999,96	-	18/05/2015 a 20/08/2016	Coordenação do PARFOR/UFPI	Implantação dos cursos ofertados pela Universidade Federal do Piauí no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR/2015, na modalidade presencial.
2756	683770	154048 / 15265 FUFPI	150011 / SESu	Projeto Desafio da Sustentabilidade: Programa de Gestão Energética (PGE/UFPI)	2.999.987,65	Em execução	-	05/06/2015 a 05/06/2017	Centro de Tecnologia (CT)	Otimização na utilização de energia por meio de propostas de ações e controles sobre os recursos humanos e materiais econômicos, mediante os esforços para: conhecer as informações sobre fluxos de energia, regras, contratos e ações que afetam esses fluxos; acompanhar os índices de controle, como consumo de energia, custos; medir os itens de controle e indicar correções.
2773	683524	154048 / 15265 FUFPI	154003 / CAPES	Programa de Apoio à Pós- Graduação (PROAP) em 2015	1.481.710,00	1.481.710,00	-	15/05/2015 a 15/02/2016	Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG)	Custeio das atividades acadêmicas e de pesquisa dos programas de pós- graduação, relacionadas aos estudos e produção de dissertação e tese e à manutenção e desenvolvimento dos programas de pós-graduação stricto sensu, avaliadas pela CAPES e apoiadas pelo Programa de Demanda Social - DS.
2824	683669	154048 / 15265 FUFPI	154003 / CAPES	Programa PIBID DIVERSIDADE - Universidade Federal do Piauí	210.000,00	-	-	20/08/2015 a 20/03/2016	Campus Senador Helvídio Nunes de Barros - Picos-PI (CSHNB)	Apoiar o desenvolvimento das atividades de iniciação à docência de 55 estudantes de Licenciatura da área de Educação no Campo - Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí/ campus Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos-PI), em escolas de educação básica do campo da rede pública de ensino.



3376	684547	154048 / 15265 FUFPI	153173 / FNDE	Rede e-Tec Brasil – Oferta de Cursos Técnicos na modalidade EaD	32.835,22	11.435,59	-	30/09/2015 a 30/01/2016	Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Colégio Técnico de Floriano (CTF)	Foram realizadas as rematrículas previstas, ou seja, as 1.283 vagas foram disponibilizadas.
3377	684546	154048 / 15265 FUFPI	153173 / FNDE	Rede e-Tec Brasil – Oferta de Cursos Técnicos na modalidade EaD	437.481,02	397.514,58	-	30/09/2015 a 30/01/2016	Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Colégio Técnico de Floriano (CTF)	Foram realizadas todas as matrículas previstas, ou seja, as 2.490 vagas foram disponibilizadas.
3499	684799	154048 / 15265 FUFPI	153173 / FNDE	PRONATEC/BOL SA-FORMAÇÃO- 2015.2 – UFPI - Técnico e FIC - presenciais	1.467.000,01	Em execução	-	22/10/2015 a 22/10/2017	Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Colégio Técnico de Teresina (CTT)	Ofertar 155 vagas em cursos técnicos; ofertar 1300 vagas em cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC.
3499.1					2.567.989,25					
3499.2					231.010,73					
3500	686182	154048 / 15265 FUFPI	150011 / SESu	Projeto ProEXT Número: 6265.3.8423.19042 015	99.978,00	Em execução	-	26/04/2016 a 31/12/2016	Pró-reitora de Extensão (PREX)	Executar as ações do Projeto “Exercício físico e estratégia nutricional como terapêutica na redução do risco metabólico em indivíduos com diabetes mellitus tipo 2”.
3502	684744	154048 / 15265 FUFPI	153173 / FNDE	Projeto Básico UFPI Cursos técnicos	96.000,00	Em execução	-	16/10/2015 a 16/04/2018	Superintendência de Ensino Básico, Técnico	Ofertar 90 vagas em cursos técnicos subsequentes.



3502.1				subsequentes	576.000,00				e Tecnológico e Colégio Técnico de Teresina (CTT)	
3502.2					295.200,00					
3612	684928	154048 / 15265 FUFPI	153173 / FNDE	Apoio à Segurança Alimentar e Nutricional no ambiente escolar	221.037,90	221.037,90	-	03/11/2015 a 30/12/2016	Departamento de Nutrição / CCS	Execução do projeto Unidade Acadêmica Especializada – UAE para o desenvolvimento de produtos que envolvam ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
3632	684942	154048 / 15265 FUFPI	153173 / FNDE	PRONATEC/BOLSA-FORMAÇÃO-2015.2 – UFPI - Demanda Potencial FIC	674.800,00	Em execução	-	03/11/2015 a 03/11/2017	Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Colégio Técnico de Teresina (CTT)	Ofertar 1525 vagas em cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC. Vagas pactuação 2015.2 - demanda potencial.
3632.1					2.699.200,00					
3752	685756	154048 / 15265 FUFPI	150011 / SESu	Programas de Residência Médica, Multiprofissional e em área da saúde (2016)	3.136.429,58	10.178.626,29	-	25/01/2016 a 25/01/2017	Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Centro de Ciências da Saúde (PRPG/CCS/HU)	Pagamentos das bolsas e encargos aos residentes dos Programas de Residência Médica, Multiprofissional e em área Profissional da Saúde da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
3752.1					4.923.707,43					
3752.2					2.118.489,28					
3910	686220	154048 / 15265 FUFPI	154003 / CAPES	Implantação dos cursos ofertados no âmbito do PARFOR/UFPI (2016)	1.230.000,00	Em execução	-	29/04/2016 a 31/03/2017	Coordenação do PARFOR/UFPI	Implantação dos cursos ofertados pela Universidade Federal do Piauí no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR/2016, na modalidade presencial.



4753	688197	154048 / 15265 FUFPI	154003 / CAPES	Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP 2016	25.000,00	Em execução	-	25/11/2016 a 31/12/2019	Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Coordenação do Mestrado	Capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas; contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas;
4757	687848	154048 / 15265 FUFPI	153173 / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	PRONATEC/BOLSA-FORMAÇÃO - Formação Inicial e Continuada – FIC	886.000,00	Em execução	-	16/11/2016 a 30/06/2017	Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Colégio Técnico de Teresina (CTT)	Ofertar 441 vagas em cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC.
4758	687331	154048 / 15265 FUFPI	154003 / CAPES	Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) em 2016	359.031,93	Em execução	-	09/09/2016 a 31/12/2016	Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG)	Execução das ações do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP)2016, segundo as normas contidas em seu regulamento vigente, no âmbito da Ação 0487 - Concessão de Bolsas de Estudo no País, integrante do Programa de Governo 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.
4758.1					274.765,22					
4858	687598	154048 / 15265 FUFPI	154003 / CAPES	Programa PIBID DIVERSIDADE - Universidade Federal do Piauí	91.435,00	Em execução	-	21/10/2016 a 30/06/2017	Campus Senador Helvídio Nunes de Barros - Picos-PI (CSHNB)	O principal objetivo da realização de atividades pelo Pibid Diversidade é a formação de recursos humanos, em especial, para atuação em escolas do campo, dando continuidade a um trabalho desenvolvido com grande esforço e dedicação dos alunos, futuros docentes, reforçando a importância das licenciaturas. Além de desenvolvimento de ações pedagógicas que busquem uma docência comprometida com a ampliação do conhecimento universalmente produzido a partir das especificidades locais.



5069	687843	154048 / 15265 FUFPI	153173 / FNDE	Apoio à Segurança Alimentar e Nutricional no ambiente escolar	220.264,20	Em execução	-	14/11/2016 a 31/12/2017	Departamento de Nutrição / CCS	Execução do projeto Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANE para o desenvolvimento de produtos que envolvam ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
5174	688095	154048 / 15265 FUFPI	150019 / SEB - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - SEB	Formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do PNAIC	597.590,00	Em execução	-	21/11/2016 a 31/08/2017	Comitê Gestor/ Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE d	Contribuir para o aperfeiçoamento da formação de professores alfabetizadores das redes públicas de ensino do Estado do Piauí que aderiram ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/Pnaic, apoiando o trabalho desses profissionais na consolidação das competências e das habilidades de leitura, escrita e matemática de seus alunos.
02/2015	-	154048 / 15265 FUFPI	200246 / Funad	Centro Regional de Referência em Formação Permanente aos profissionais que atuam nas redes de Atenção Integral à Saúde e de Assistência Social com Usuários de Crack e Outras Drogas - 2ª Edição	400.000,00	390.000,00	-	19/05/2015 a 31/07/2017	Departamento de Serviço Social (DSS/CCHL)	Executar ações formativas para profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde de assistência social que se configuram como dispositivos para a abordagem ao consumo e consumidores de crack e outras drogas em diferentes cenários no Estado do Piauí.
92/2015	-	154048 / 15265 FUFPI	257001 / FNS	Estudo e Pesquisa sobre Atenção Básica	1.740.150,16	Em execução	-	27/11/2015 a 31/12/2017	Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP/UFPI)	Avaliação da Atenção Básica no 3º Ciclo do Programa de Melhoria do Acesso e da qualidade da AB (PMAQ).



29/2015	684898	154048 / 15265 FUFPI	490002 / SAF/MDA	Sementes dos Saberes Agroecológicos: Pesquisa-ação participativa, transformação e empaçamento das juventudes rurais no Piauí	293.398,60	Em execução	-	10/10/2015 a 30/06/2016	Departamento de Engenharia de Pesca - Campus Parnaíba-PI (CMRV)	Formar jovens rurais visando sua organização socioprodutiva, o acesso a mercados e inserção nas políticas públicas necessárias à permanência do jovem no território e à promoção do desenvolvimento rural no Piauí
150/2015	-	154048 / 15265 FUFPI	257001 / FNS	Promover a Qualificação e a Educação Permanente dos Profissionais da Saúde do Sistema único de Saúde	3.000.000,00	Em execução	-	29/12/2015 a 16/07/2018	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Permanente para o SUS (NUEPES)	Curso de Especialização em Saúde da Família na modalidade à distância
151/2015	-	154048 / 15265 FUFPI	257001 / FNS	Promover a Qualificação e a Educação Permanente dos Profissionais da Saúde do Sistema único de Saúde	458.000,00	Em execução	-	29/12/2015 a 16/07/2018	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Permanente para o SUS (NUEPES)	Mestrado Profissional em Saúde da Mulher
065/2015	-	154048 / 15265 FUFPI	240118 / SECIS/MCTI	Apoio à Olimpíada Nacional de Ciências (OBC)	385.159,48	Em execução	-	30/11/2015 a 30/11/2016	Centro de Ciências da Educação (CCE)	Divulgar a ciência em geral e a física e química em particular visando despertar o interesse dos jovens em estudá-las e compreendê-las para que possam entender o mundo em que vivem e os avanços advindos do seu desenvolvimento.



005/2016	-	154048 / 15265 FUFPI	490002/0000 1 - Ministério do Desenvolvim ento Agrário - MDA	Projeto para o Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável	394.390,00	Em execução	-	21/03/2016 a 30/04/2017	Campus Ministro Reis Veloso/CMRV (Parnaíba-PI)	Oferta de especialização para servidores que atuam como gestores das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, territorial, de educação do campo e de princípios agroecológicos.
030/2016	688311	154048 / 15265 FUFPI	490002/0000 1 - SAF/SEAD	Projeto "Sementes dos Saberes Agroecológicos: pesquisa-ação participativa, transformação e emancipação das juventudes rurais no Piauí"	351.825,36	Em execução	-	24/11/2016 a 31/10/2017	Campus Ministro Reis Veloso/CMRV (Parnaíba-PI)	Organização e coordenação técnica, de logística e financeira para a realização de módulos, oficinas, painéis, formação de grupos de trabalhos, capacitações, monitoramento, desenvolvimento de pesquisa, aplicação, tabulação e análises de instrumento de investigação, ações de extensão rural e construção de relatório do projeto.
S/N	-	154048 / 15265 FUFPI	240118 / SECIS/MCTI	Apoio à realização da 2ª Edição da Olimpíada Nacional de Ciências (ONC)	330.000,00	Em execução	-	30/11/2016 a 30/12/2017	Centro de Ciências da Educação (CCE)	Divulgar a ciência em geral e a física e química em particular visando despertar o interesse dos jovens em estudá-las e compreendê-las para que possam entender o mundo em que viverem e os avanços advindos do seu desenvolvimento.

Fonte: CPPP/PROPLAN/UFPI

**ANEXO 02****Quadro 54 – Contratação de Pessoal de Apoio**

Unidade Contratante						
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA E NOTURNA, PARA ATENDER DEMANDAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ.	PIVSEG - PIAUÍ VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA CNPJ: 10.674.819/0001-98	28/03/2016	28/03/2017		VIGENTE
2012	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CONDUTORES DE VEÍCULOS, CONFORME CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES-CBO, DO MISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, MOTORISTA DE VEÍCULO DE LEVE E PESADO, CATEGORIA “D - E”, NUM TOTAL DE 50(CINQUENTA) POSTOS, PARA ATENDER DEMANDAS DA UFPI.	ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA CNPJ: 09.019.150/0001-11	09/11/2016	09/11/2017		VIGENTE
2013	PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE COZINHEIRO E AUXILIAR DE COZINHA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NAS DEPENDÊNCIAS DA UFPI, TERESINA E PARNAÍBA.	SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA. - CNPJ: 10.013.974/0001-63	29/08/2016	29/08/2017		VIGENTE
2013	PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE COZINHEIRO E AUXILIAR DE COZINHA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NAS DEPENDÊNCIAS DA UFPI, BOM JESUS/ FLORIANO/PICOS	SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA - CNPJ: 10.013.974/0001-63	29/08/2016	29/08/2017		VIGENTE
2013	PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES AUXILIARES, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA CNPJ:	04/11/2016	04/11/2017		VIGENTE



		10.013.974/0001-63				
2013	PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES AUXILIARES, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA CNPJ: 10.013.974/0001-63	04/11/2016	04/11/2017		VIGENTE
2013	PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES AUXILIARES, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA CNPJ: 10.682.187/0001-04	04/11/2016	04/11/2017		VIGENTE
2014	CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA E NOTURNA, PARA ATENDER DEMANDAS DO CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA, EM TERESINA.	CET-SEG SEGURANÇA ARMADA LTDA CNPJ: 08.644.690/0001-23	12/03/2016	12/03/2017		VIGENTE
2014	CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA E NOTURNA, PARA ATENDER DEMANDAS DOS CAMPI DE PARNAIBA, PICOS, BOM JESUS E FLORIANO.	CET-SEG SEGURANÇA ARMADA LTDA CNPJ: 08.644.690/0001-2	12/03/2016	12/03/2017		VIGENTE
2014	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE FORMA CONTÍNUA DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES AUXILIARES, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, EM TERESINA.	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA CNPJ: 07.783.832/0001-70	18/09/2016	18/09/2017		VIGENTE
2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES AUXILIARES A SEREM EXECUTADOS NA UFPI - TERESINA	ALPHA 05 EMPRESAS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 05.365.957/0001-55	01/06/2016	01/06/2017		VIGENTE
2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E ATIVIDADES AUXILIARES A SEREM EXECUTADOS NA UFPI - BOM JESUS - PI	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA CNPJ:	15/06/2016	15/06/2017		VIGENTE



		07.783.832/0001-70				
2016	PRESTAÇÃO DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E ATIVIDADES AUXILIARES EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, CONFORME QUANTIDADES ESTIMADAS E ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL E COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-PI.	RM TERCEIRIZAÇÃO LTDA CNPJ: 05.465.222/0001-01	01/03/2016	01/03/2017		VIGENTE
2016	PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E ATIVIDADES AUXILIARES, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL E COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-PI.	LIMA VERDE & SILVA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME CNPJ: 13.230.124/0001-05	25/02/2016	25/02/2017		VIGENTE
2016	PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E ATIVIDADES AUXILIARES, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA DA UFPI, NA CIDADE DE TERESINA	SALMOS COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME CNPJ: 06.982.630/0001-95	25/02/2016	25/02/2017		VIGENTE
2016	PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E ATIVIDADES AUXILIARES, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA DA UFPI, NA CIDADE DE TERESINA/PI.	RM TERCEIRIZAÇÃO LTDA CNPJ: 05.465.222/0001-01	23/03/2016	23/03/2017		VIGENTE
2016	PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E ATIVIDADES AUXILIARES, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, A SEREM EXECUTADOS NA DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA, NA CIDADE DE TERESINA/PI.	ALPHA 05 EMPRESARIOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 05.365.957/0001-55	18/03/2016	18/03/2017		VIGENTE

Fonte: Diretoria Administrativa/PRAD/UFPI



Figura 03 - Balanço Financeiro 2016

ANEXO 03



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26279 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSÃO
15/03/2017PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	10.404.583,08	7.590.165,26	Despesas Orçamentárias	784.246.679,36	700.588.210,84
Ordinárias	943.251,14	1.023.268,45	Ordinárias	197.622.867,19	208.609.000,97
Vinculadas	9.724.695,01	6.576.759,00	Vinculadas	586.623.812,17	491.979.209,87
Educação	79.066,38	606.663,12	Educação	480.896.248,92	397.823.086,21
Seguridade Social (Exceto RGPS)	411.148,32	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	95.066.110,59	779.684,80
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	9.234.480,31	5.970.095,88	Operação de Crédito	295.242,86	82.673.708,57
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-263.363,07	-9.862,19	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	9.804.460,39	5.568.914,47
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	561.749,41	5.133.815,82
Transferências Financeiras Recebidas	785.717.526,11	696.319.358,19	Transferências Financeiras Concedidas	17.441.495,40	14.770.809,27
Resultantes da Execução Orçamentária	728.405.145,53	651.629.755,42	Resultantes da Execução Orçamentária	13.629.677,63	12.599.138,03
Repasso Recebido	714.776.393,11	639.030.617,39	Sub-repasso Concedido	13.628.752,42	12.599.138,03
Sub-repasso Recebido	13.628.752,42	12.599.138,03	Repasso Devolvido	925,21	-
Independentes da Execução Orçamentária	57.312.380,58	44.689.602,77	Independentes da Execução Orçamentária	3.811.817,77	2.171.671,24
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	52.726.768,73	41.338.892,30	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.535.586,58	538.163,67
Demais Transferências Recebidas	2.173,57	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.276.231,19	1.633.507,57
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.583.438,28	3.350.710,47	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	64.765.050,94	61.944.006,87	Despesas Extraorçamentárias	60.317.840,48	47.664.078,13
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.274.455,46	16.513.024,44	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	18.078.477,82	9.709.905,31
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	60.186.541,34	44.767.917,57	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	39.770.432,43	37.468.940,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.301.491,24	-48.851,26	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.811.438,07	485.128,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.562,90	711.916,12	Outros Pagamentos Extraorçamentários	657.492,16	104,74
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	1.796,01	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	10.248,60	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.562,90	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	104,74
Demais Recebimentos	-	710.120,11	Demais Pagamentos	647.243,56	-
Saldo do Exercício Anterior	15.410.347,23	12.579.915,15	Saldo para o Exercício Seguinte	14.291.492,12	15.410.347,23
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.410.347,23	12.579.915,15	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.291.492,12	15.410.347,23
TOTAL	876.297.507,36	778.433.445,47	TOTAL	876.297.507,36	778.433.445,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28279 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
15/03/2017PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	515.503.277,05	518.374.298,16	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	515.503.277,05	518.374.298,16

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	14.291.492,12	15.610.676,26	PASSIVO FINANCEIRO	103.107.631,50	107.260.687,40
ATIVO PERMANENTE	501.211.784,93	502.763.621,90	PASSIVO PERMANENTE	-	0,01
			SALDO PATRIMONIAL	412.395.645,55	411.113.610,75

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	72.762.455,38	85.728.604,90	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	20.881.289,85	52.172.829,18
Execução dos Atos Potenciais Ativos	72.762.455,38	85.728.604,90	Execução dos Atos Potenciais Passivos	20.881.289,85	52.172.829,18
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	6.375.870,30	6.375.870,30	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	66.175.977,90	79.142.127,42	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congén	4.479.449,18	4.479.449,18
Direitos Contratuais a Executar	210.607,18	210.607,18	Obrigações Contratuais a Executar	16.401.840,67	47.693.380,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	72.762.455,38	85.728.604,90	TOTAL	20.881.289,85	52.172.829,18

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.584.402,21
Recursos Vinculados	-82.231.737,17
Educação	-87.166.973,96
Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.533.131,60
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.483.873,71
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-81.768,52
TOTAL	-88.816.139,38



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26279 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	799.721.746,02	716.669.640,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	7.896.885,87	5.629.320,38
Venda de Mercadorias	-	106,00
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	7.896.885,87	5.629.212,38
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2,00	601,02
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2,00	601,02
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	785.966.462,78	696.628.452,75
Transferências Intragovernamentais	785.717.526,11	696.319.358,19
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	248.936,67	309.094,56
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.296.567,05	12.809.145,38
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	69.358,39
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.296.567,05	12.739.786,99
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.561.828,32	1.602.121,13
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28279 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 15/03/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.561.828,32	1.602.121,13
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	749.571.958,36	692.011.683,60
Pessoal e Encargos	433.280.136,14	397.036.599,79
Remuneração a Pessoal	336.752.788,02	306.337.190,44
Encargos Patronais	68.745.998,67	69.179.740,75
Benefícios a Pessoal	26.623.740,92	20.002.781,30
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.157.608,53	1.516.887,30
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	145.034.283,75	133.660.058,07
Aposentadorias e Reformas	125.681.094,30	115.349.065,06
Pensões	19.179.493,42	18.143.462,02
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	52.789,64	51.740,50
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	120.906,39	115.790,49
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	120.511.664,60	101.771.717,09
Uso de Material de Consumo	14.578.763,37	10.044.290,59
Serviços	104.649.312,30	91.480.719,58
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.283.588,93	246.706,92
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	46.198,89	10.139,22
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	41.256,97	3.853,03
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	4.941,92	6.286,19
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	17.620.085,76	14.887.016,31
Transferências Intragovernamentais	17.441.495,40	14.770.809,27
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	167.080,02	116.207,04
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	11.510,34	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	5.145.531,80	21.057.780,98
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	2.065,00	-
Incorporação de Passivos	1.384.730,57	4.722.601,09
Desincorporação de Ativos	3.758.736,23	16.335.179,89

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
SECRETARIA DO TESOURO NACIONALEXERCÍCIO
2016PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
15/03/2017PÁGINA
3

SUBTÍTULO 26279 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
Tributárias	2.240.118,75	1.678.163,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	2.240.118,75	1.678.163,84
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	25.693.938,67	21.910.208,30
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	25.693.619,44	21.910.208,30
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	319,23	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	50.149.787,66	24.657.957,06

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28279 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	5.571.469,00	5.571.469,00	10.404.583,08	4.833.114,08
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	369.708,00	369.708,00	284.740,74	-84.967,26
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	369.708,00	369.708,00	284.740,74	-84.967,26
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	5.201.761,00	5.201.761,00	7.607.857,54	2.406.096,54
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.717.152,00	4.717.152,00	7.603.493,78	2.886.341,78
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	4.341,00	4.341,00	-	-4.341,00
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	480.268,00	480.268,00	4.363,76	-475.904,24
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	2.511.984,80	2.511.984,80
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	147.283,83	147.283,83
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	2.362.100,97	2.362.100,97
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	2.600,00	2.600,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28279 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
15/03/2017PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	5.571.469,00	5.571.469,00	10.404.583,08	4.833.114,08
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	5.571.469,00	5.571.469,00	10.404.583,08	4.833.114,08
DÉFICIT	-	-	773.842.096,28	773.842.096,28
TOTAL	5.571.469,00	5.571.469,00	784.246.679,36	778.675.210,36
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	715.688.200,00	787.379.384,00	740.803.376,51	717.942.742,77	714.682.143,93	46.576.007,49
Pessoal e Encargos Sociais	561.477.664,00	626.798.547,00	552.841.110,30	552.841.110,30	552.838.519,50	73.957.436,70
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	154.210.536,00	160.580.837,00	187.962.266,21	165.101.632,47	161.843.624,43	-27.381.429,21
DESPEAS DE CAPITAL	50.142.007,00	51.128.556,00	43.443.302,85	6.117.395,25	6.103.538,63	7.685.253,15
Investimentos	50.142.007,00	51.128.556,00	43.443.302,85	6.117.395,25	6.103.538,63	7.685.253,15
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS	765.830.207,00	838.507.940,00	784.246.679,36	724.060.138,02	720.785.682,56	54.261.260,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28279 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPEGA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	765.830.207,00	838.507.940,00	784.246.679,36	724.060.138,02	720.785.682,56	54.261.260,64
TOTAL	765.830.207,00	838.507.940,00	784.246.679,36	724.060.138,02	720.785.682,56	54.261.260,64

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	19.017.422,32	24.044.851,90	16.682.177,90	16.640.447,03	5.696.578,97	20.725.248,22
Pessoal e Encargos Sociais	-	821,30	-	-	821,30	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	19.017.422,32	24.044.030,60	16.682.177,90	16.640.447,03	5.695.757,67	20.725.248,22
DESPEAS DE CAPITAL	21.129.072,78	20.723.065,67	23.129.985,40	23.129.985,40	129.714,43	18.592.438,62
Investimentos	21.129.072,78	20.723.065,67	23.129.985,40	23.129.985,40	129.714,43	18.592.438,62
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	40.146.495,10	44.767.917,57	39.812.163,30	39.770.432,43	5.826.293,40	39.317.686,84

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	174.915,19	12.463.752,69	12.455.727,38	42.654,93	140.285,57
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	174.915,19	12.463.752,69	12.455.727,38	42.654,93	140.285,57
DESPEAS DE CAPITAL	182.847,25	5.641.450,44	5.622.750,44	13.149,30	188.397,95
Investimentos	182.847,25	5.641.450,44	5.622.750,44	13.149,30	188.397,95
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	357.762,44	18.105.203,13	18.078.477,82	55.804,23	328.683,52

Fonte: TESOURO GERENCIAL/DCF/PRAD/UFPI

**INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES****INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994.**

Identificação da Fundação de Apoio								
Nome:		FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO À PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO DO PIAUÍ						
CNPJ:		07.501.328/0001-30						
Página na Internet:		http://www.fundacaofadex.org/						
Informações dos Projetos e dos Instrumentos Contratuais								
Projeto		Instrumento celebrado						
Seq.	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
1	Projeto de Ensino	001/2013	Contrato	“Curso de Pós-Graduação, Lato Sensu, em Música - Habilitação em Musicoterapia”	04/02/2013	31/12/2016	159.800,00	107.128,91
2	Projeto de Ensino	003/2013	Contrato	"Curso de Pós-Graduação, Lato Sensu, em Gestão Estratégica de Pessoas - 3ª Turma"	01/03/2013	31/12/2016	148.500,00	87.577,42
3	Projeto de Ensino	006/2013	Contrato	"Curso de Pós-Graduação, Lato Sensu, em Automação de Processos Industriais"	28/08/2013	30/06/2016	159.513,65	150.354,96
	Projeto de Ensino	007/2013	Contrato	“Curso de Pós-Graduação, Lato Sensu, em Atividade Física e Saúde”	19/09/2013	31/12/2016	171.450,00	141.137,69
4	Projeto de Ensino	025/2013	Contrato	“Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica”	18/11/2013	03/06/2016	426.359,09	426.359,09
5	Projeto de Ensino	027/2013	Contrato	"Curso de Pós-Graduação, Lato Sensu, em Logística e Distribuição”	30/12/2013	30/06/2016	177.800,00	183.533,80
6	Projeto de Pesquisa	032/2013	Contrato	Projeto de Pesquisa “Desenvolvimento de vacina para calazar para aplicação em seres humanos”	18/12/2013	31/12/2016	150.000,00	150.000,00
7	Projeto de Extensão	005/2014	Contrato	Projeto de Extensão do “Pacto - Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa”	17/02/2014	30/06/2016	872.689,35	872.689,35



8	Projeto de Ensino	006/2014	Contrato	Projeto de Ensino do “Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR”	30/05/2014	31/12/2016	1.800.000,00	1.800.000,00
9	Projeto de Ensino	008/2014	Contrato	Projeto de Ensino do “Curso de Especialização em Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais”	15/07/2014	31/12/2017	648.000,00	104.299,00
10	Projeto de Ensino	009/2014	Contrato	Projeto de Ensino do “Curso de Especialização em Microbiologia Aplicada às Ciências da Saúde”	15/07/2014	30/07/2016	168.300,00	87.346,91
11	Projeto de Extensão	012/2014	Contrato	Projeto de Extensão "Programa Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio"	19/08/2014	19/02/2016	562.820,00	562.820,00
12	Projeto de Ensino	013/2014	Contrato	Projeto de Ensino “Curso de Licenciaturas em Educação do Campo” PROCAMPO (Teresina, Picos Floriano e Bom Jesus)	28/07/2014	28/07/2016	3.499.461,20	3.499.461,20
13	Projeto de Ensino	014/2014	Contrato	Projeto de Ensino do “Curso de Especialização à Distância em Gestão da Educação Municipal - PRADIME”	19/08/2014	31/10/2016	143.618,45	143.618,45
14	Projeto de Ensino	020/2014	Contrato	Projeto de Ensino do “Curso de Especialização em Docência na Escola de Tempo Integral”	19/08/2014	31/10/2016	220.000,00	220.000,00
15	Projeto de Extensão	021/2014	Contrato	Projeto de Extensão do Curso “Formação Continuada em Conselho Escolar”, na modalidade à distância	19/08/2014	31/12/2016	89.496,00	89.496,00
16	Projeto de Ensino	022/2014	Contrato	Projeto de Ensino do “Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social”	19/08/2014	31/07/2016	856.400,00	856.400,00
17	Projeto de Ensino	023/2014	Contrato	Projeto de Ensino “Implantação e implementação de cursos no âmbito do Sistema UAB 2014”	19/08/2014	19/08/2016	1.562.000,00	1.562.000,00
18	Projeto de Ensino	024/2014	Contrato	Projeto de Ensino do “Curso de Especialização à Distância em Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade”	11/09/2014	31/08/2016	102.100,00	102.100,00
19	Projeto de Ensino	027/2014	Contrato	Projeto de Ensino do “UNIAFRO - Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola – Especialização EaD”	11/09/2014	28/02/2016	55.000,00	55.000,00
20	Projeto de Ensino	030/2014	Contrato	Projeto de Ensino do “Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR”	06/11/2014	31/12/2016	1.040.000,00	1.040.000,00
21	Projeto de Extensão	033/2014	Contrato	“II Cong. Internacional de Atenção Primária à Saúde, II Cong. Piauiense de Atenção à Saúde, II Encontro Reg. do PROVAB, II Fórum de Saúde Bucal e V CESCODONTO”	09/12/2014	30/06/2016	187.350,00	147.540,00
22	Desenvolvimento Institucional	s/n 2014	Cooperação	Cooperação administrativa e técnico-científica para a administração, operação e manutenção da REDE POTI	10/09/2014	10/09/2019	407.615,77	354.227,85



23	Projeto de Extensão	s/n 2014	Cooperação	“Curso de Formação de Profissionais em elaboração de Projetos na área de Educação Ambiental”	12/09/2014	12/06/2016	74.632,32	-
24	Projeto de Ensino	001/2015	Contrato	Projeto de Ensino do “Curso de Especialização em Direito Processual”	18/03/2015	18/03/2017	211.300,00	176.991,66
25	Projeto de Ensino	002/2015	Contrato	Projeto de Ensino do “Curso de Especialização em Educação Matemática – CMRV/Parnaíba”	18/03/2015	18/03/2017	130.950,00	-
26	Projeto de Ensino	003/2015	Contrato	Projeto de Ensino do “Curso de Especialização em Estatística”	13/07/2015	13/07/2017	211.300,00	99.331,04
27	Projeto de Ensino	004/2015	Contrato	Projeto de Ensino do “Curso de Especialização em Farmácia Clínica e Prescrição Farmacêutica”.	13/07/2015	13/07/2017	233.980,00	-
28	Projeto de Ensino	005/2015	Contrato	Projeto de Ensino “Implantação e implementação de cursos no âmbito do Sistema UAB 2015”	15/06/2015	15/06/2017	10.021.269,60	10.021.269,60
29	Projeto de Extensão	006/2015	Contrato	“CRR em Formação Perm. ao Profissionais que atuam nas Redes de Atenção Integral à Saúde e de Assistência Social com usuários de Crack e outras Drogas (CREPE - Crack) - 2ª Edição”	13/07/2015	31/07/2017	390.000,00	390.000,00
30	Projeto de Extensão	008/2015	Contrato	Projeto de Extensão “II CONGEafro – Orgulho de ser afrodescendente: lugares e identidades”	22/09/2015	22/09/2016	55.572,00	-
31	Projeto de Extensão	009/2015	Contrato	Projeto de Extensão do “V Seminário de Extensão e Cultura da UFPI e II Fórum de Extensão e Cultura das IES do Piauí”	28/12/2015	28/12/2016	14.000,00	9.540,00
32	Projeto de Ensino	010/2015	Contrato	Projeto de Ensino “Licenciaturas em Educação do Campo – PROCAMPO/Teresina”	09/10/2015	09/10/2017	480.000,00	480.000,00
33	Projeto de Extensão	011/2015	Contrato	Projeto de Extensão “Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, no âmbito do PNAIC/UFPI”	09/10/2015	09/10/2017	597.786,00	597.786,00
34	Projeto de Ensino	012/2015	Contrato	Projeto de Ensino “Licenciaturas em Educação do Campo – PROCAMPO/Floriano”	09/10/2015	09/10/2017	480.000,00	480.000,00
35	Projeto de Ensino	013/2015	Contrato	Projeto de Ensino “Curso de Especialização em Ortodontia – 3ª Turma”	20/10/2015	20/10/2019	691.200,00	229.731,77
36	Projeto de Ensino	015/2015	Contrato	Projeto de Ensino do “Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR/2015” TC 2738	30/10/2015	30/10/2017	780.000,00	780.000,00
37	Projeto de Ensino	016/2015	Contrato	Projeto de Ensino “Licenciaturas em Educação do Campo – PROCAMPO/Bom Jesus”	30/10/2015	30/10/2017	480.000,00	480.000,00



38	Projeto de Ensino	017/2015	Contrato	Projeto de Ensino “Licenciaturas em Educação do Campo – PROCAMPO/Picos”	30/10/2015	30/10/2017	480.000,00	480.000,00
39	Projeto de Pesquisa	019/2015	Contrato	“Desenvolvimento de Vacina com Organismos Vivos Geneticamente Modificados para Leishmanioses”	30/10/2015	30/10/2017	232.721,00	232.721,00
40	Desenvolvimento Institucional	020/2015	Contrato	“Apoio à Segurança Alimentar e Nutricional no ambiente escolar”, através da UAE/UFPI	03/11/2015	30/12/2016	221.037,90	221.037,90
41	Projeto de Pesquisa	021/2015	Contrato	“Avaliação da Atenção Básica no Programa de Melhoria do acesso e da qualidade da AB (PMAQ-AB) 3º Ciclo”	10/12/2015	31/12/2017	1.740.150,16	1.566.135,14
42	Projeto de Pesquisa	022/2015	Contrato	“Sementes dos Saberes Agroecológicos: Pesquisa-ação Participativa, Transformação e (...)”	10/12/2015	10/12/2016	142.998,60	142.998,60
43	Desenv. Institucional e Científico	023/2015	Contrato	Projeto Institucional e Científico do Projeto Piloto da "Olimpíada Nacional de Ciências-ONC"	15/12/2015	15/12/2017	381.013,48	381.013,48
44	Desenv. Institucional e de Extensão	024/2015	Contrato	Projeto Institucional e de Extensão intitulado “Jornadas de Estudos em Medicina Veterinária”, através do HVU	28/12/2015	28/12/2017	2.866.824,00	1.058.768,82
45	Desenvolvimento Institucional	001/2015	Cooperação	"Cooperação técnica ente os partícipes, visando o desenvolvimento do software ARDigital"	29/10/2015	29/10/2016	86.680,00	73.678,00
46	Desenvolvimento Institucional	002/2015	Cooperação	"Cooperação técnica ente os partícipes, visando desenvolvimento do software SAGRES"	29/10/2015	29/10/2016	86.680,00	73.678,00
47	Desenvolvimento Institucional	003/2015	Cooperação	"Implementação de processos inovadores e aperfeiçoamento de processos no ambiente de trabalho do TCE/PI	05/11/2015	05/11/2016	99.491,00	99.491,00
48	Projeto Institucional e de Extensão	001/2016	Contrato	“Programa de Apoio à Produção e Divulgação Editorial e Cultural da UFPI"	15/09/2016	31/12/2018	95.000,00	-
49	Projeto de Extensão	002/2016	Contrato	“Curso de Extensão em Língua Espanhola”	20/04/2016	20/04/2020	343.500,00	-
50	Projeto de Extensão	003/2016	Contrato	“Curso de Extensão em Inglês Instrumental”	20/04/2016	20/04/2020	334.000,00	-
51	Projeto de Extensão	004/2016	Contrato	“Curso de Extensão em Língua Francesa”	20/04/2016	20/04/2020	334.000,00	-
52	Projeto de Extensão	005/2016	Contrato	“Curso de Extensão em Língua Inglesa”	20/04/2016	20/04/2020	334.000,00	-
53	Projeto de Ensino	006/2016	Contrato	“Curso de Especialização em Automação de Processos Industriais – 2ª Turma”	26/04/2016	26/04/2018	140.488,00	-



54	Projeto de Ensino	007/2016	Contrato	Especialização em Saúde da Família (TED 150/2015-FNS/MS)	26/04/2016	16/07/2018	3.000.000,00	300.000,00
55	Projeto de Ensino	008/2016	Contrato	Mestrado Profissional em Saúde da Mulher (TED 151/2015-FNS/MS)	26/04/2016	16/07/2018	458.000,00	458.000,00
56	Projeto de Ensino	010/2016	Contrato	“Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR/2016” TC 3910	03/11/2016	03/11/2018	1.230.000,00	1.230.000,00
57	Projeto de Pesquisa	011/2016	Contrato	“Desenvolvimento de Vacina com Organismos Vivos Geneticamente Modificados p/ Leishmanioses - Cont. do Estudo”	04/11/2016	04/11/2018	266.451,00	-
58	Projeto de Extensão	012/2016	Contrato	Evento “III CONGEafro – Direito de ser nas relações de poder ”	05/10/2016	05/10/2017	32.000,00	-
59	Projeto de Extensão	013/2016	Contrato	"I Congresso Nacional de Nutrição e saúde (I CONNUTS) e II SIPPAN"	05/10/2016	05/10/2017	76.000,00	-
60	Projeto de Ensino	014/2016	Contrato	“Curso de Especialização em Atividade Física e Saúde” - Turma 2016	30/11/2016	30/11/2019	176.850,00	-
61	Projeto de Extensão	015/2016	Contrato	“VI Seminário de Extensão e Cultura e III Mostra de Comunidades” - VI SEMEX	05/10/2016	05/10/2017	11.200,00	-
62	Projeto de Ensino	016/2016	Contrato	"Curso de Especialização em Manejo de sistemas agrícolas no Cerrado”	30/11/2016	30/11/2019	463.000,00	-
63	Desenvolvimento Institucional	017/2016	Contrato	“Apoio à Segurança Alimentar e Nutricional no ambiente escolar”, através da UAE/UFPI	24/11/2016	31/12/2017	220.264,20	-
64	Projeto de Extensão	018/2016	Contrato	“Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, no âmbito do PNAIC”	25/11/2016	25/11/2017	597.590,00	-
65	Projeto Institucional e Científico	019/2016	Contrato	“Olimpíada Nacional de Ciências - ONC”	02/12/2016	02/12/2018	195.000,00	-
66	Projeto de Ensino	020/2016	Contrato	"Curso de Especialização em Endodontia”	20/12/2016	20/12/2019	316.800,00	-

Total

43.422.002,77

32.805.262,64

Recursos da UPC envolvidos nos projetos

Instrumento celebrado		Recursos da UPC à disposição da fundação				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
001/2013	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	13.962,00	4	-
003/2013	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	14.850,00	9	-
006/2013	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	19.576,73	15	-



007/2013	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	17.034,00	8	-
025/2013	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	3	-
027/2013	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	20.888,99	4	-
032/2013	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
005/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	6	-
006/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
008/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	64.800,00	10	-
009/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	10.952,50	5	-
012/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	3	-
013/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	9	-
014/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
020/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	2	-
021/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
022/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	2	-
023/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
024/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
027/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
030/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
033/2014	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
s/n 2014	Cooperação	212.536,71	-	-	2	-
s/n 2014	Cooperação	-	Espaço físico/equipamento	-	7	-
001/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	21.130,00	11	-
002/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	13.095,00	9	-
003/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	21.130,00	8	-
004/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	23.398,00	13	-
005/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
006/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	40.000,00	3	-
008/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	4	-
009/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	5	-
010/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
011/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	8	-
012/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
013/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	69.120,00	13	-
015/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
016/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
017/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
019/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-



020/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	2	-
021/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	4	-
022/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	2	-
023/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
024/2015	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	286.682,40	19	-
001/2015	Cooperação	-	Espaço físico/equipamento	3.940,00	1	-
002/2015	Cooperação	-	Espaço físico/equipamento	3.940,00	1	-
003/2015	Cooperação	-	Espaço físico/equipamento	4.974,50	3	-
001/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
002/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
003/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
004/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
005/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
006/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
007/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
008/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
010/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
011/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
012/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
013/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
014/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
015/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
016/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
017/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
018/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
019/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-
020/2016	Contrato	-	Espaço físico/equipamento	-	1	-

FONTE: CPPP/PROPLAN/FADEX

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

1 – A Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal do Piauí-UFPI, em cumprimento ao previsto no parágrafo 6º do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 16 de setembro de 2000, combinado com o Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, apresenta seu Parecer sobre o Processo de Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2016, da referida Instituição de Ensino Superior, de conformidade com o Art. 1º, Parágrafo Único, Inciso II, e Art. 3º da Instrução Normativa – TCU nº 63/2010, e da IN TCU nº 72/2013, da Portaria TCU nº 59/2017; da Portaria CGU nº 500/2016; das Decisões Normativas do TCU de nºs 154 e 156, de 2016; das orientações de ajuda definidas no Sistema e-Contas do TCU e das orientações do Órgão de Controle Interno.

2 – Nossa responsabilidade é expressar opinião sobre a composição do Processo de Prestação de Contas, exercício de 2016, o resultado do acompanhamento da implementação das recomendações expedida por esta Unidade de Auditoria Interna, pela Secretaria Federal de Controle da Controladoria Geral da União, pelo Tribunal de Contas da União e a adequação dos controles internos administrativos, de acordo com o previsto no Art. 1º, Parágrafo Único, Inciso II, e Art. 3º da Instrução Normativa – TCU nº 63/2010; da IN TCU nº 72/2013; da Portaria TCU nº 59/2017; da Portaria CGU nº 500/2016; das Decisões Normativas do TCU de nº 154 e 156, de 2016; das orientações de ajuda definidas no sistema e-Contas do TCU e das orientações dos Órgãos de Controle Interno, com observação das áreas e atividades constantes do seu Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT para o exercício em exame.

I – CONFORMIDADE DA COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS COM AS PEÇAS EXIGIDAS PELOS NORMATIVOS VIGENTES.

Analisando o Processo de Prestação de Contas verificamos que o mesmo encontra-se devidamente constituído com as peças previstas no parágrafo 6º do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 16 de setembro de 2000, combinado com o Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, referente ao exercício de 2016, de conformidade com o Art. 1º, Parágrafo Único, Inciso II, e Art. 3º da Instrução Normativa – TCU nº 63/2010, e da IN TCU nº 72/2013, da Portaria TCU nº 59/2017; da Portaria CGU nº 500/2016; das Decisões Normativas do TCU de nºs 154 e 156, de 2016; das orientações de ajuda definidas no Sistema e-Contas do TCU e das orientações do Órgão de Controle Interno.

O Relatório de Gestão do exercício de 2016 da FUFPI está devidamente formalizado de acordo com o previsto no Art. 1º, Parágrafo Único, Inciso II, e Art. 3º da Instrução Normativa – TCU nº 63/2010; da IN TCU nº 72/2013; da Portaria TCU nº 59/2017; da Portaria CGU nº 500/2016; das Decisões Normativas do TCU de nºs 154 e 156, de 2016; das orientações de ajuda definidas no sistema e-Contas do TCU e das orientações dos Órgãos de Controle Interno, com observação das áreas e atividades constantes do seu Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT.

II – AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE OS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA FUFPI IDENTIFICAREM, EVITAREM E CORRIGIREM FALHAS E IRREGULARIDADES, BEM COMO DE MINIMIZAREM RISCOS RELACIONADOS AOS PROCESSOS RELEVANTES.

A Universidade Federal do Piauí não tem implantada na sua estrutura organizacional uma unidade de controle interno, nem manuais ou normativos internos de controle em todos os níveis de forma que possa dar suporte a todos os atos decisórios, praticados ou delegados a

terceiros para praticar em nome do Reitor e que possam servir de parâmetros se os atos praticados foram corretos.

O controle que vem sendo utilizado é aquele para dar sustentação aos números que são divulgados e sobre os quais são tomadas decisões, denominado como controle interno financeiro, que tem como base a contabilidade e os sistemas inerentes a sua operacionalização, em especial o SIAFI.

Não existe “Gestão de Riscos” relacionados aos processos da Universidade Federal do Piauí. O mecanismo utilizado para evitar e corrigir falhas e irregularidades é o “chek list” desenvolvido pela Advocacia Geral da União e recomendações e determinações da Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União, respectivamente.

III – AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS RELACIONADOS À ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS.

Os números registrados e divulgados dos relatórios financeiros e contábeis, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, da Lei 4.320/64, art. 103. Sistema utilizado SIAFIweb.

IV – DESCRIÇÃO DAS ROTINAS DE ACOMPANHAMENTO E DE IMPLEMENTAÇÃO, PELA UFPI, DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA.

A Universidade Federal do Piauí-UFPI não dispõe de sistema de controle formalizada sobre rotinas de acompanhamento e de implementação das recomendações da auditoria interna. O procedimento adotado é o seguinte: a recomendação é enviada ao gabinete do Reitor, em seguida encaminhada ao setor responsável pela implementação, que será avaliado, posteriormente, pela AUDIN.

V – INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA OU NÃO DE SISTEMÁTICA E DE SISTEMA PARA MONITORAMENTO DOS RESULTADOS DECORRENTES DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA.

Inexiste.

VI – DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA, CONTEMPLANDO AVALIAÇÃO COMPARATIVA ENTRE ATIVIDADES PLANEJADAS E REALIZADAS, DESTACANDO OS TRABALHOS MAIS RELEVANTES, AS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS.

Atividades planejadas – 11 (onze); **Atividades realizadas** – 8 (oito); **Trabalhos mais relevantes**: acompanhamento da implementação e cumprimento das recomendações da CGU, acompanhamento da implementação das determinações do TCU; **Principais constatações**: Inexistência de manuais e normativos de controle interno elaborados pela UFPI; Inexistência de Gestão de Riscos; Falta de treinamentos e capacitação de servidores; **Providências adotadas**: Reuniões com administração superior mostrando da necessidade da implantação de sistemas que contemplasse essas deficiências de controle e riscos, assim como recursos necessários a qualificação de servidores.

VII – INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS (ÁREA DE NEGÓCIO, UNIDADE REGIONAL, OBJETO ETC.) DAS AUDITORIAS E/OU FISCALIZAÇÃO REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO.



As auditorias e fiscalizações no exercício de 2016 foram efetuadas pela Controladoria Geral da União.

VIII – CONCLUSÃO

Em nossa opinião, o Processo de Prestação de Contas Anual da Fundação Universidade Federal do Piauí, relativo ao exercício de 2016, encontra-se em condições de ser submetido à apreciação dos Conselhos Superiores desta Instituição de Ensino Superior, pelos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Teresina, 11 de abril de 2017

JEFERSON SOUZA DE ARAUJO CHAVES
Auditor Interno-Chefe/UFPI
CRC-PI nº 2.696-0



DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE





**DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETEZ DAS INFORMAÇÕES
SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

DECLARAÇÃO

Eu, **(SIMONNE SARAIVA NUNES SANTANA)**, CPF nº **000.438.753-86**, **(diretora de contabilidade e finanças)**, exercido na **(Diretoria de Contabilidade e Finanças da Pró-Reitoria de Administração-UFPI)** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Teresina (PI), 15 de março de 2017.

Simonne Saraiva Nunes Santana

(000.438.753-86)

(Diretora de Contabilidade e Finanças/Pró-Reitoria de Administração/UFPI)



DECLARAÇÃO SOBRE A INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS DE ATOS NO SISAC

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art.71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Teresina, 17 de abril de 2017.

Lauro Oliveira Viana
71840575387
Superintendente de Recursos Humanos
Superintendência de Recursos Humanos



DECLARAÇÃO DA ÁREA DA UPC RESPONSÁVEL PELO GERENCIAMENTO DA ENTREGA DAS DBR PELOS SERVIDORES

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que aproximadamente um terço dos servidores da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Teresina, 17 de abril de 2017.

Lauro Oliveira Viana
71840575387
Superintendente de Recursos Humanos
Superintendência de Recursos Humanos



DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

a) O processo de verificação da conformidade contábil segue o previsto no Manual SIAFIweb e de acordo com a estrutura da Diretoria de Contabilidade desta Instituição de Ensino Superior está dividida em três Gerências: A Gerência Contábil, cuja pasta é ocupada por um profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim, e com a atribuição de proceder o registro da conformidade contábil, dentre outras atribuições não conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, tais como: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão. As duas outras gerências são responsáveis pela execução no SIAFI, uma relacionada a emissão de Empenhos e a outra relacionada a liquidação da despesa. Obedecendo dessa forma ao princípio da Segregação de Funções.

b) As informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações observada durante o exercício foram as seguintes:

608 – Saldo Invertido Ativo Circulante – ocorreu 1 vez

642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. At. Imobilizado – ocorreu 12 vezes.

696 – Outros Controles de Credores – ocorreu 2 vezes

707 – Saldo Investido – Classe 8 – ocorreu 1 vez

772 – Demais incoerências-DDR – ocorreu 5 vezes

c) Com exceção da restrição 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep. At. Imobilizado e 707 – Saldo Investido – Classe 8, todas as ressalvas foram sanadas dentro do exercício de 2016.



**DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS
CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
DO GOVERNO FEDERAL - SIAFI**

De acordo com análise realizada nos demonstrativos balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do fluxo de caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016 da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante aos lançamentos da Depreciação dos bens móveis e da amortização dos bens intangíveis, no exercício de 2016, considerando que os dados apresentados pela Divisão de Patrimônio não condizem com os valores da Contabilidade.

Através da Portaria nº 72/2014, foi constituída Comissão para realização do Inventário dos bens moveis e avaliação dos bens inservíveis da UFPI, mas não foi possível concluir por falta de estrutura oferecida pelo órgão. Sendo assim foi optado por contratação de uma empresa especializada para dar seguimento ao trabalho iniciado.

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2016.

Maria dos Passos Vasconcelos Almeida
Contadora
Reg. CRC nº 004480/0-4